

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Helena Amaral Sant Ana**

**Caminhos Percorridos pela Casa dos Papagaios: Territorialidade e relações de poder em Aiuruoca através das interações com a natureza (Minas Gerais - Século XVIII).**

Juiz de Fora  
2024

**Helena Amaral Sant Ana**

**Caminhos Percorridos pela Casa dos Papagaios: Territorialidade e relações de poder em Aiuruoca através das interações com a natureza (Minas Gerais - Século XVIII).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Orientador: Mateus Rezende de Andrade

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Amaral Sant Ana, Helena .

Caminhos Percorridos pela Casa dos Papagaios : Territorialidade e relações de poder em Aiuruoca através das interações com a natureza (Minas Gerais - Século XVIII). / Helena Amaral Sant Ana. -- 2024.

175 p. : il.

Orientador: Mateus Rezende de Andrade

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. História de Minas Gerais. 2. História Colonial. 3. História Ambiental. 4. Aiuruoca. 5. Século XVIII. I. Rezende de Andrade, Mateus, orient. II. Título.

**Helena Amaral Sant Ana**

**Caminhos percorridos pela Casa dos Papagaios: Territorialidade e relações de poder em Aiuruoca através das interações com a natureza (Minas Gerais - Século XVIII).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História, área de concentração História, Cultura e Poder.

Aprovada em 28/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Mateus Rezende de Andrade**

Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof. Dr. Marco Antônio Silveira**

Universidade Federal de Ouro Preto

Juiz de Fora, 28/06/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Monica Ribeiro de Oliveira, Professor(a)**, em 15/07/2024, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Rezende de Andrade, Professor(a)**, em 19/07/2024, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Silveira, Usuário Externo**, em 24/07/2024, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1842696** e o código CRC **90E93898**.

*Dedico ao meu tio e padrinho Ludvick Vilela  
Amaral, Pavick, que me ensinou que “Quem  
ornamenta o azul das manhãs são os sabiás”*

## AGRADECIMENTOS

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia<sup>1</sup>.

“Confluência” é a palavra que melhor diz sobre esses dois anos de mestrado, pude ser eu, sendo muitos outros. Foi um longo caminho, que assim como os rios, as águas percorreram seu curso, atravessaram obstáculos, despencaram de cachoeiras e trouxeram a vida, mesmo quando tudo parecia perecer. Essa trajetória foi repleta de vida, em suas mais amplas possibilidades. Este texto, reflete em cada palavra, todas as pessoas, coisas e energias que comigo confluíram nesse tempo.

Agradeço primeiramente a Deus, ao meu Anjo da Guarda, a Nossa Senhora Aparecida e a todas as forças espirituais que me protegem e guiam. Sou grata a presença de meu avô Manoel Lourenço, em toda a minha trajetória. Trago no coração a memória de meus avós e bisavós, vovó Gerusa, vovô Tuís, vovó Jaismar e vovó Dedê, cujas lembranças permanecem vivas em mim.

Dedico esse trabalho cheio de amor ao Pavick, que tanto esperou por este momento. Ele me ensinou a ver a beleza na simplicidade da vida, a “conhecer as manhas e as manhãs, o sabor das massas e das maçãs”<sup>2</sup>, a viajar e viver intensamente as belezas do mundo, a cultivar as relações com muito afeto e presença.

Agradeço imensamente à minha avó Maria José, querida Vó Misé. Obrigada por sempre apoiar meus sonhos e me motivar a seguir cada um dos meus passos. Assim como me incentivou superar medos na infância, continuo a subir novos degraus de maiores escadas, confiante de que com a sua bênção, não cairei.

Expresso minha gratidão aos meus pais, Flausino e Ludmila, que me motivam a viver tudo que meu coração anseia e me amparam sempre que preciso. Esse texto diz muito sobre o carinho diário, os nossos passeios pelo mato, as aulas de história de minha mãe, a música e a arte de meu pai. Obrigada por me fazerem acreditar que a vida pode ser bela. Agradeço a minha irmã Bárbara, eu não tenho lembranças de minha vida sem ela. Esses dois anos em Juiz de Fora fortaleceu ainda mais nosso companheirismo e amor. Bárbara sempre me inspirou a dançar com a vida.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023, p. 15.

<sup>2</sup> SATER, Almir. *Tocando em Frente*. Composição de Almir Sater e Renato Teixeira. 1990.

Agradeço às minhas tias Rita e Zélia pelo cuidado e carinho desde sempre, assim como Tia Cynthia e Tio Lupe. Agradeço a Didi, Cecília, Isabela e Analu, pela alegria contagiante.

Sou grata ao Vitor, que esteve ao meu lado por sete anos. Durante esse período compartilhamos o amor com muitas viagens, experiências e aprendizados. Assim como em nossa travessia na Serra dos Órgãos, o caminho da vida se fez mais belo no compartilhar de abraços emocionados diante da vista, e assim como nos carnavais, a alegria e a leveza ditaram o ritmo dos passos.

De tudo que a vida me trouxe nesses dois anos, as amizades foram da maior importância. Eu e Dalila compartilhamos sonhos, reflexões, risadas e momentos incríveis desde meu primeiro dia em Juiz de Fora. Acompanhada de cafés e bolos, Dalila me ensinou a ser mais forte, corajosa, a olhar a vida com mais leveza, a viver os momentos e os sentimentos com a intensidade que eles merecem. Com Hygor, compartilho dentre tantas coisas lindas, a relação com a montanha. Hygor trouxe consigo leveza, cuidado, carinho, alegria e movimento. Conviver com ele me fez acreditar mais ainda na força das nossas palavras e “escritas da liberdade”, a confiar tanto nos caminhos, quanto em nossos pés. Agradeço também ao Gabriel, amigo há vinte e cinco anos, e que nesse tempo pude compartilhar muitas das angústias e alegrias da vida acadêmica que escolhemos seguir, junto às emoções das festinhas rurais e da busca por “cachoeiras perdidas” em Carvalhos.

Com carinho e admiração, agradeço ao Gilberto Furriel, referência como historiador de Aiuruoca. Desde 2020, tem compartilhado comigo valiosos conhecimentos e uma ampla variedade de documentos históricos, sempre disposto a ajudar e ensinar, com um grande amor e cuidado com a história e com nossas terras.

Gostaria de expressar minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Mateus Rezende de Andrade. Suas orientações foram verdadeiros momentos de trocas sensíveis, onde pude aprender em diversas esferas. Agradeço por cada conselho paciente, por cada palavra de encorajamento e por todo o apoio oferecido ao longo dessa trajetória. Mateus demonstra grande excelência como orientador, e também como amigo.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Ângelo Carrara e Prof. Dr. Fernando Lamas, e da banca de defesa, Prof. Dr. Marco Antônio Silveira e Prof<sup>ª</sup>. Dra. Mônica Ribeiro Oliveira, pelas motivações e contribuições. Agradeço aos professores das disciplinas cursadas, Prof. Dr. Francisco Teixeira, Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Paula Costa, Prof<sup>ª</sup>. Dra. Hebe Mattos e Prof. Dr. Odilon Caldeira. Agradeço a FAPEMIG pela bolsa e incentivo à pesquisa, ao PPGH e a UFJF.

Minha gratidão a todas as outras tantas pessoas que estiveram presentes nesses anos.

Por fim, trago meus agradecimentos às serras, montanhas, matas e corpos d'água de Carvalhos e Aiuruoca que me embalam e me protegem desde o berço.

## DAS ORIGENS MAL-ENTREVISTADAS

*Dantas Motta*

*Este é o País das Gerais  
Não veio das estradas do Sul,  
Nem se formou no Setentrião.  
Quando Maçaranduva se engravidou,  
Entre rosas e flores nas rochas,  
O peito da terra empolou,  
E rios subiram e não desceram.  
Desde então, o País das Gerais,  
Que era manso e tranqüilo  
Como um leito, se tornou severo  
E duro com um cepo.  
Agora mais não: Os homens lá embaixo  
Não entendem estes sentires,  
Nem sabem o que ser antes,  
Perdidos, que estão hoje,  
Num futuro sem passado.  
País das Gerais, sou teu filho.  
Ninguém sabe quando sou boi,  
Ninguém sabe quando sou leão.  
Na planície me sinto triste,  
Na montanha me sinto alegre.  
Duro é saber que estou  
Lá embaixo, exilado e só,  
Sentindo a saudade da serra.  
Na montanha nasci,  
Por certo, na montanha morrerei.  
Dizem por aí, e aos ditos  
Pouca importância se dá,*

*Que somos ricos, temos ouro,  
Minério e ferro em quantidade.  
No sertão do Acaba-Mundo,  
Nas furnas da Lagoa Santa,  
Entre Lunds e Monlevades,  
Os homens desgostam a paisagem  
E dão à terra livre e tranqüila  
Este ar de riqueza dura e cruel.  
Nem sabem que Vieira disse  
Que o ouro não dá guarida.  
O homem que cava a terra  
E conversa com a semente,  
E sua, risonho, no eito,  
Ou tange, no aboio, o gado,  
Não se dá bem com o ouro,  
E aqui, como em Potosi,  
Foi colocado sem mãos humanas,  
Antes mesmo que ele existisse.  
De vida rude e primitiva.  
Por isto, este sossego de cabanas,  
Encravadas pelos morros,  
Entre águas, avencas,  
Bois mansos pastando.  
Por isto estas igrejas  
Pelos colinas, tristes e feias,  
Talhadas em pedra,  
Mas que são mansas e definitivas  
Como as sombras.*

## RESUMO

As entradas para os sertões mineiros resultaram na escolha estratégica de locais para assentamentos, onde os colonizadores se apropriaram de terras e estabeleceram caminhos. Essas expedições também levaram à ressignificação de lugares e topônimos. A delimitação territorial, marcada pela construção de capelas e estruturas políticas, definiu e consolidou o controle colonial sobre as áreas ocupadas. As produções narrativas e cartográficas documentaram as transformações. Ao explorar as interações de poder com a natureza circundante, revela-se como essas conexões moldaram a identidade e a estrutura socioeconômica, destacando a maneira pela qual os recursos naturais influenciaram e foram influenciados pelas atividades humanas, a partir de transformações e permanências. Os elementos naturais, resilientes ao passar do tempo, são constantemente ressignificados pelas dinâmicas sociais e relações de poder, testemunhas de uma paisagem em constante transformação, eles carregam consigo os marcos das temporalidades, dos caminhos, das permanências, das violências e dos silenciamentos históricos. Esta dissertação busca compreender dinâmicas políticas, econômicas e sociais através das relações entre o ser humano e a natureza no contexto da formação e consolidação da Freguesia de Aiuruoca, um importante centro de poder localizado ao sul da Capitania de Minas Gerais, na Bacia do Rio Grande e nas ramificações da Serra da Mantiqueira. Esse estudo aborda desde as primeiras incursões que trouxeram aos registros o nome da Serra da Juruoca no século XVII, as análises das delimitações territoriais permeadas por conexões políticas e religiosas, até as expedições de viajantes no século XIX.

Palavras-chave: Aiuruoca, colonização, história natural, religiosidade, territorialidade.

## ABSTRACT

Natural elements, resilient over time, are constantly reinterpreted by social dynamics and power relations. Witnesses to an ever-changing landscape, they carry the marks of temporalities, pathways, permanence, violence, and historical silences. This dissertation seeks to understand historical, political, economic, and social dynamics through the relationships between humans and nature in the context of the formation and consolidation of the Freguesia de Aiuruoca, an important center of power located in the south of the Captaincy of Minas Gerais, in the Rio Grande Basin, and the branches of the Serra da Mantiqueira. This research explores from the earliest incursions that recorded the name of the Serra da Juruoca to the analyses of the territorial dimension permeated by political and religious connections. The entries into the mining hinterlands resulted in the strategic selection of settlement sites, where colonizers appropriated lands and established pathways. These expeditions also led to the reinterpretation of places and toponyms. Territorial delimitation, marked by the construction of chapels and other structures, defined and consolidated colonial control over the occupied areas. Narrative and cartographic productions document transformations. By exploring power interactions with the surrounding nature, it is revealed how these connections shaped the identity and socioeconomic structure of the locality, highlighting the way in which the territory and its natural resources influenced and were influenced by human activities, through transformations and continuities.

Keywords: Aiuruoca, colonization, natural history, religiosity, territoriality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Principais cursos d'água da região Serras da Mantiqueira -----	17
Figura 2 - Itinerário percorrido por Anthony Knivet no Brasil, em reconstituição de Teodoro Sampaio -----	51
Figura 3 - Número de sesmarias distribuídas por ano na Freguesia de Aiuruoca (1717 - 1798)-----	73
Figura 4 - Mapa da capitania de São Paulo, mostrando todos os sertões que haviam sido usurpados pelas autoridades de Minas Gerais -----	81
Figura 5 - Recorte do Mapa da capitania de São Paulo, mostrando todos os sertões que haviam sido usurpados pelas autoridades de Minas Gerais -----	82
Figura 6 - Recorte do manuscrito “Mappa da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca/ Comarca do Rio das Mortes/ Bispado de Mariana dado em 1826” -----	89
Figura 7 - Recorte do manuscrito “Statistica Política e Civil da Parochia de N. Senhora da Conceição da Aiuruoca em 1830” -----	90
Figura 8 - Localização das capelas de Aiuruoca em relação aos atuais municípios -----	91
Figura 9 - Limites de Vilas da Capitania de Minas Gerais, no quadro atual do estado de Minas Gerais, entre 1717 e 1729 -----	105
Figura 10 - Criação de Vilas, no quadro atual do estado de Minas Gerais, entre 1789 e 1814-----	106
Figura 11 - Mapa apresentado ao Conselho Ultramarino pela câmara de São João del-Rei, indicando as paróquias e julgados antes contidos em seu território municipal -----	110
Figura 12 - Recortes Mapa apresentado ao Conselho Ultramarino pela câmara de São João del-Rei, indicando as paróquias e julgados antes contidos em seu território municipal -----	111
Figura 13 - Limite aproximado do Bispado de Mariana em relação à rede hidrográfica e as respectivas paróquias em 1752 -----	113

Figura 14 - Mappa de toda a extensão da Campanha da Princeza, feixada pelo Rio Grande, e pelos registros que limitam a capitania de Minas -----	116
Figura 15 - Recorte do “Mappa de toda a extensão da Campanha da Princeza, feixada pelo Rio Grande, e pelos registros que limitam a capitania de Minas.” -----	117
Figura 16 - Mappa do termo da Vila da Campanha, limitado por barreiras militares (registros) e pelo rio Grande -----	118
Figura 17 - Recorte do Mappa do termo da Vila da Campanha, limitado por barreiras militares (registros) e pelo rio Grande -----	119
Figura 18 - Mappa Do Termo Da Villa Da Campanha Da Princêza Comarca Do Rio Das Mortes De Minas Geráes (...) Que Só Serve Para Mostrar A Extensão Do Mesmo Termo, Os Lugares Mais Notáveis, Distancias Entre Estes, Estradas Mais Principais Que O Atravessão.-----	120
Figura 19 - Recorte do Mappa Do Termo Da Villa Da Campanha Da Princêza Comarca Do Rio Das Mortes De Minas Geráes (...) Que Só Serve Para Mostrar A Extensão Do Mesmo Termo, Os Lugares Mais Notáveis, Distancias Entre Estes, Estradas Mais Principais Que O Atravessão.-----	120
Figura 20 - Mapa das Minas de Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence -----	131
Figura 21 - Montagem do conjunto dos quatro mapas do território das minas entre as latitudes 16° 30'S e 21° 30'S, atribuídos a Diogo Soares e Domingos Capassi -----	134
Figura 22 - Carta geographica da Capitania de Minas Geraes, e partes confinantes -----	136
Figura 23 - Mappa da Capitania de Minas Gerais que mandou fazer o Ilmo. Exmo. Senhor D. Antônio de Noronha Governador e Capitão Genal. da mesma Capitania” -----	140
Figura 24 - Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais [Cartográfico] : que mandou descrever o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap. am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações -----	141
Figura 25 - Recorte do “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais [Cartográfico] : que mandou descrever o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor	

D. Antonio de Noronha Governador e Cap. am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações” -----	142
Figura 26 - Mappa da Capitania de Minas Gerais -----	143
Figura 27 - Recorte do Mappa da Capitania de Minas Geraes -----	144
Figura 28 - Mapa topografico e hidrografico da capitania de Minas Geraes [Cartográfico]: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Serro.-	145
Figura 29 - Recorte do “Mapa topografico e hidrografico da capitania de Minas Geraes [Cartográfico] : toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Serro”-----	146
Figura 30 - Novo Mappa da Capitania de Minas Gerais levantado por Guilherme Barão D’Eschwege, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros -----	147

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Sesmarias doadas na Freguesia de Aiuruoca em ordem cronológica, nome dos  
sesmeiros e local ----- 167

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHE - Arquivo Histórico do Exército

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

APM - Arquivo Público Mineiro

BNRJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGMG - Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

IHGSP - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGSP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - As narrativas do descobrimento e o serpentear pelas matas: as incursões pelos sertões mineiros.....</b>	<b>35</b>
1.1 - <i>Conceitos de paisagem, espaço, território, lugar e região.....</i>	38
1.2 - <i>Hodologia: A ciência dos caminhos.....</i>	43
1.3 - <i>Entradas para os sertões, bandeirismo paulista e primeiros descobertos.....</i>	45
1.4 - <i>Bandeira de Padre Faria e a primeira menção a “Juruoca”.....</i>	58
1.5 - <i>Consolidação de Aiuruoca no século XVIII.....</i>	62
<b>CAPÍTULO 2 - Território e religiosidade na Freguesia de Aiuruoca no século XVIII.....</b>	<b>67</b>
2.1 - <i>Doações de Sesmarias.....</i>	70
2.2 - <i>Delimitação Territorial e Poder eclesiástico.....</i>	74
2.2.1 - <i>A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca e suas capelas filiais.....</i>	84
2.2.2 - <i>Descrição das capelas pertencentes a Paróquia de Aiuruoca.....</i>	92
2.2.3 - <i>Freguesias adjacentes a Aiuruoca.....</i>	98
2.3 - <i>Criação de Vilas, Julgados e o Bispado de Mariana em Minas Gerais.....</i>	104
2.4 - <i>A Vila de Campanha da Princesa.....</i>	113
<b>CAPÍTULO 3 - A Convergência entre a Permanência e a Dominação.....</b>	<b>123</b>
3.1 - <i>A Cartografia na Capitania de Minas Gerais.....</i>	128
3.2 - <i>A Toponímia como resgate histórico.....</i>	148
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>161</b>
<b>FONTES MANUSCRITAS.....</b>	<b>165</b>
<b>FONTES IMPRESSAS.....</b>	<b>166</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>168</b>

## INTRODUÇÃO

uns colocaram-lhe um grande lago, outros ali fazem brilhar fogos nas noites de verão, outros por fim, pretendem que o diabo ali fora acorrentado por um santo sacerdote por ocasião da descoberta desta zona <sup>3</sup>.

Situado nas ramificações da Serra da Mantiqueira, o imponente Pico do Papagaio, relatado no trecho de Saint Hilaire, emerge como um elemento central na vida, na história, na identidade e na paisagem de Aiuruoca. Entrelaçado com uma rica tapeçaria de narrativas, o pico permeia desde as nuances míticas, como registradas pelo naturalista, até as práticas, como referência de demarcação territorial no contexto da colonização. Pesquisar a história de Aiuruoca significa adentrar as camadas profundas de sua formação, a irradiação como centro de poder, a expansão de seu território e as interações com o entorno.

Nesse contexto, a investigação busca compreender dinâmicas históricas, políticas e sociais através das relações entre o ser humano e a natureza. Ao explorar as interações humanas com o ambiente natural, revela-se como essas conexões moldaram a identidade e a estrutura socioeconômica do local, destacando a maneira pela qual o território e seus recursos naturais influenciaram e foram influenciados pelas atividades humanas, a partir de transformações e permanências.

Os elementos naturais, resilientes ao passar do tempo, são constantemente ressignificados pelas dinâmicas sociais e impregnados das memórias afetivas de uma comunidade. Testemunhas de uma paisagem em constante transformação, carregam consigo os marcos das temporalidades e as possibilidades de rotas, algumas traçadas com vigor, outras silenciadas pelo curso da história. Percorrer estes caminhos é imergir nas entranhas da casa dos papagaios e acompanhar o voo dessas aves.

Aiuruoca, palavra de origem Tupi que significa “casa do papagaio”, foi registrada sob várias grafias ao longo dos séculos XVIII e XIX, incluindo Ayuruoca, Iuruoca, Juruoca, Jeruoca, Ieruoca, Ioruoca, Yuruoca, Ajuruoca, Geruoca e Jaroaca, entre outras. Taunay aponta que o nome de Aiuruoca alude a “um penhasco redondo e elevado aos ares, sobre um dos mais altos montes daquele lugar, em que os papagaios fazem morada” <sup>4</sup>. Situada na região

---

<sup>3</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1974. p.59.

<sup>4</sup> TAUNAY p. 43 apud BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte - MG. 1995. P. 28.

banhada pelo Rio Grande e seus afluentes, bem como pelas majestosas montanhas da Serra da Mantiqueira, Aiuruoca emergiu nas narrativas a partir do final do século XVII. Gradualmente, assumiu o papel de centro administrativo, político e religioso, exercendo sua influência sobre uma considerável extensão territorial ao sul da Capitania de Minas Gerais.

Destacando-se como uma Freguesia de notória importância, Aiuruoca firmou sua proeminência ao longo do século XVIII, operando sob a jurisdição da Comarca do Rio das Mortes. O mais antigo registro colonial que documenta o nome de Aiuruoca remonta a 29 de julho de 1694. Esse registro é materializado em uma carta enviada por Bento Pereira Coutinho ao governador geral do Brasil, D. João de Lencastro<sup>5</sup>. Nesse documento, é apresentada uma descrição detalhada da expedição liderada pelo Padre Vigário João de Faria, acompanhado por seu cunhado Antônio Gonçalves Vianna, o capitão Manoel de Borba e Pedro Avos. A carta detalha a região explorada, incluindo os nomes dos rios e serras, e relata a descoberta de indícios de ouro e “cristais finíssimos”. O documento transcende a narrativa da exploração e revela um conhecimento aprofundado da área explorada e das localidades vizinhas antes mesmo da expedição.

Como apresenta Gilberto Furriel, na década seguinte, em 1706, registrou-se a passagem do sertanista João de Siqueira Afonso, natural de Taubaté, e o Arraial de Aiuruoca foi fundado. Dois anos depois, em 1708, Melchior Felix foi designado como Superintendente das Minas de Ouro de Juruoca e Ibitipoca. No âmbito do sistema judiciário, de acordo com José Mauro Maciel, em 16 de fevereiro de 1724, foi instituído o Distrito Judiciário de Aiuruoca por meio de Alvará Régio, subordinado à Comarca do Rio das Mortes. Já em 1758, atendendo à solicitação do Ouvidor Geral do Rio das Mortes ao Conselho Ultramarino realizada em 1754, o Juizado Ordinário foi estabelecido. Em 1761, o governador Gomes Freire de Andrade criou o Julgado de Itajubá e de Aiuruoca, por esses locais serem de interesse das autoridades civis e eclesiásticas de São Paulo. Contudo, o Julgado de Aiuruoca foi extinto em 1800<sup>6</sup>.

No que concerne à religiosidade, a Igreja Católica foi um elemento crucial na expansão colonial e na estabilização dos assentamentos. A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca foi elevada em 1717. No século XVIII foram contabilizadas pelo Frei José da Santíssima Trindade sete capelas sob poder eclesiástico da Paróquia<sup>7</sup>. Da mais antiga

---

<sup>5</sup> DERBY, Orville. *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. 5. 1899-1900. São Paulo: Typographia do Diário Oficial. 1901, p.268-269.

<sup>6</sup> MACIEL, José Mauro. *Aiuruoca nos setecentos: Nossa Terra, Nosso Ouro, Nossa Gente*. Gráfica e Editora Santuário. Aparecida - SP. 2014.

<sup>7</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 205.

à mais recente, constata-se a Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso dos Serranos, edificada em 1725, a Capela de Nossa Senhora do Rosário da Lagoa, erguida em 1730, a Capela de Bom Jesus do Livramento, datada da década de 1740, a Capela de Nossa Senhora de Dores do Turvo, estabelecida em 1749, a Capela de Santana da Guapiara, fundada em 1749, a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Varadouro, cuja origem remonta à década de 1750 e a Capela de São Vicente, edificada em 1797.

A presença das capelas desempenhava um papel crucial na demarcação territorial e na consolidação da colonização, pois eram estrategicamente erguidas em áreas propícias ao estabelecimento de comunidades, espalhando-se por todo o território da Paróquia de Aiuruoca. Em torno dessas capelas, se desenvolveram núcleos populacionais que, com o tempo, se transformaram em povoados e municípios atuais.

A Freguesia de Aiuruoca estava posicionada entre as Freguesias de Baependi, Carrancas/Lavras, São João del Rei e Barbacena, além da fronteira com as Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro, se configurando como um ponto de passagem e travessia na Serra da Mantiqueira e próxima ao Caminho Velho da Estrada Real. A disposição geográfica exigia a implementação de práticas de ocupação e controle, notadamente para conter atividades de contrabando. Tais empreendimentos são claramente manifestados através de nomeações, titulações, instalação de órgãos de poder, delimitações administrativas, religiosas e judiciárias, bem como pela distribuição de sesmarias.

A primeira sesmaria em Aiuruoca foi registrada em 1717<sup>8</sup>, o mesmo ano da fundação da Paróquia. A próxima foi formalizada em 1726, no “Sertão que vai da Encruzilhada para a Juruoca”<sup>9</sup>. A terceira foi estabelecida em 1742 nas terras “Entre o Rio Juruoca e a terra das Carrancas, para o morro dos Tres Irmaos”<sup>10</sup>. Registra-se um total de setenta sesmarias dentro dos limites da Freguesia até o ano de 1798.

Torna-se evidente que a presença de fazendas dedicadas à exploração do solo expandiu-se a partir de meados do século XVIII. Essas fazendas contavam com uma substancial força de trabalho escravizado. Nesse contexto, é necessário compreender o ápice dessas propriedades e das famílias que as administravam, seus meios de subsistência, focos de produção e a comercialização para fora da Freguesia, considerando também a dimensão territorial, as hierarquias sociais e a influência exercida sobre o meio local.

As dinâmicas da vida social, se entrelaçam às possibilidades econômicas. Essas

---

<sup>8</sup> APM. SC.09/261

<sup>9</sup> APM. SC.28/151v.

<sup>10</sup> APM. SC.146/190

grandes propriedades detinham um monopólio sobre a produção. A vegetação, a geologia, os recursos hídricos e o clima criaram condições propícias para a exploração mineral, a pecuária leiteira, a criação de gado e porcos para corte, o cultivo de milho, banana e a produção de queijos, como observado em registros do naturalista Saint Hilaire em sua passagem por Aiuruoca em 1822 <sup>11</sup>.

Apesar das transformações ocorridas ao longo dos séculos, todos esses dados convergem diretamente para a natureza das produções. A geografia, os recursos hídricos, as variações climáticas, a fauna e a flora exerciam uma influência significativa na vida das pessoas, pois o conhecimento dos fatores naturais, direcionava as possibilidades de explorar a terra. Maurício Roberto Fernandes assinala que a paisagem<sup>12</sup> é apreendida a partir das características particulares de cada local, “como uma síntese dos componentes dos meios físicos (geologia, topografia e solo), bióticos (vegetação nativa) e socioeconômicos (atividades antrópicas)” <sup>13</sup>. Quando se trata do ambiente rural, considera-se que a intimidade com a paisagem local se reflete na produção agrícola e pecuária <sup>14</sup>.

Os mapas de georreferenciamento elaborados pela EMATER, direcionados para as cidades mineiras localizadas na Serra da Mantiqueira, revelam a predominância de formações geológicas como o Xisto, Ortognaisse e Granitóides, o que compõe um relevo acidentado, caracterizado por elevadas altitudes e a presença de inúmeras quedas d'água, cercado por uma vegetação predominantemente representada pela floresta ombrófila montana e alta ombrófila montana, características da Mata Atlântica<sup>15</sup>. Ademais, é notável a presença de araucárias na região. O território é marcado por diversos corpos d'água, abrangendo múltiplas nascentes, rios e cachoeiras. Destacam-se os rios Grande, Aiuruoca, Quilombo, Franceses e Turvo.

---

<sup>11</sup> SAINT-HILAIRE, 1938, p. 102.

<sup>12</sup> Ailton Krenak em “Futuro Ancestral” cita que segundo o conhecimento dos povos Guarani da Mata Atlântica, a “região (Mata Atlântica, conhecida como *nhé ere*) é pensada como uma paisagem, e ao mesmo tempo, uma fonte incessante de vida” (KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 33). Esta colocação permite a reflexão dos próprios conceitos discutidos, de modo, que para muitos povos, um determinado espaço é concebido não apenas como um local a ser explorado e demarcado territorialmente, mas sim como parte integrante e fonte vital da vida. Portanto, a delimitação dos espaços naturais pode reprimir e restringir a plenitude e a interconexão entre o ser humano e a natureza, valorizada como essencial para a harmonia e o equilíbrio da vida. Todavia, nos dias atuais, a demarcação de reservas naturais, territórios indígenas e quilombolas, é essencial para suas existências que são constantemente ameaçadas.

<sup>13</sup> EMATER, 2019, p. 17.

<sup>14</sup> *Ibid.*.

<sup>15</sup> EMATER. *Caracterização integrada de municípios na região da Mantiqueira como produtores de queijo artesanal*. Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.



localidade, até à menção das águas no poema de Cláudio Manoel da Costa. Como denota o então secretário, a região de “Juruoca” é marcada pela presença de importantes rios, como o Rio Verde e o Rio Grande, que deságua no Rio da Prata, associado no Códice Costa Matoso ao gigante da mitologia grega Briareu, que guerreava contra os deuses e titãs com seus cem braços<sup>18</sup>, uma referência às suas tantas vertentes.

Os rios representam um fator de grande importância no desenvolvimento de uma região ao proporcionarem vias de navegação, fertilidade ao solo e abastecimento hídrico, aspectos fundamentais para o estabelecimento de comunidades humanas desde tempos remotos. No contexto sob análise, esses rios desempenharam uma função preponderante, ligada à descoberta de jazidas de ouro em suas adjacências, as possibilidades de instalação de assentamentos e núcleos populacionais, e produções diversas em terras férteis.

Assim, observa-se o papel dos elementos geográficos e das excursões que culminaram com a transformação dos sertões ao entorno do Pico do Papagaio a um centro de poder colonial. Cláudia Damasceno Fonseca traz a noção de sertão relacionada ao “interior desconhecido, selvagem e mítico da colônia”<sup>19</sup>, caracterizado como um “perpétuo vir a ser”, que se transforma em território à medida que se avança o povoamento<sup>20</sup>.

Percorrer as trilhas que levaram à ocupação destes sertões é definitivamente uma longa trajetória, de encontro ao “eu” e ao “outro”. Como coloca Tzvetan Todorov logo nas primeiras linhas de seu livro “A Conquista da América: a questão do outro”<sup>21</sup>:

Pode-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu.<sup>22</sup>

A história colonial coloca o pesquisador em um local de encontros, onde são necessárias escolhas. Compreender a formação de uma localidade de poder, como se tornou Aiuruoca, envolve a imersão em narrativas e fontes produzidas no período. A própria existência dessas fontes cria uma dicotomia entre o nós e o outro, ao passo que aqueles que viviam na terra tornaram-se estranhos, ou seja, o outro, nas predominantes narrativas colonizadoras que contam o passado do país.

---

<sup>18</sup> CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América, que fez o doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1999. p. 904.

<sup>19</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 51.

<sup>20</sup> *Ibid*, p. 54.

<sup>21</sup> TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes. 1. ed. 1983.

<sup>22</sup> *Ibid*, p. 3.

Muitas das fontes manuscritas utilizadas nas produções historiográficas coloniais, como diários de viajantes, requerimentos, e diversas correspondências que circulavam pelo ultramar, eram produzidas a fim de conquistar ascensões políticas, sociais ou econômicas. Estes objetivos eram alcançados por meio de méritos como explorações territoriais, encontro de minérios, cultivos de roças, bom comportamento, relevância social, papel religioso, capacidade de dominação e controle dos cativos, dentre outras possibilidades. Além de fornecerem ricas descrições do espaço e refletirem o pensamento da época, estes escritos engrandeciam os atos, os homens, as riquezas e a natureza como potencialmente exploráveis. Isso torna essencial um olhar crítico não só da fonte em si, mas do período, do escrivão, do solicitante, do destinatário e das intenções envolvidas em sua produção.

Como parte desse processo, pode-se considerar a própria natureza como fonte para compreender as dinâmicas sociais e espaciais durante a instalação e funcionamento das sociedades coloniais nas Minas setecentistas. Para isso, é necessário associá-la às ações do aparelho administrativo ultramarino e às ressignificações conformadas dentro de uma ordem de controle do tempo, do espaço, dos corpos e da fé. Nesse contexto, as referências naturais foram comumente utilizadas para demarcar espaços diversos, como limites entre Paróquias, Capelas, Termos, Vilas, Sesmarias, Câmaras, entre outros órgãos administrativos e de poder, incluindo Registros e Destacamentos de Soldados.

O espaço natural, sujeito às transformações do ser humano, testemunha o passado e o presente, a convergência da permanência com a dominação. Com as crescentes expedições sertanistas em busca dos metais preciosos a partir de meados do século XVII, a concretização de um antigo imaginário fixado em montanhas douradas parecia cada vez mais próxima. Durante as grandes navegações, a incessante busca por maravilhas movia civilizações europeias pelo além mar, com promessas de aventuras e riquezas. O perigo era parte do ideal de heroísmo<sup>23</sup> do homem explorador, que seguindo as “trilhas de Deus” pelos céus, navegava rumo a sua glória e salvação.

---

<sup>23</sup> A exaltação da coragem e do heroísmo é uma das características centrais das obras literárias da Antiguidade Clássica. No entanto, a literatura épica e utópica também ganhou destaque nas narrativas acerca das chamadas "Grandes Navegações" e com a perpetuação do imaginário do maravilhoso. Um exemplo disso é a obra "Os Lusíadas", de Luís de Camões, publicada em 1572, que marcou uma nova forma épica de narrar o Ocidente, baseada nas expedições portuguesas. Esse imaginário, repleto de seres míticos e possibilidades de riqueza, ofereceu à Europa novas possibilidades de compreender o mundo e, aliado a isso, a produção de narrativas que exaltavam essa nova compreensão. Essas narrativas também dispuseram de uma função legitimadora para as expedições marítimas europeias, já que reforçaram a imagem do explorador corajoso e heroico que enfrentava os perigos do mar para descobrir novas terras e riquezas. Além disso, as obras literárias que narraram essas viagens ajudaram a estabelecer a identidade europeia em oposição a outras culturas e povos, reforçando a ideia de uma superioridade. Assim, o imaginário do maravilhoso presente nas obras literárias que narraram as grandes navegações, teve um papel importante na formação da cultura e da mentalidade europeia, perpetuando ideias sobre coragem, heroísmo e superioridade cultural que perduram até os dias de hoje.

Nos relatos de viagens, como cartas a Portugal e diários de navegantes, o espaço natural não era apenas um plano de fundo das expedições, mas protagonista das narrativas. Estar em contato com o mundo e experienciá-lo guiava rumo a uma nova concepção da humanidade. Mark de Soldi Matzner, em sua dissertação intitulada “O conceito de natureza entre a decadência e o progresso na História Natural luso-mineira (1770-1808)”<sup>24</sup>, expõe o papel das observações e experiências dos viajantes, que, mesmo condicionadas pelo catolicismo, iam de encontro a produção de uma nova retórica da experiência, ilustrada nas narrativas de viagem<sup>25</sup>. Ao longo das décadas, esse processo indicou uma crescente racionalização da dominação, algo que se reflete na própria figura do viajante, como o autor acrescenta

A figura do viajante, que uniu o mundo de sua cultura com o desconhecido, radicalmente distintos, insere-se nesse contexto sendo o portador da observação maravilhosa e infernal, e da retórica da experiência.<sup>26</sup>

Com o passar do tempo, as técnicas de exploração do espaço foram aperfeiçoadas e a dominação da natureza era vista como uma forma de colher os frutos da terra criada por Deus, enquanto a dominação das almas era vista como um caminho para a salvação. Os povos nativos e a natureza exuberante permearam sob imaginários que pairavam entre a pureza do paraíso bíblico e as manifestações do diabo na terra, eram vistos como provações a serem enfrentadas e seres a serem dominados. A resistência dos povos indígenas representava uma dificuldade, mas também era utilizada para justificar a violência.

Neste viés, Todorov, no terceiro capítulo intitulado “Amar”<sup>27</sup>, destaca três pontos estruturais do processo colonizador: compreender, tomar e destruir. Compreender para tomar, tomar para destruir, um era necessário para efetivar o outro. Assim, é essencial ter em vista a perda da alteridade no processo de conhecimento do outro e do espaço, uma vez que eram notados a partir dos próprios princípios morais e sociais europeus, que visavam projetos de enriquecimento e poder por meio da extração de matérias primas da terra, da mão de obra escrava indígena e sobretudo, negra.

---

<sup>24</sup> MATZNER, Mark de Soldi. *O conceito de natureza entre a decadência e o progresso na História Natural luso-mineira (1772-1808)*. 259 f. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/13084>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2023.

<sup>25</sup> Matzner cita o desenvolvimento de um novo gênero textual: a literatura de viagem. Marcada sobretudo por Cartas, que vão além de meios de comunicação, sendo mecanismos fundamentais de conhecimento e controle colonial; as Crônicas; e os Diários, que permitem um reconhecimento do território a partir de suas descrições. O autor aponta que ao longo das décadas do “descobrimento”, nota-se a passagem de um imaginário mágico, mítico e misterioso para descrições precisas do espaço, ou seja, uma racionalização da conquista. (MATZNER, 2020, p. 48 - 51).

<sup>26</sup> Ibid, p. 46.

<sup>27</sup> TODOROV, 1983, p. 123 - 179.

Os intensos processos de apoderamento dos territórios coloniais, impulsionados pelas inúmeras possibilidades de enriquecimento e poder que surgiram ao longo dos séculos, como a extração do pau-brasil, a produção de açúcar e a mineração, revelavam ao colonizador um grande controle do meio natural e este aspecto pode ser notado nas próprias narrativas produzidas. A convicção do homem branco como grande responsável pela vida e pelo destino, fez com que gradualmente, este, vivesse a partir de projeções de futuro, ligadas a um desenvolvimento da sociedade a partir da razão e da superioridade ocidental. Como Jan Berting<sup>28</sup> aponta, a própria narrativa cristã de criação do mundo e do ser humano já causa esta separação, de modo que o homem é criado à imagem e semelhança de Deus, sendo assim, ele está acima de todas as coisas e seres.

Este pensamento motivou constantes buscas por recursos que permitissem a constituição de uma sociedade onde cada vez mais haveria um controle e um conhecimento do espaço e de si, o que está diretamente ligada a concepção do mundo e do tempo, que também passou a ser entendido como aliado, ou inimigo, da civilidade buscada. As convicções de uma sociedade ideal iam de oposto às realidades existentes nas Américas, Áfricas e Ilhas Atlânticas, o que intensificou os processos de violência justificados pelo desenvolvimento, algo que perdurou no tempo, e pode ser notado até os dias atuais.

A noção de progresso se tornou uma ideia central no pensamento europeu, em particular durante o Iluminismo. Matzner aponta que até o setecentos havia uma busca para compreender as influências da natureza no ser humano, porém, a partir desse período, houve uma mudança nas reflexões, onde o poder do ser humano e sua interferência na natureza estavam aliados aos ideais de progresso iluministas. Acreditava-se que o conhecimento e a razão poderiam levar a humanidade a um estado de progresso constante. Essa visão positivista do progresso era alimentada pelo avanço da ciência e da tecnologia, que permitiam um maior controle sobre a natureza e a vida humana.

Durante o século XVIII, o processo de conhecimento do espaço esteve presente em grandes pautas do Império Ultramarino Português, impulsionados pelos avanços científicos. A ascensão da história natural reforçou a necessidade de conhecer, explorar e catalogar o espaço, visando não só uma dominação territorial, mas também formas de exploração do meio natural e a racionalização da destruição<sup>29</sup>. Muitos foram os investimentos da Coroa Portuguesa no desenvolvimento científico, especialmente nas Reformas Pombalinas, que

---

<sup>28</sup> BERTING, Jan. *Technological Impacts on Human Rights: Models of Development, Science and Technology and Human Rights in Weeramantry*, C. (ed.) *The Impact of Technology on Human Rights*. Global Case Studies (Tôquio: United Nations University Press). 1993.

<sup>29</sup> MATZNER, 2020, p. 10 e 11.

incluíam a formação de naturalistas, físicos, matemáticos, botânicos, dentre outros cientistas na Europa. Novas expedições para as colônias foram financiadas e minuciosamente instruídas, como evidencia a produção de manuais para viajantes<sup>30</sup>. No entanto, os manuais reforçaram um distanciamento entre o ser humano e a natureza, mesmo que eles se aproximassem, a natureza era notada como algo externo e desconhecido, a ser desvendado e domesticado a partir de métodos ocidentais. Essa visão utilitarista e exploratória da natureza estava alinhada com os interesses coloniais e econômicos da época, que buscavam extrair recursos naturais e promover o domínio sobre os territórios colonizados.

É notório um movimento de aproximação e busca por conhecimento do ser humano para com a natureza, no qual o espaço se transfigura à medida que nele é reproduzida uma nova organização social. Por meio das expedições financiadas pela Coroa, os naturalistas não se limitavam a observar apenas meio ambiente, mas também as manifestações que neles ocorriam. Os relatos produzidos são importantes fontes para a compreensão da própria concepção espacial e social dos povos que habitavam aqueles locais, da composição e da significância do meio natural, dos costumes, da alimentação, das festividades, da religiosidade e toda a gama de fatores que compõem um lugar.

Nesse sentido, o conceito de *Lugar* pode ser entendido como um espaço marcado por uma identidade formada por vivências e experiências únicas, conforme apresentado por Angelo Serpa em seu trabalho “Paisagem, Lugar e Região: perspectivas teórico - metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos”<sup>31</sup>. O autor coloca que “as sociedades organizam seus ambientes em função da percepção que elas têm deles e, reciprocamente, parece que elas o percebem em função da organização que dão a eles”<sup>32</sup>. Se esta constatação for utilizada como lente de análise da ocupação dos sertões mineiros, evidencia um condicionamento social da percepção espacial, onde se instalar em uma área indica que ela era propícia para gerar poder e prosperidade econômica. A formação de um Lugar<sup>33</sup> na colônia, indica sua ressignificação em meio à coerção.

No contexto de analisar as transformações dos lugares, os relatos de viagens se destacam como fontes valiosas para a compreensão territorial e das relações com o mundo natural, tanto no período em que foram produzidos quanto em épocas passadas. Os registros

---

<sup>30</sup> Mark Matzner cita o “O peregrino instruído”, elaborado pelo clérigo D. Manuel Caetano de Souza visando os interesses em realizar viagens de D. João V. (Ibid, p. 51)

<sup>31</sup> SERPA, Angelo. *Paisagem, Lugar e Região: perspectivas teórico - metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos*. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°33, pp. 168- 185, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74309>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2023.

<sup>32</sup> SERPA, 2013, p. 171 apud CLAVAL, 2004, p. 50.

<sup>33</sup> SERPA, 2008, p.171.

documentais do século XIX fornecem uma ampla perspectiva para refletir sobre processos anteriores, no século XVIII, e compreender as relações espaciais entre as pessoas e o ambiente em que estavam inseridas. Esses registros permitem entender as interações e perspectivas dos europeus com o meio social e o meio natural, e fornecem informações relevantes para uma apreensão mais abrangente do espaço sob a ótica desta pesquisa, como reflexões sobre a formação dos lugares narrados, especialmente quando considerados em conjunto com outras fontes. Destaca-se, em particular, a contribuição dos aspectos documentados por Saint-Hilaire durante suas viagens pelo Brasil.

Auguste de Saint-Hilaire foi um botânico e explorador francês, nascido em 1779 e falecido em 1853. Ele ficou conhecido por suas contribuições significativas para a botânica e seu trabalho foi detalhadamente documentado em seus diários. Em 1816, Saint-Hilaire embarcou em uma expedição científica ao Brasil, financiada pelo governo francês. Durante sua estadia no país, ele explorou extensivamente a flora e a fauna brasileiras, coletando e catalogando numerosas espécies de plantas. Além de suas contribuições científicas, Saint-Hilaire também se interessou pela cultura e pela sociedade brasileiras, registrou suas observações sobre a vida cotidiana, as tradições e as instituições sociais do Brasil.

Após retornar a França, dedicou-se à publicação de seus diários, que se tornaram importantes fontes para estudos sobre o Brasil, sua natureza e sua história. Fátima De Macedo Martins em seu livro “Saint-Hilaire em Goiás: Ciência, Viagem e Missão Civilizatória”<sup>34</sup>, destaca a contribuição dessas obras para a formação de um discurso ocidental sobre as sociedades, o qual influenciou na construção de identidades pautadas em diferenças distintas. A autora menciona que essa abordagem foi apropriada por diversos intelectuais, incluindo os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), para refletir sobre a identidade brasileira, enquanto os europeus também se valeram dessas diferenças para construir uma identidade europeia. Conforme menciona a autora, “viajar pressupõe descrever o outro”.<sup>35</sup>

Nessa perspectiva, Martins destaca que as viagens realizadas pelos naturalistas eram cuidadosamente planejadas com objetivos específicos, e os relatos presentes nos diários descrevem, em tempo presente, as experiências que já estavam previamente mapeadas. Viajar pela natureza era observar suas potencialidades. A autora aponta que houve uma mudança significativa na concepção da natureza impulsionada pela influência do Iluminismo.

---

<sup>34</sup> MARTINS, Fátima de Macedo. *Saint-Hilaire em Goiás: ciência, viagem e missão civilizatória*. 2017. 252 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

<sup>35</sup> *Ibid*, p. 81.

Anteriormente vista como um símbolo da perfeição da criação, a natureza passou a ser analisada de forma racional e científica. Essa transformação levou à ideia de que o espaço natural não era apenas um objeto de admiração ou fonte de subsistência, mas também um campo de estudo para compreender suas leis e potencialidades, passou a ser compreendida como um objeto de investigação, com o objetivo de explorar seus recursos e utilizá-los de maneira racional e operacional. Essa abordagem instrumental da natureza impactou significativamente a ciência, a exploração territorial e as concepções de mundo.

Com a presença da corte portuguesa no Brasil a partir de 1808 medidas foram impulsionadas e implementadas em diversas áreas visando alcançar um desenvolvimento ilustrado do país, diretamente ligado à ciência e à racionalização. A autora ressalta que, nesse cenário, e com o fortalecimento das relações entre Brasil e França, Saint-Hilaire chegou ao país altamente preparado para executar suas intenções, com um foco intenso no conhecimento botânico, desde a identificação de espécies até a elaboração de produtos relacionados<sup>36</sup>. Entretanto, as expedições empreendidas por Saint-Hilaire transcenderam os limites de seus objetivos botânicos, foram realizados diversos estudos para catalogar a flora, a fauna, a geografia, a geologia e os povos indígenas do Brasil, muito associados a natureza e ao caráter exótico, além de descrições precisas da sociedade. Ao longo de um período de seis anos, ele imergiu em uma ampla variedade de regiões e biomas brasileiros.

Saint-Hilaire visitou Aiuruoca em 1822, em suas anotações, além de minuciosas descrições da fauna, flora e relevo da região, registrou detalhes sobre a vida social e econômica da época, fornecendo informações relevantes não apenas sobre as estruturas presentes naquele período, mas também sobre os tempos anteriores que influenciaram a formação dessas organizações. Durante sua passagem, o naturalista enfatiza a hospitalidade dos anfitriões que receberam ele e sua equipe em suas fazendas<sup>37</sup>, descrevendo-as em detalhes. Em suas notas, ele destaca as montanhas próximas a cidade de Juruóca como “uma

---

<sup>36</sup> MARTINS, 2017, p. 113 - 117.

<sup>37</sup> Durante sua estadia em Aiuruoca, Saint-Hilaire frequentemente descreveu a simplicidade das casas e das pessoas que o acolheram. Apesar da escassez de recursos materiais, os habitantes locais eram extremamente amáveis e hospitaleiros, diferentemente da cultura francesa que muitas vezes esperava retribuições em troca de favores. Mesmo quando ocorria alguma retribuição, os moradores locais respondiam com ainda mais generosidade. Essa característica marcante persiste até hoje entre os habitantes dessas cidades, especialmente entre os que vivem em áreas rurais.

ramificação da Serra da Mantiqueira<sup>38</sup>, e no meio das quaes se alça um morro conhecido em toda a região sob o nome de Papagaio<sup>39</sup>.

Ao chegar às terras de Aiuruoca, Saint-Hilaire aponta que o caminho é baixo, percorrido entre as montanhas e coberto pela densa mata que caracteriza a região. Assim como este caminho, a cidade<sup>40</sup> fica próxima ao Rio Aiuruoca, também rodeada por vegetação exuberante. Com poucas casas e apenas três ruas, é marcada pela presença da simples sede da Paróquia, da qual ele aponta não haver nada de notável, e nem mesmo um sino, observa uma capela e outra igreja construída pela Irmandade do Rosário, além de bons estabelecimentos comerciais. O viajante destaca que a cidade é pouco frequentada durante a semana, mas movimentada nos dias de festas religiosas e aos domingos<sup>41</sup>.

No que se refere à economia local, Saint-Hilaire relata que a principal atividade econômica era a criação de gado e porcos, bem como o cultivo de milho. Ele observa que, segundo os moradores locais, a mineração deixou de ser uma atividade relevante há muito tempo na região próxima ao Rio Aiuruoca e seus afluentes, até o Rio Grande.

Outro fator importante apontado pelo naturalista é a predominância da população livre, o que ele atribui ao foco na atividade pecuária que exige menos mão de obra, e ao fato de que, segundo ele, lá “os homens livres não se envergonham de trabalhar”<sup>42</sup>. Atrelado a isso, ele destaca a baixa renda da maioria dos habitantes e a escassa circulação de capital na Freguesia, composta principalmente por pequenas fazendas apenas de subsistência. Segundo ele, esse fator também fazia com que o número de escravizados fosse menor, e o de trabalhadores, incluindo o próprio fazendeiro e seu núcleo familiar, fosse maior<sup>43</sup>.

O naturalista descreve com detalhes a paisagem que o cerca durante sua viagem, destaca as plantações de milho e outros alimentos, incluindo as uvas. A diversidade na vegetação é uma das características mais marcantes da região, com matas densas, altos pinheiros e vastas pastagens. Além disso, o relevo é bastante acidentado, com a presença de morros, pedras e cascatas, o que certamente o impressionou. É possível notar em seus relatos a admiração pela exuberância e riqueza natural de Aiuruoca, que se destaca por seus recursos

---

<sup>38</sup> A Serra da Mantiqueira, é formada por cristas rochosas que constituem aquíferos em suas fissuras, dando origem a um grande número de cachoeiras, o que explica a denominação “Mantiqueira” (EMATER, 2019, p.20), que provém do Tupi, e significa “serra que chora”, também relacionada à grande umidade e neblina presente na região. Aiuruoca, acompanhada dos municípios vizinhos, se localiza no leste da cadeia montanhosa.

<sup>39</sup> SAINT-HILAIRE, 1974, p. 52.

<sup>40</sup> A palavra “cidade” é utilizada na obra para se referir a área urbana, com suas casas e comércios próximos à Igreja.

<sup>41</sup> HILAIRE, 1974, p.53.

<sup>42</sup> Ibid, p.54.

<sup>43</sup> Ibid.

hídricos, pela variedade de espécies e pela harmonia entre os diferentes elementos que compõem a paisagem.

No dia oito de março, ele se dispôs a subir o Pico do Papagaio, que ele descreve como “uma montanha muito alta que, ao lado da cidade, parece inacessível e apresenta quatro cumes arredondados, mais ou menos iguais, colocados na mesma linha, uns atrás dos outros e aos quais se unem outras montanhas”<sup>44</sup>. No caminho, montado em sua mula, avistou belas cachoeiras e o Rio Juruoca com intenso fluxo de suas águas entre as pedras. Além disso, uma vegetação diversificada de plantas, árvores, arbustos, ervas e flores que brotam na terra e nas fendas das rochas, muitas das quais nunca havia visto em nenhum outro lugar do Brasil<sup>45</sup>.

Em suas anotações, Saint-Hilaire discorre sobre as diferentes denominações atribuídas às montanhas. A chamada “Serra do Papagaio” é composta pelos quatro cumes, sendo que o mais distante é o Papagaio, e as outras montanhas são chamadas de “Serra” ou “Serra da Juruoca”<sup>46</sup>. O Papagaio se destaca pela sua altura e é separado dos outros cumes por um pequeno precipício. Segundo o naturalista, ninguém havia chegado ao topo daquela montanha, o que despertava na população de Aiuruoca diversas possibilidades de suposições sobre o que lá havia: “uns colocaram-lhe um grande lago, outros ali fazem brilhar fogos nas noites de verão, outros por fim, pretendem que o diabo ali fora acorrentado por um santo sacerdote por ocasião da descoberta desta zona”<sup>47</sup>.

Obras como os diários de Saint-Hilaire representam fontes importantes para conhecer o espaço geográfico e a percepção do narrador sobre os locais visitados. No entanto, é crucial destacar que suas descrições e classificações das localidades e da natureza foram condicionadas por sua formação e perspectiva europeia. Os valores e percepções eurocêntricos moldaram as definições da fauna, flora e dos povos brasileiros ao longo do tempo. Isso traz à tona a reflexão sobre a ideia de conhecer para dominar, pois ao definir ou redefinir um elemento natural, ele passa a ser compreendido segundo a ótica colonial, contribuindo para a percepção de um papel de subserviência da natureza. Tanto que o naturalista é grandemente prestigiado por “descobrir” a diversidade da fauna e flora brasileira.

Nos relatos de Saint-Hilaire, observa-se a interação entre o ser humano e a natureza, destacando-se o uso extensivo das demarcações naturais para a orientação espacial. Esse aspecto é característico das narrativas coloniais, onde a natureza permeia diversas dimensões da experiência humana. Nesse contexto, o primeiro capítulo deste trabalho, intitulado “As

---

<sup>44</sup> Ibid, p. 57.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> Ibid, p. 58.

<sup>47</sup> Ibid, p.59.

narrativas do descobrimento e o serpentear pelas matas: as incursões pelos sertões mineiros”, explora essas temáticas. O capítulo aborda as concepções do mundo natural a partir da perspectiva das expedições aos sertões, enfatizando o conhecimento e a demarcação dos caminhos. A análise revela como a natureza não apenas servia como um cenário passivo, mas desempenhava um papel significativo na configuração das experiências e narrativas dos exploradores. Através dessas incursões, emerge uma compreensão do espaço geográfico que é simultaneamente prática e simbólica, o que reflete a complexa relação entre o ser humano e o ambiente natural.

O capítulo se inicia com reflexões sobre o mundo natural, que abrange diversas dimensões, às vezes divergentes, mas frequentemente complementares e sobrepostas. Essa complexidade é destacada por Laura de Mello e Souza em seu livro “O Jardim das Hespérides: Minas e as Visões do Mundo Natural no século XVIII”<sup>48</sup>. O título da obra foi inspirado pela analogia feita por Diogo de Vasconcelos em “História Antiga de Minas Gerais”, que relaciona as dinâmicas mineiras ao mito das Hespérides, associado a um “heroísmo mineiro” que dominava e denominava as áreas exploradas<sup>49</sup>. Nesse contexto, a paisagem é transformada e dimensões se fazem presentes, práticas, trágicas, míticas e afetivas, como delineado pela autora.

Para compreender as transformações que ocorreram ao longo do tempo nos territórios ultramarinos, é imprescindível aprofundar-se nos conceitos geográficos, examinando-os sob a ótica da colonização e das interações entre as sociedades humanas e o meio ambiente. Dentre esses conceitos, destacam-se as noções de paisagem, espaço, território, lugar e região, conforme delineados pelos referenciais teóricos de Milton Santos e Jean Marc Besse.

Para analisar as narrativas que compõem as dimensões práticas desses conceitos, é fundamental compreender como eles se estabeleceram ao longo do tempo, o que requer uma investigação sobre os caminhos que levaram a sua concepção. Jean Marc Besse e Gilles A. Tiberghien introduzem a Hodologia, a ciência dos caminhos, cujos percursos podem ser considerados tanto em sua dimensão física, referente aos trajetos em si, quanto simbólica, relacionada ao significado intrínseco do ato de caminhar. À medida que avançam os caminhos coloniais, ocorre também a consolidação territorial.

Ao estudar uma área geográfica e suas redes de sociabilidade, é possível compreender o conceito de territorialidade, conforme explicado por Maria Cristina Neves de Azevedo em

---

<sup>48</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O jardim das hespérides: minas e as visões do mundo natural no século XVIII*. 1 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022.

<sup>49</sup> Ibid, p. 15.

sua tese "Do necessário para a comodidade dos povos: urbanização e civilidade no território sul-mineiro - Baependi (1754-1856)"<sup>50</sup>. A autora ressalta que a territorialidade difere do conceito de território, este último referindo-se a uma porção territorial e geográfica delimitada. Por sua vez, a territorialidade envolve o sentimento de pertencimento a um determinado espaço, bem como as vivências e experiências nele ocorridas. Vale ressaltar que a territorialidade não se limita necessariamente a uma área delimitada, pode transcender fronteiras físicas e envolver grupos sociais em diferentes locais geográficos<sup>51</sup>. A análise das descrições de Aiuruoca e seus arredores, juntamente com a compreensão do conceito de territorialidade, permitirá uma reflexão abrangente sobre a organização espacial e social, bem como suas interações com o ambiente natural.

Nesse contexto, é essencial contemplar as dinâmicas das fronteiras, como discutido no segundo capítulo intitulado "Território e religiosidade na Freguesia de Aiuruoca no século XVIII". Esse capítulo oferece uma visão detalhada sobre as interações entre fronteiras geográficas, as práticas religiosas na região e relações de poder em Aiuruoca durante o século XVIII. Ao analisar essas interações, torna-se claro que as fronteiras não se limitam apenas a demarcações geográficas precisas, mas também englobam um sentido mais abrangente de identidade e conexão com o espaço, elementos dinâmicos que moldam e são moldados pelas experiências humanas ao longo do tempo.

Neste capítulo é realizado um mapeamento do território da Freguesia de Aiuruoca a partir das capelas pertencentes a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, considerando a importância do poder eclesiástico na delimitação territorial, a influência da Paróquia, as relações com as sesmarias concedidas, freguesias adjacentes, influência do Bispado de Mariana, instituição e extinção dos julgados, disputas territoriais com a Capitania de São Paulo e debates entre as vilas de São João del Rei e Campanha da Princesa.

Essas relações incluem os laços sociais, as experiências e a construção de identidades. Dessa forma, ao reconhecer a complexidade do processo de consolidação das unidades administrativas, políticas e religiosas. Azevedo aponta que:

Os limites são definidos pelas relações de alteridade, nas dimensões individual e coletiva, e pela apropriação de uma área na qual determinado grupo exerce domínio. O limite é a justificativa territorial das relações de poder e estas relações de poder se expressam nas diferentes instâncias da administração, seja ela do governo colonial,

---

<sup>50</sup> AZEVEDO, Maria Cristina Neves de. *Do necessário para a comodidade dos povos: urbanização e civilidade no território sul-mineiro – Baependi (1754-1856)*. 374 f. 2020. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

<sup>51</sup> Ibid, p. 24 - 25.

entendido como secular e espiritual, e do período de autonomia política, que conheceu a continuidade de interseção entre as dimensões sagrada e profana.<sup>52</sup>

As capelas desempenharam um papel crucial nas freguesias, especialmente durante o século XVIII ao assumir a função de centros de devoção religiosa e pontos de encontro para a comunidade local. Erguidas com a colaboração e devoção dos moradores, essas estruturas religiosas eram importantes referências físicas e espirituais para os habitantes. Além de serem espaços destinados à prática da fé católica, as capelas desempenhavam um papel central na vida social, utilizadas para a celebração de eventos importantes como casamentos, batizados e festividades religiosas, e contribuíam para fortalecer os laços entre os membros das comunidades. Ademais, estavam relacionadas às práticas administrativas e como elementos fundamentais na coesão comunitária dentro das freguesias.

Assim, a relação entre as capelas e a Paróquia era essencial para o controle e a administração dos locais mais distantes da sede, tanto em termos religiosos quanto políticos. As capelas, dispersas pelo território paroquial, representavam pontos de culto e congregação para as comunidades rurais, permitindo o acesso à vida religiosa mesmo em áreas distantes da Matriz. Religiosamente, as capelas estavam sob a supervisão direta do pároco da paróquia, que exercia autoridade espiritual sobre esses locais, garantia a celebração regular dos sacramentos e a manutenção das práticas religiosas. Do ponto de vista político, os templos desempenhavam um papel relevante no controle e na administração dos territórios. O pároco, como representante da autoridade eclesiástica, poderia exercer influência sobre assuntos civis e políticos nessas áreas, atuando como um elo entre a população local e as autoridades seculares. Dessa forma, as capelas funcionavam como extensões da autoridade paroquial, a construção de templos religiosos representava um meio efetivo de legitimação da dominação territorial, onde o controle era exercido desde o ultramar até as esferas locais.

Nesse contexto, a análise das fontes cartográficas desempenha um papel fundamental na compreensão da evolução histórica e social de Aiuruoca, bem como de suas interações com outras regiões e áreas geográficas adjacentes. Os mapas oferecem uma visão das dinâmicas territoriais e permitem observar não apenas a configuração espacial da região, mas também aspectos culturais, sociais e políticos que moldaram seu desenvolvimento ao longo do tempo a partir do que foi escolhido ou não para ser representado. É possível identificar nas cartografias as áreas de destaque, tais como paróquias, capelas, fazendas, postos militares, corpos d'água e relevo. No entanto, é igualmente relevante considerar o que foi omitido ou ocultado, pois

---

<sup>52</sup> Ibid, p. 25.

indica intenções e perspectivas dos cartógrafos, bem como relações de poder e hierarquias sociais que influenciaram a produção dos mapas.

No terceiro capítulo intitulado “A Convergência entre a Permanência e a Dominação”, explora-se o papel crucial desempenhado pela cartografia, em conjunto com outras fontes coloniais, como instrumento de controle, conhecimento e demarcação de posse territorial. Essas representações cartográficas foram permeadas por uma variedade de interesses e motivações, refletindo as complexas relações de poder e dominação que caracterizaram o contexto colonial. Os mapas, enquanto produtos da cultura material e intelectual de uma época, revelam-se como artefatos carregados de significados e intenções. A influência desses interesses se manifesta em vários aspectos da cartografia colonial, desde a seleção criteriosa dos elementos incluídos até a figura do próprio cartógrafo, as intenções daqueles que encomendaram o mapa, o propósito pretendido, o período de sua produção e outros elementos relevantes, como a ornamentação.

Portanto, o estudo das fontes cartográficas permite observar os elementos inerentes à construção histórica e social do território de Aiuruoca e compreender os diferentes aspectos envolvidos na produção dessas representações. Além disso, é fundamental reconhecer o papel da natureza tanto na composição dos mapas quanto em sua análise. Os elementos naturais, como topografia, hidrografia, vegetação e clima, desempenharam um papel fundamental na representação do território em mapas coloniais. Ao analisar esses elementos naturais, entende-se além da geografia física, mas também as estratégias de exploração e colonização adotadas pelos colonizadores a partir dela. Por exemplo, a representação dos rios pode indicar rotas de navegação ou áreas propícias para a agricultura. Da mesma forma, a densidade da vegetação pode refletir áreas de interesse para a exploração econômica, como plantações ou reservas de madeira. Além disso, as serras e picos representados nos mapas podem indicar barreiras a serem transpostas. Todos esses elementos demarcam limites territoriais e demonstram a interação entre fatores naturais e sociais na cartografia histórica.

As escolhas e exclusões presentes no processo de produção dos registros históricos, assim como a observação de outros elementos que podem ser utilizados como fontes, revelam uma notável convergência entre a permanência e a dominação. A análise dos processos de violência e exploração colonial que ocorreram durante a colonização dos sertões mineiros, conforme indicado por Núbia Braga Ribeiro em seu artigo “Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas de Ouro no Século XVIII”<sup>53</sup>, ressalta a importância de compreender os topônimos e

---

<sup>53</sup> RIBEIRO, Núbia Braga. *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Novais. 405 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

a ocupação do espaço sob uma ótica crítica e cuidadosa. Isso envolve considerar as relações de poder, dominação e violência que permearam a história colonial e que deixaram marcas na paisagem e na memória coletiva.

A autora destaca que os sertões eram considerados espaços indefinidos, não povoados e marcados por conflitos, nos quais a desapropriação das terras indígenas, aliada à perseguição aos povos nômades, era uma ocorrência frequente visando ao conhecimento, à demarcação e à dominação do território percorrido. Ribeiro argumenta que a exploração dos sertões teve como consequência uma opressão não apenas das terras, mas também da cultura dos povos originários que habitavam esses espaços. A terra é parte indissociável da cultura dos povos indígenas e, portanto, quando se oprime a terra, acaba-se por oprimir a cultura e a própria vida.

Ela argumenta que é fundamental realizar uma reflexão crítica acerca dos processos históricos de colonização no Brasil, principalmente no que diz respeito à violência e exploração dos povos originários. Ribeiro ressalta que o processo de interiorização da dominação territorial na América Portuguesa se embasou na busca pela acumulação de capital e na intensificação do poder, demandando, assim, a implementação de medidas que possibilitaram a realização desses objetivos. Dentre essas medidas, a autora destaca a distribuição de sesmarias e a abertura de picadas e caminhos, que forçaram o deslocamento dos povos indígenas, tornando suas terras delimitadas e apossadas dentro de normas régias. A criação dessas estratégias permitiu que as elites brancas expandissem seus territórios e impusessem seus sistemas legais e modos de vida aos povos originários, promovendo assim a opressão e a exploração dessas comunidades.

Um exemplo das medidas instituídas para a dominação territorial na América Portuguesa foi o “Diretório dos Índios”, criado durante a atuação de Pombal como ministro de D. João e implementado em 1757. Essa política objetivava inserir os povos originários nos padrões europeus, o que resultou em mudanças significativas no modo de pensar e agir em relação a esses grupos. As novas políticas impactaram diretamente em todas as esferas da vida social, política, econômica, religiosa e pessoal dos indígenas. Dentre as medidas adotadas, destacam-se a educação, a força de trabalho e o aldeamento, sendo este último responsável por produzir grandes consequências, como a alteração do ciclo da vida e da cultura alimentar de muitos povos nômades, além da redução marcante do território. Enquanto para os brancos a terra é vista como uma propriedade delimitada destinada à produção e enriquecimento, para os povos originários a terra faz parte integrante de sua vida e cultura.

Em sua análise, Ribeiro ressalta que a dominação dos povos indígenas representou um grande desafio para os colonizadores portugueses, que almejavam conquistar não apenas as riquezas naturais, como a terra e os metais preciosos, mas também as almas. Nesse contexto, a resistência desses povos foi vista como um obstáculo à expansão colonial, sendo enfrentada com medidas de colonização e catequização. O comportamento dos povos indígenas frequentemente era utilizado como justificativa para a opressão, o que perpetuou a violência e a exploração em muitos aspectos da vida. A narrativa colonial frequentemente retratava os indígenas como “selvagens” para justificar a imposição de políticas de assimilação cultural e conversão religiosa. No entanto, é importante ressaltar que a resistência indígena foi constante ao longo do período colonial, manifestando-se de diversas formas, desde revoltas e rebeliões até estratégias de adaptação e sobrevivência. Essa resistência é um testemunho da força e da resiliência das comunidades indígenas frente às pressões e opressões impostas pelo colonialismo.

Nesse contexto, destaca-se a importância da análise crítica da toponímia, que desempenha um papel fundamental no resgate histórico de povos silenciados durante a colonização. Isso ocorre em conjunto com a apresentação de vestígios arqueológicos encontrados na região em estudo e a problematização das fontes manuscritas. Os nomes geográficos, como representações proeminentes que resistiram ao passar do tempo, têm um papel crucial no desenvolvimento histórico e estão ligados tanto ao contexto natural da região quanto às estratégias de dominação que influenciaram a ocupação, a expansão territorial e as transformações. A análise crítica da toponímia permite identificar e reconhecer a presença e a influência dos povos originários na denominação de lugares e acidentes geográficos. Ao investigar os nomes indígenas e suas significações, é possível revelar aspectos importantes da cultura, da história e da relação desses povos com o ambiente em que habitavam. Além disso, a toponímia também evidencia os processos de colonização e dominação, muitas vezes representados pela imposição de nomes europeus sobre lugares previamente nomeados pelos povos nativos ou a utilização de nomes em tupi como estratégia.

Em sua tese, Maria Cristina Neves de Azevedo destaca enfaticamente a relevância da toponímia na construção do espaço<sup>54</sup>. A autora ressalta que a denominação ou alteração do nome de um local pode revelar aspectos significativos do processo histórico de formação de uma estrutura sociocultural, política e econômica, bem como as transformações ocorridas ao longo do tempo. Além disso, ao nomear um lugar, estabelecem-se limites dentro de uma

---

<sup>54</sup> AZEVEDO, 2020, p. 15 - 93.

ordem colonial, e esse espaço passa a constituir um local de sociabilidade que reflete os interesses econômicos da Coroa.

A atribuição de nomes a espaços geográficos exerce um impacto na percepção e utilização dessas áreas ao longo do tempo, refletindo a perspectiva e os interesses daqueles que realizam tais denominações. Azevedo ressalta que durante as incursões nos sertões, ocorreu uma sobreposição da ocupação territorial, com os colonizadores portugueses estabelecendo povoados em regiões que já contavam com assentamentos indígenas pré-coloniais, aproveitando-se das redes de comunicação já estabelecidas por essas comunidades <sup>55</sup>. A investigação das toponímias locais, juntamente com a análise de fontes históricas e geográficas, desempenha um papel fundamental na compreensão desse complexo processo de ocupação territorial e nas interações entre os colonos e os povos indígenas durante o período de colonização.

Assim, busca-se realizar uma análise abrangente que considera as diferentes maneiras como a natureza era concebida na perspectiva colonial. Desde a nomeação dos lugares, a influência nos caminhos e os locais de assentamento, até sua exploração conforme o potencial identificado econômico de cada região. As interações entre o ser humano e o mundo natural se refletem no contexto das expedições para os sertões além da Mantiqueira, na consolidação de Aiuruoca como Freguesia, na seleção dos locais para fazendas e capelas, nos produtos cultivados, nas relações sociais estabelecidas, nas crenças e tradições.

Essas relações entre o ser humano e o ambiente natural transpassam diversas dimensões, como aponta Laura de Mello e Souza, essas interações abrangem o mítico, o trágico, o prático e o afetivo. O mítico envolve o fascínio com o desconhecido, enquanto o trágico aborda as ameaças e os desafios enfrentados. Já o contexto prático diz respeito à viabilidade da exploração econômica e das práticas administrativas decorrentes do conhecimento, da dominação, da representação e da transformação do mundo natural. Por fim, a dimensão afetiva considera as experiências vivenciadas nesses lugares, incluindo a incorporação da natureza mineira ao universo afetivo <sup>56</sup>.

Os afetos relacionados ao mundo natural e à sociedade que se constituiu contemplada pelo Pico do Papagaio permeiam até os dias atuais. Apesar das transformações e desmembramentos territoriais, preserva-se uma riquíssima fauna e flora, a população mantém vivas lendas e crenças, enquanto os topônimos, picos, rios, cachoeiras e matas figuram como

---

<sup>55</sup> AZEVEDO, 2020, p. 39 apud VENÂNCIO, 1999, pp. 181-189.

<sup>56</sup> SOUZA, 2022, p. 108.

testemunhas silenciosas do passado, carregando consigo a memória das interações humanas com o ambiente ao longo dos séculos.

## CAPÍTULO 1

### **As narrativas do descobrimento e o serpentear pelas matas: as incursões pelos sertões mineiros.**

Este é o rio, a montanha é esta,  
Estes os troncos, estes os rochedos;  
São estes inda os mesmos arvoredos;  
Esta é a mesma rústica floresta <sup>57</sup>.

Cláudio Manoel da Costa, em seu VIII Soneto, traz em suas palavras a ação do tempo e a relação entre as mudanças e permanências na paisagem que contempla. Seus versos revelam como os elementos naturais persistem no tempo e na memória afetiva do observador, servindo como testemunhas de uma paisagem transformada, onde o que permaneceu se torna um eco do passado. A natureza, com seus rios, montanhas, troncos, rochedos e árvores, assim como a densa floresta, resistiram às vicissitudes do tempo e das mudanças. Mesmo diante de uma paisagem ressignificada, esses elementos ainda carregam consigo os vestígios de um tempo que já se foi, testemunhando a efemeridade da vida, que também é marcada por permanências.

O tempo, a natureza e a vida estão sempre em constante transformação, um fluxo contínuo que molda e redefine o mundo. Essas mudanças são observáveis não apenas na efêmera passagem das estações ou no movimento dos rios, mas também nas sutis nuances da vida cotidiana. No entanto, são nas narrativas que tais transformações se revelam de forma tangível. Ao narrar o espaço, suas características e nuances se solidificam no tempo da escrita, criando uma janela para o passado e permitindo que a paisagem histórica se torne palpável aos sentidos.

É notável observar que, da mesma forma que o espaço físico, as narrativas estão sujeitas a mudanças e interpretações à medida que convergem entre si e com outras fontes de informação. Elas também refletem as percepções e os anseios do momento presente da escrita, que se evidenciam nas perspectivas de ocupação do espaço. Esses anseios impulsionaram a transformação dos recursos naturais em matéria-prima e alimentaram as ambições de poder e enriquecimento, frequentemente entrelaçadas nos registros.

---

<sup>57</sup> COSTA, Cláudio Manoel da. *VIII Soneto*. In: Poemas. São Paulo: Editora Cultrix, 1966. p. 3. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras\\_completas\\_literatura\\_brasileira\\_e\\_portuguesa/CLAUDIO\\_MANUEL\\_COSTA/POEMAS/POEMAS.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras_completas_literatura_brasileira_e_portuguesa/CLAUDIO_MANUEL_COSTA/POEMAS/POEMAS.PDF). Acesso em: 10 abr. 2024.

As narrativas de viagens e os diversos veículos de informação que transportavam relatos sobre as terras e as possibilidades exploradas pelos colonizadores, como diários, cartas, requerimentos e outros registros, carregam consigo uma rica tapeçaria de elementos. Esses relatos revelam o fascínio pelo desconhecido, exploram o que pode permanecer e abraçam as promessas do futuro. Elas representam um encontro entre o que é, o que foi, o que será e o que poderia ser, oferecendo um vislumbre das múltiplas camadas temporais que compõem a experiência humana.

Os elementos naturais desempenham um papel fundamental nesse cenário, permitindo a observação das permanências e das possibilidades que ofereciam aquele período específico. Eles foram ressignificados pela ótica colonial, transformando-se em peças-chave do imaginário da época. A natureza, em suas diversas dimensões, foi percebida e interpretada de formas variadas: do temor ao fascínio, do inexplorado ao cotidiano.

A literatura de viagem, segundo Matzner<sup>58</sup>, trata-se de uma retórica da experiência, onde as narrativas não se limitam simplesmente a relatos geográficos ou descrições físicas do ambiente explorado. Ao contrário, esses registros transcendem tais aspectos, tornando-se discursos intencionais que moldam a percepção dos leitores sobre as terras descobertas e oferecem uma interpretação específica da natureza e do progresso de acordo com os objetivos de seus autores.

A retórica da experiência é uma abordagem na qual a expressão verbal ou textual é usada para moldar a percepção e interpretar a experiência vivida. Ela se baseia na ideia de que a forma como uma experiência é comunicada influencia a forma como é compreendida e interpretada pelos leitores. Nesse contexto, a retórica não se limita apenas à transmissão de informações objetivas, mas também envolve o uso de técnicas persuasivas para influenciar a compreensão e a interpretação da experiência.

Na literatura de viagem, por exemplo, a retórica da experiência pode ser observada no modo como os viajantes descrevem e narram suas jornadas. Eles selecionam e enfatizam certos aspectos da experiência, utilizam recursos linguísticos para criar imagens vívidas e empregam estratégias narrativas. Dessa forma, eles não apenas relatam os fatos objetivos, mas também moldam a percepção do leitor sobre o lugar visitado, sua cultura, seu povo e suas paisagens.

Além disso, a retórica da experiência também está presente em outras formas de expressão, como discursos políticos, relatos de eventos históricos e testemunhos pessoais. Em todos esses contextos, a forma como a experiência é comunicada pode influenciar

---

<sup>58</sup> MATZNER, 2020, p. 48-51.

profundamente a maneira como é compreendida e interpretada. Assim, a retórica desempenha um papel crucial na construção de significados e na formação de perspectivas sobre o mundo. Ao longo dos séculos, essas narrativas variaram significativamente, refletindo as mudanças nos propósitos e estilos da escrita de viagem. No entanto, independentemente das alterações estilísticas, a literatura de viagem sempre desempenhou um papel fundamental na construção e na disseminação de imagens e ideias sobre as terras exploradas.

Além disso, é possível observar uma transformação nas concepções culturais e nos propósitos subjacentes a essas expedições ao longo do tempo. A literatura de viagem documenta os eventos e descobertas, como um reflexo dinâmico das mentalidades e dos objetivos coloniais em constante evolução. É por meio dessas narrativas que pode-se compreender as viagens, as motivações, as crenças e as ideologias que impulsionaram os exploradores e colonizadores ao longo da história.

Durante o século XVI, as narrativas de viajantes refletiam o espírito da exploração marítima e das primeiras incursões nas Américas e na Ásia. Esses relatos abordavam o perigo, o medo, a maravilha e o desconhecido, envolvendo os territórios explorados em uma aura de encantamento, mistério e especulação. No século XVII, houve uma expansão significativa de documentos que retratavam viagens, entradas, explorações e elementos territoriais. Isso ocorreu à medida que as fronteiras do conhecido se expandiam. As narrativas desse período eram marcadas por encantos exóticos e pelos desafios enfrentados em terras distantes. No século XVIII, os documentos de viagem ganharam um caráter mais prático e descritivo, alinhado aos propósitos políticos e científicos da época. Eles serviam como fonte de controle e contribuíram para a busca por reconhecimento e méritos da Coroa. Na primeira metade dos setecentos, predominavam os aspectos políticos, enquanto na segunda metade observou-se uma significativa incorporação de naturalistas e matemáticos. Já no século XIX testemunhou-se uma transformação na literatura de viagem com o avanço científico e industrial. Com o aumento da circulação e busca por conhecimentos ligados sobretudo às ciências naturais, houve uma expansão na exploração de recursos para além do ouro, que já se encontrava em declínio. Isso resultou em uma intensa exploração das potencialidades naturais, refletida nas narrativas desse período.

Narrar determinado fato, vai muito além do simples registro objetivo. Assim como os mapas produzidos, os relatos de viagem eram carregados de intencionalidades. Cada elemento abordado era observado através dos olhos de quem vinha de longe, carregando consigo um sentimento de estranhamento. Ressignificar esses elementos era parte essencial da busca por

familiarizá-los, inserindo-os em um contexto de conhecimento que, por sua vez, implicava em dominação e posse.

Essa relação complexa entre o ser humano e a natureza, entre o eu e o outro, delineava uma dicotomia que se expandia ao longo das narrativas. Não se tratava simplesmente de uma oposição estrita, mas sim de uma hierarquização dos elementos que compunham a vida. Essa hierarquização muitas vezes resultava na perda da alteridade, na qual o outro, era subjugado e subordinado aos interesses e visões do colonizador. Essa dinâmica complexa e multifacetada permeia as narrativas de viagem, refletindo as relações de poder e as representações culturais da época.

A compreensão da formação de um lugar colonial demanda uma análise cuidadosa dos caminhos que conduziram a essas terras. Os feitos das expedições que penetraram nos sertões tornam-se elementos fundamentais na compreensão da tessitura geográfica, social e cultural colonial. É através da interseção dos caminhos coloniais que se delineiam as representações da paisagem e se desenvolvem as identidades locais, revelando uma rede de relações entre os exploradores, as terras exploradas e as comunidades locais.

### **1.1 - Conceitos de paisagem, espaço, território, lugar e região.**

Explorar alguns conceitos relacionados à geografia, como paisagem, espaço, território, lugar e região, é essencial para se compreender as concepções dos caminhos percorridos, suas transformações, representações e dimensões ao seu entorno. Esses conceitos oferecem uma estrutura analítica para entender a interação entre sociedade, espaço físico e as dinâmicas que moldaram a paisagem. Ao examinar a relação entre esses elementos, desvela-se histórias entrelaçadas de como os lugares são percebidos, apropriados e transformados ao longo do tempo, a partir das interações humanas com o ambiente.

O conceito de paisagem possui diversas nuances em diferentes áreas, destaca-se para conduzir a reflexão, os autores Jean-Marc Besse e Milton Santos. Besse, em “O gosto do mundo: exercícios de paisagem”<sup>59</sup>, explora diversas perspectivas sobre a constituição e conceituação da paisagem, convergindo para a ideia central de que o papel essencial do ser humano e das relações sociais, influenciam na definição do que pode ser considerado uma paisagem. No primeiro capítulo, Besse introduz o conceito das “cinco portas da paisagem”, nesta análise, a paisagem é inicialmente apresentada como uma representação cultural e social, suscetível a interpretações decorrentes das diversas formas de expressão humana, tanto

---

<sup>59</sup> BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: Exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

individuais quanto coletivas. O autor destaca que essas expressões são responsáveis por reproduzir a paisagem, evidenciando-a como um território fabricado e habitado.

Besse ressalta que a paisagem é marcada por relações políticas, econômicas e culturais que organizam o espaço, proporcionando um ambiente propício para a ocorrência de vivências significativas. Este enfoque destaca a interconexão entre a paisagem e as dinâmicas sociais que moldam sua essência. Essa abordagem inicial do autor permite compreender a paisagem não apenas como um cenário geográfico, mas como um reflexo intrínseco das interações humanas que a definem. Ao considerar a influência das expressões culturais e sociais, Besse traz uma visão mais abrangente e dinâmica do conceito de paisagem, ressaltando sua complexidade e importância na compreensão da inter-relação entre o ser humano e o ambiente que o circunda.

Ao analisar o contexto colonial do final do século XVI e as décadas subsequentes, marcado pela expansão das entradas aos sertões, torna-se evidente, em concordância com as ideias de Besse, uma transformação nas percepções de paisagem no âmbito colonial. Nesse cenário, a paisagem do interior do Brasil passa a ser cada vez mais composta por conjuntos de elementos em uma rede de ações guiadas pelos objetivos de expansão do poder luso-hispânico.

A partir dessa abordagem, a paisagem transcende a simples disposição física de elementos, transformando-se em um palco onde as narrativas individuais e coletivas se desdobram. Assim, a análise da paisagem vai além da sua dimensão visual e se estende à compreensão das relações entre as experiências humanas, os objetos e o ambiente que os circunda. Como no papel da própria natureza, incluindo a direção e intensidade dos ventos, as probabilidades da chuva, o rumo dos rios, o clima, a geologia, a topografia e a vegetação. Estes elementos desempenham papéis cruciais nas escolhas dos locais de instalação e no desenvolvimento populacional.

O autor destaca o termo “ecúmeno”<sup>60</sup>, utilizado na geografia para se referir às áreas habitadas ou propícias para a habitação humana no planeta e destaca que as áreas consideradas ecúmenas tornaram-se progressivamente mais amplas, impulsionadas pelas facilidades que possibilitaram tornar os meios mais transitáveis e habitáveis. Esse conceito de ecúmeno reflete a expansão geográfica, a adaptação e transformação das paisagens devido às mudanças nas condições climáticas, geográficas e sociais. A compreensão desses fatores é fundamental para uma análise das escolhas humanas no desenvolvimento e ocupação dos espaços ao longo dos períodos históricos.

---

<sup>60</sup> Ibid., p.37 - 40.

Dessa maneira, a paisagem pode ser pensada como um intrincado conjunto de nuances, que reflete as múltiplas experiências e maneiras de vivenciar o mundo. Segundo as observações de Besse, são as diferentes formas de experimentar, questionar e atribuir qualidades à vida que conferem significados aos objetos e contribuem para a composição da paisagem. É por meio dessas experiências e percepções que a paisagem ganha vida, articulando a forma como as ações ocorrem dentro dela. O autor destaca a interação dinâmica entre as experiências humanas e a construção de significados na paisagem.

Já as obras de Milton Santos, emergem como referências centrais nas reflexões sobre os conceitos geográficos mencionados. Em suas publicações “Espaço e Método”<sup>61</sup>, “A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção”<sup>62</sup>, e “Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia”<sup>63</sup>, nota-se um ponto de convergência: a centralidade do papel social e das ações humanas em todas as análises, transformações e concepções geográficas. Através de suas investigações, Santos destaca a interação entre sociedade e espaço, e como as dinâmicas moldam os territórios e influenciam suas representações.

Compreender a paisagem como uma manifestação das ações humanas em momentos específicos é central na abordagem de Milton Santos. Ele a concebe como um conjunto que abrange elementos tangíveis e intangíveis, como valores, hábitos e relações sociais. Nesse contexto, a paisagem não é estática, é dinâmica e está em constante transformação devido às atividades humanas que nela ocorrem. Santos destaca que a paisagem funciona como um reflexo do funcionamento social que a caracteriza, sendo capaz de manifestar o passado histórico, mas também revelar o presente e as potencialidades futuras.

Ao considerar a paisagem como um conjunto complexo de experiências, torna-se evidente que narrar a paisagem vai além da descrição visual. Essas narrativas são expressões intencionais que capturam e interpretam as nuances das interações humanas com um ambiente em constante transformação. A relação entre narrar e compreender o que a paisagem representa destaca a importância dos textos como instrumentos interpretativos. As narrativas não são simples relatos neutros, são meios através dos quais a sociedade expressa e atribui significado às suas experiências, refletindo suas percepções, valores e relações de poder.

Essas narrativas, frequentemente presentes em cartas e diários de viajantes, ilustram os elementos naturais proeminentes e ressaltam como essas características geográficas

---

<sup>61</sup> SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

<sup>62</sup> SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

<sup>63</sup> SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

desempenhavam um papel crucial na formulação de fronteiras políticas e na configuração da própria paisagem colonial. Assim, narrar a paisagem durante o período colonial era um meio fundamental de compreender e interpretar a sociedade e o ambiente em que ela se inseria, torna-se uma expressão da relação entre a sociedade colonial e o ambiente, demonstrando como as experiências humanas moldam e são moldadas pelo contexto geográfico em constante transformação. Essa abordagem narrativa, registrada nas cartas, diários, requerimentos e documentos diversos revela não apenas a estética da paisagem, mas também seu papel político na construção e delimitação dos espaços coloniais.

Ao abordar a ideia de “Espaço”, Milton Santos destaca em “Espaço e Método” que este não é simplesmente uma condição para o desenvolvimento social, mas sim um agente ativo dentro desse processo. Para Santos, o espaço é uma totalidade na qual a sociedade é participante ativa. Ele conceitua o espaço como uma síntese de fatores sociais e naturais, argumentando que esses elementos não são antagônicos, mas sim complementares: os fatores naturais representam as forças preexistentes à ação humana, enquanto os fatores sociais englobam as ações e relações humanas dentro desse contexto. Nessa perspectiva, o ser humano é dinâmico, capaz de transformar a natureza e, ao mesmo tempo, ser influenciado por ela em um processo dialético. Isso é exemplificado pela escolha de locais propícios para a extração de matéria-prima, iniciando assim um ciclo contínuo de cultivo e extração que resulta na alteração da própria paisagem. Santos ressalta o espaço como uma instância marcada por dimensões econômicas, sociais e ideológicas, cujas narrativas e formas de pensar alteram a relação do ser humano com o ambiente ao seu redor. Portanto, fica evidente que a essência do espaço é social, e que o desenvolvimento social emerge do movimento dialético de transformações e interações.

O conceito de território, em consonância com as ideias de paisagem e espaço, é discutido por Milton Santos em “A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção”. Ele define o território como a dimensão do espaço, onde o espaço é o resultado das ações e das articulações dos objetos. Essa definição ressalta a importância do conceito de objeto, entendido como algo que existe independente, mas que requer a intervenção humana para adquirir significado. É nos objetos que as ações se desdobram como resultado das relações estabelecidas. Nesse sentido, segundo Santos, não existe território sem ação técnica, e a técnica, por sua vez, não existe fora do território.

A técnica, dentro desse contexto, é caracterizada como a realização de ações que atribuem significados aos objetos, sendo uma atividade carregada de intencionalidade, especialmente no que diz respeito à produção e ao saber fazer algo. Essas ações técnicas

estabelecem uma forte relação entre o ser humano e a natureza e são temporalizadas, inseparáveis do espaço e do tempo, sendo demarcadas principalmente pelo trabalho.

No contexto do território, várias de suas frações se articulam em fluxos determinados pelas atividades e funcionalidades presentes em dinâmicas tanto internas quanto externas, com diferentes proporções, como observado entre regiões produtivas. Portanto, ao pensar no território, é essencial considerar a interdependência entre sua materialidade e as ações que nele ocorrem, reconhecendo a relação entre espaço, técnica e tempo na formação e na transformação dos territórios.

Em diálogo com os conceitos previamente discutidos, o lugar, na análise de Milton Santos, assume uma posição crucial dentro do movimento dialético que permeia a geografia. Santos concebe o lugar como um ponto específico dentro do recorte territorial, onde uma diversidade de elementos adquire significado e se amalgama em uma totalidade dinâmica. Essa totalidade é compreendida como um constante movimento, no qual ocorrem interações entre a multiplicidade de elementos e a busca por uma unidade que os sintetize. Assim, o conceito de lugar não se dissocia do espaço, da técnica e do tempo, mas, se insere nesse contexto mais amplo, destacando-se como uma manifestação singular das relações humanas com o ambiente geográfico.

Em consonância com as ideias apresentadas anteriormente, a região emerge como uma construção complexa, cuja definição é delineada tanto por fluxos, que são dinâmicos, quanto por elementos fixos, que são estáveis, moldam sua espacialidade e a distinguem de outros espaços geográficos. Esses fluxos e fixos determinam a estrutura regional, mas também influenciam diretamente aspectos econômicos e funcionais que caracterizam a região.

Como ao analisar a colonização do Brasil, pode-se observar como diferentes regiões foram configuradas de acordo com fluxos de desbravadores, os ciclos de comércio de produtos específicos, como o açúcar, o ouro, café, entre outros, e elementos fixos, como a geografia física e os padrões de assentamento humano, como ocorreu em Minas Gerais, significativamente influenciada pela descoberta e exploração de ouro no século XVIII, que atraiu uma grande quantidade de pessoas para a região, mas também moldou sua economia, estrutura social e cultura de forma duradoura.

Em síntese, os conceitos discutidos revelam-se fundamentais para compreender as dinâmicas das explorações bandeirantes, entradas para os sertões e a busca por novos caminhos durante o período colonial brasileiro. As regiões exploradas e os trajetos percorridos por esses grupos são delineados pela interação entre fluxos e elementos fixos, onde os movimentos humanos, as rotas comerciais e as características geográficas

desempenham papéis essenciais. Ao observar a expansão para o interior do Brasil, especialmente em regiões como Minas Gerais, identifica-se como esses conceitos geográficos se manifestam na organização e na ocupação do território, na estrutura econômica, relações sociais e culturais que se estabeleceram nesses espaços.

## **1.2. - Hodologia: A ciência dos caminhos.**

“Serpentear” é um termo que descreve o movimento sinuoso ou ondulante, assemelhando-se ao deslocamento de uma serpente. Esse termo pode ser utilizado para descrever o curso de rios através de vales ou o trajeto de estradas através de terrenos montanhosos. Ao longo das margens do rio, observa-se suas curvas suaves e fluídas, intensas e impetuosas, à medida que serpenteia através do espaço, moldando-a ao seu passar. Da mesma forma, estradas sinuosas e curvilíneas que serpenteiam pelas montanhas oferecem vistas panorâmicas e desafios emocionantes aos viajantes, à medida que seguem seu curso irregular através do terreno acidentado. Assim como os rios serpenteiam através das paisagens, os caminhos pelo interior do Brasil adaptam-se às curvas da natureza.

Ao contemplar as expedições que impeliram diversos grupos de paulistas a desbravar matas e trilhas indígenas em busca de metais preciosos, surge a necessidade de refletir não apenas sobre a geografia física percorrida, mas também sobre a própria essência do ato de “caminhar” e “escolher caminhos”. Jean-Marc Besse utiliza a prática do caminhar como um ponto de partida para analisar as ações humanas na quebra da inércia do mundo <sup>64</sup>.

Segundo Besse, o ato de caminhar vai além de uma simples locomoção, ele representa uma quebra da passividade, proporcionando a oportunidade de experimentar e requalificar a existência com novas possibilidades e intensidades. Dessa forma, o ser humano emerge como agente transformador da paisagem, moldando-a com base nas peculiaridades encontradas durante esse movimento dialético. Essa concepção ecoa as ideias de Milton Santos, que, em diversos estudos, discorre sobre a dinâmica em que o ser humano modifica a natureza, ao passo que a natureza, por sua vez, exerce sua influência sobre o ser humano, estabelecendo uma relação de mútua transformação, mesmo que em proporções distintas.

Ao expandir o espaço colonial por meio do caminhar, não apenas o ambiente físico é alterado, mas a própria percepção e narrativa da paisagem são transformadas. Atravessar esse território não apenas resulta em mudanças tangíveis, mas também redefine a forma como a paisagem é concebida, compreendida e relatada. O caminhar, assim, emerge como um

---

<sup>64</sup> BESSE, 2014, p. 183 - 199.

processo dinâmico que transcende a movimentação física, é um agente catalisador que incita mudanças na geografia, na compreensão humana do espaço e na construção das narrativas que o envolvem. Este movimento, ao adentrar as fronteiras do espaço colonial, transforma a paisagem física e molda a paisagem cultural, evidenciando a interconexão entre a ação humana e a configuração do ambiente.

Besse apresenta a fascinante ideia da hodologia, concebida como a ciência dos caminhos, dos estudos das rotas e viagens. Segundo ele, o caminho desempenha um papel crucial na organização e estruturação da paisagem, sendo esta constantemente formada e reconfigurada pelos deslocamentos e dinâmicas inerentes, que incluem desvios, sentimentos, desejos, expectativas e interpretações.

Gilles A. Tiberghien<sup>65</sup>, por sua vez, aborda a hodologia a partir de perspectivas clássicas e teóricas, realizando uma revisão historiográfica da ciência. Ele fundamenta sua visão na ideia de que caminhar não se limita a um estudo de rotas, pois enquanto as rotas são demarcadas, os caminhos podem ser abertos, criados, individuais e subjetivos. Tiberghien destaca a diferenciação entre rotas e caminhos, onde as rotas estão associadas à construção e à superfície percorrida, enquanto os caminhos estão ligados ao movimento e ao processo<sup>66</sup>.

Refletindo sobre as perspectivas de John Brinckerhoff Jackson apresentadas por Tiberghien<sup>67</sup>, percebe-se que os caminhos desafiam a ideia tradicional de o ser humano se estabelecer, fixar-se em uma propriedade privada, produzir e desenvolver-se nela. Os caminhos, ao contrário, conduzem para o desconhecido, o incerto, incitando à ação, à mudança e ao movimento. Dessa forma, a hodologia se insere na reorganização do território geográfico a partir dos caminhos que penetram suas paisagens.

Essa abordagem abrange a importância dos caminhos na estruturação do espaço e destaca a influência significativa que esses caminhos exercem na relação entre o ser humano e o ambiente. Ao entender os caminhos como agentes transformadores, a hodologia emerge como uma ferramenta essencial na análise e compreensão da dinâmica espaço-temporal das paisagens, enriquecendo a percepção da interação complexa entre movimento, território e experiência humana.

Nesse contexto teórico, a análise do papel dos caminhos indígenas emerge como um elemento crucial para a compreensão das dinâmicas de circulação durante o período colonial. A utilização desses caminhos não se restringiu apenas à facilitação da locomoção, ela também

---

<sup>65</sup> TIBERGHIEU, Gilles A. *Hodológico*. Revista Valise Porto Alegre, Porto Alegre, v. 2, n. 3, ano 2, jul. 2012.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 163.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 165.

estabeleceu vias de transporte fundamentais na configuração do espaço colonial. Os exploradores, cientes da complexidade do território, baseavam-se nos conhecimentos profundos dos guias indígenas.

Esses guias, com uma compreensão dos rios, pontos de passagem, vegetação e outros elementos geográficos, asseguravam a eficiência do deslocamento e influenciavam estrategicamente a escolha de pontos para o estabelecimento de assentamentos e núcleos populacionais. A interconexão entre a hodologia e os caminhos indígenas torna-se evidente, revelando-se como um aspecto essencial na compreensão da formação dos núcleos coloniais. Essa abordagem integrada destaca a importância não apenas da movimentação em si, mas da profunda interação entre os caminhos, as comunidades indígenas e a configuração do espaço.

### **1.3 - Entradas para os sertões, bandeirismo paulista e primeiros descobertos.**

Estabelecidos nos sertões, os caminhos indígenas<sup>68</sup> desempenharam um papel essencial na história da colonização brasileira. Segundo Sérgio Buarque de Holanda em “Caminhos e Fronteiras”, essas rotas ofereciam aos paulistas valiosas lições de orientação e sobrevivência em meio às matas densas e aos terrenos acidentados. Holanda destaca<sup>69</sup> que as trilhas indígenas eram marcadas por uma variedade de sinais, como galhos cortados e riscos em árvores, e os viajantes também contavam com a orientação dos astros e dos rastros de animais para encontrar o caminho certo. Essas pistas exigiam um olhar aguçado e uma compreensão profunda do ambiente. A interação entre os colonizadores e os caminhos

---

<sup>68</sup> Carvalho Franco, em “Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo”, no capítulo intitulado “Seguidores de Satanás”, oferece uma perspectiva detalhada sobre três importantes caminhos indígenas conhecidos pelos paulistas durante o período colonial. O primeiro deles, chamado de “Caminho dos Pinheiros ou Peabiru”, seguia por terra até alcançar o rio Paranapanema, atravessava os domínios dos Pyrianos e dos Guayanás, e finalizava sua rota pelos rios Ivahy e Piquery. O segundo caminho partia de rios próximos à Vila de São Paulo, alcançava o rio Tietê, descia até o Paraná, e então seguia por terra até Guaíra. Já o terceiro caminho ia diretamente do rio Tietê ao Rio Paraná, tomando porto no Salto do Guaíra. Carvalho Franco aponta que a denominação dos Guayrás é derivada do nome do cacique que foi responsável por providenciar canoas para a travessia do Rio Paraná, na altura das Sete Quedas. As cachoeiras que compunham as Sete Quedas, eram uma característica geográfica marcante nessa região e fizeram parte de um processo controverso durante a ditadura militar no Brasil. As Sete Quedas do Rio Paraná foram inundadas devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, um projeto que gerou inúmeras críticas e impactos socioambientais significativos. Além da perda irreparável de um patrimônio natural e cultural, a inundação das Sete Quedas provocou o deslocamento forçado de comunidades, sem garantias adequadas de compensação ou assistência. Essa questão ressalta não apenas as consequências desastrosas da exploração desenfreada dos recursos naturais em nome do desenvolvimento econômico, mas também levanta questões sobre a preservação da história e da identidade cultural das comunidades afetadas. A inundação das Sete Quedas representa um exemplo das violações de direitos humanos e ambientais durante o regime militar, destacando a importância de uma abordagem crítica ao analisar os eventos históricos relacionados à perpetuação do pensamento colonial na exploração do território brasileiro.

<sup>69</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Livraria José Olímpio Editôra, Rio de Janeiro, 1957. p.19.

indígenas revela, segundo o autor, a habilidade adaptativa dos primeiros portugueses no Brasil e a importância dessas rotas na expansão e exploração do território.

Sérgio Buarque de Holanda<sup>70</sup> ressalta a dificuldade de percorrer as trilhas indígenas, que foram ampliadas apenas após a introdução de meios de transporte coloniais, como a expansão do uso de cavalos e, posteriormente, de carroças. Segundo suas observações, a estreiteza dos caminhos pode ser explicada pelo costume nativo de se andar em filas, com os pés retos à frente. Esse método proporcionava uma melhor distribuição do peso do corpo, causando menos cansaço e permitindo caminhadas a distâncias maiores, algo que foi ensinado aos colonizadores. A adaptação das trilhas indígenas aos novos meios de transporte foi essencial para a expansão da colonização e da exploração do território, facilitando o acesso a áreas remotas e possibilitando o transporte de bens e pessoas de maneira mais eficiente.

O autor destaca a precisão daquilo que ele chama de “cartografia indígena”<sup>71</sup>, mencionando uma “extraordinária habilidade cartográfica” entre os povos nativos. Segundo suas observações, os indígenas tinham a capacidade de representar caminhos, rios, vertentes e montanhas em desenhos na areia para guiar aqueles que precisavam. No entanto, ao descrever essas habilidades, Holanda utiliza uma visão narrativa comparativa, baseando-se em parâmetros europeus, por exemplo, ao mencionar que os indígenas “ignoravam” a escrita, e ao expressar surpresa com coisas consideradas “bem feitas”, como os desenhos e a capacidade de orientação. Segundo o autor, os portugueses admiravam a habilidade de seus guias indígenas em encontrar pontos de água e acreditavam que isso decorria da “extraordinária capacidade de observação da natureza, peculiar a esses homens e inatingível para o povo civilizado”<sup>72</sup>. Essa narrativa comparativa, reflete uma perspectiva etnocêntrica, pois a admiração dos portugueses pelas habilidades dos guias indígenas pode ser interpretada como uma forma de “exotização” ou “idealização” do que era considerado “primitivo” em contraste com o “civilizado”.

No quinto volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, foi publicado em 21 de julho de 1899 o estudo de Theodoro Sampaio intitulado “O sertão antes da conquista - século XVII”. No referido estudo, Sampaio aborda o processo de adaptação dos colonizadores ao novo mundo ao final do século XVI. Nesse período, embora a costa estivesse completamente ocupada, a população era escassa, e as incursões em direção aos sertões já se tornavam uma prática comum. Em meio a esse cenário de exploração e desbravamento, Sampaio observa a formação do que denomina de uma “sub-raça”, composta

---

<sup>70</sup> Ibid., p. 24 - 36.

<sup>71</sup> Ibid., p. 23 - 24.

<sup>72</sup> Ibid., p. 37.

por mestiços e mamelucos, e destaca um perfil aventureiro, marcado por audácia e uma profunda afinidade pelas jornadas exploratórias.

A respeito dos sertões, Theodoro Sampaio descreve uma atmosfera de “uma obscuridade misteriosa e cheia de encantamentos, em que se comprazia a imaginação e se alimentava a ingênua credulidade dos homens de beira-mar”<sup>73</sup>. Segundo Sampaio, muitas expedições nem mesmo foram oficialmente registradas, sendo mobilizadas no século XVII por lendas de tesouros e belezas ocultas. Ele sugere que, “ouvindo-se essas narrativas fabulosas, dar-se-ia que os tesouros estavam à mercê de quem quer que fosse que com alguma audácia se deliberasse a patentear tão decantadas maravilhas”<sup>74</sup>. Para Sampaio, toda a crença no maravilhoso representava uma oposição à dura realidade enfrentada pelas pessoas, caracterizada pela miséria, escassez de riquezas, saques, atividades de corsários, inércia e violência.

O autor destaca que as primeiras incursões aos sertões foram realizadas pelos grandes rios, tais como o Amazonas, o Rio Doce, o Jequitinhonha, o Mucuri, o Tocantins, o Pardo, entre outros, que, segundo ele, “retalham o país como braços”<sup>75</sup> e representam “o dorso de uma ambição insaciável”<sup>76</sup>. É inegável o papel dessas imponentes vias fluviais e demais corpos d'água na orientação e no deslocamento das pessoas ao longo do tempo, como artérias vitais que conectam as áreas costeiras ao interior do continente. Os rios sempre foram vistos como fontes de possibilidades quase infinitas durante o período da colonização, ofereciam cursos estabelecidos que serviam como caminhos demarcados, tanto para a navegação quanto para a orientação ao longo de suas margens.

Herbert Pardini, em sua dissertação “Caminhos antigos e paisagens imaginadas no Termo De Ouro Preto em 1835”, destaca que as primeiras expedições de interiorização do Brasil foram amplamente guiadas pelas redes fluviais, com uma transição entre as diferentes bacias hidrográficas<sup>77</sup>. Ele ressalta especialmente as expedições paulistas, que partiram da antiga capitania de São Vicente e seguiram pelos rios Anhembi (Tietê) e Paraíba, além das incursões em Minas Gerais pelos rios Sapucaí, Grande, Verde e Ingaí. Menciona nomes como de Domingues Rodrigues entre os anos de 1596 e 1597, Afonso Sardinha em 1589, André de

<sup>73</sup> SAMPAIO, Teodoro. *Os sertões antes da conquista* (século XVII). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. V, 1899 - 1900. P. 240 - 278. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-05.pdf>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024 p. 79.

<sup>74</sup> Ibid., p. 81- 82.

<sup>75</sup> Ibid., p. 83.

<sup>76</sup> Ibid., p. 86.

<sup>77</sup> PARDINI, Herbert. *Caminhos antigos e paisagens imaginadas no Termo de Ouro Preto em 1835*. 2019. 282 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/27573>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023. p. 82

Leão em 1601, Pedro Domingues, em 1613 e 1625<sup>78</sup>. Essas expedições fluviais contribuíram com a expansão territorial pelo interior do Brasil, abrindo caminhos para o estabelecimento de novas rotas comerciais e assentamentos humanos pelas margens dos rios.

As serras também desempenharam um papel significativo durante as entradas, apesar de representarem pontos de dificuldade para a transposição. As elevações rochosas se erguem majestosas, como guardiãs imponentes de terras desconhecidas com suas cristas esculpidas pelo tempo. Elas eram vistas como muralhas naturais, desafiando os viajantes com suas alturas vertiginosas, como uma barreira entre o mundo conhecido e os mistérios do interior. Com sua grandiosidade, as serras também são testemunhas silenciosas da fluidez da vida, juntamente ao movimento dos rios que serpenteiam ao seu redor, desafiando curvas sinuosas e correntezas implacáveis. Os rios são a essência da fluidez, sempre em movimento, mesmo quando confrontados com as escarpas das montanhas. Eles esculpem seu caminho através das pedras enquanto fluem em direção ao desconhecido.

Além de se configurarem como obstáculos físicos, as serras eram elementos de demarcação política, orientação espacial e pontos estratégicos para uma observação privilegiada devido à sua altitude. Nesse contexto, Teodoro Sampaio destaca a existência de uma distinção marcante entre o Sul e o Norte do Brasil. Ele descreve o Sul com suas matas estreitas, montanhas que se estendem até o oceano e mergulham em suas águas, além de um relevo variado que inclui grandes serras que se elevam a mais de dois mil metros de altitude. Ele menciona pontos emblemáticos como os

Órgãos de Teresópolis, o Dedo de Deus, as Agulhas Negras do Itatiaia, os picos do Itacolomi e do Itambé, entestando com as nuvens, assinalam as altitudes maiores, dão a nota pitoresca a paisagem e demarcam as cabeceiras dos grandes rios, que não secam jamais.<sup>79</sup>

Em relação à imponente Serra da Mantiqueira, Pardini destaca uma expedição datada de 1531, impulsionada por Martim Affonso. Nessa jornada audaciosa, quatro homens desbravaram cerca de seiscentos e noventa quilômetros em dois meses, partindo do Rio de Janeiro em direção ao interior do país. Segundo as pesquisas do autor, ao mencionar Basílio de Magalhães, essa empreitada não teria sido viável sem o auxílio indispensável de guias e intérpretes indígenas. Pardini ressalta que Pandiá Calógeras propõe que eles alcançaram o vale do rio Paraíba e transpuseram a Serra da Mantiqueira e Ibitipoca, culminando na região dos campos entre os rios Grande e das Mortes após dois meses de jornada<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> Ibid., p. 83.

<sup>79</sup> SAMPAIO, 1899, p. 86.

<sup>80</sup> PARDINI, 2019, p. 108 - 109.

Na obra “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, de Capistrano de Abreu, as possibilidades de travessia da Serra da Mantiqueira são apresentadas. Um relato notável é o da expedição de Anthony Knivet, corsário inglês, que, ao navegar pelo alto do vale do Paraíba, enfrentou os desafios da Mantiqueira e percorreu um caminho que o levou ao sul de Minas Gerais, na região de Itamonte, com menção ao monte de *Itapucu*. Em “As incríveis aventuras e Estranhos Infortúnios de Anthony Knivet: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens” há uma passagem que diz que

“depois que ultrapassamos aquelas campinas, onde perdemos cento e oitenta dos nossos, chegamos novamente às montanhas. Atravessamos um monte alto chamado Itapucu, que quer dizer “montanha das pedras compridas”, onde realmente havia pedras pretas de uma jarda de comprimento e tão roliças como se fossem de madeira. Quando alcançamos o topo desse monte não conseguíamos descer exceto pelo método que agora contarei. Nessas montanhas há uma grande quantidade de cipós pendentes e de árvores chamadas jequitibás. Recolhemos esses cipós e os amarramos a uma enorme árvore, assim podendo escorregar por eles por pelo menos umas cem braças. Lá encontramos grande quantidade de palmito e mel silvestre, além de muitos tipos de frutas.”<sup>81</sup>

Essa expedição<sup>82</sup>, liderada por Martim de Sá, partiu do Rio de Janeiro em catorze de outubro de 1597, com o objetivo de apoiar os guaianazes em uma batalha contra os tamoios. Segundo o relato de Knivet, os guaianazes mantinham laços de comércio e amizade com os portugueses. Durante a jornada, atravessaram a Serra de Paranapiacaba e chegaram ao rio Paraíba, superando uma alta montanha que o inglês chamou de Panace Yuawe Apacone. Continuando a jornada, alcançaram a montanha Paraíba, onde encontraram os Puris, e em poucos dias chegaram ao rio de mesmo nome da montanha. Prosseguindo a viagem, encontraram-se com os tapuias e guaianaguaçus. Ao seguir em busca dos tamoios, chegaram ao Itapucu (Itamonte), onde percorreram mais vinte dias até alcançar uma verde montanha chamada Itaobi, que Knivet afirma significar “montanha de pedras verdes”. A partir desse ponto, seguiram as terras distantes.

Na introdução da referida obra, a história de Anthony Knivet é resumida de forma sucinta. Nascido em 1560 e falecido em 1649, Knivet foi um corsário inglês notório por sua participação na expedição liderada por Thomas Cavendish ao redor do mundo em 1591. No entanto, essa jornada acabou em fracasso quando Cavendish não conseguiu atravessar o Estreito de Magalhães, resultando na perda de muitos homens e na morte de Cavendish no

---

<sup>81</sup> KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008. p. 48.

<sup>82</sup> Ibid. p. 44 - 49.

ano seguinte, após seu retorno à Europa. Knivet encontrou-se abandonado no Brasil, entre indígenas e colonos, e deixou um relato detalhado de suas experiências, que é considerado um notável exemplo dos relatos de viagens pelo Novo Mundo. Sua narrativa descreve suas aventuras em um ritmo vertiginoso, oferecendo uma visão fascinante das paisagens, povos e desafios encontrados durante sua estada no Brasil.

Anthony Knivet foi aprisionado e submetido à família Correia de Sá, onde viveu por uma década em condições de escravidão e violência sob o domínio de Martim de Sá. Apesar de três tentativas de fuga, todas sem sucesso, a terceira foi a mais promissora. Em 1599, quando a família de Salvador Correia de Sá se mudou para Lisboa, levaram Knivet consigo como escudeiro inglês. No entanto, sua liberdade continuava restrita, pois seu conhecimento valioso das rotas terrestres e marítimas do território brasileiro, bem como das minas ocultas nos sertões, era considerado de alto valor estratégico e não poderia ser compartilhado com os ingleses. Apesar dessas dificuldades, Knivet finalmente conseguiu retornar à Inglaterra em 1601, embarcando em um navio de comerciantes holandeses. Seu retorno foi possível graças ao seu trabalho como intérprete para negociantes escoceses e à ajuda de uma noviça inglesa de um convento em Lisboa, como narrado na introdução da mencionada obra.

Durante sua estadia no Brasil, Anthony Knivet demonstrou notáveis habilidades de sobrevivência e um profundo conhecimento dos recursos naturais, das rotas, dos idiomas e dos costumes dos povos nativos. Sua interação próxima com as comunidades indígenas desempenhou um papel central, especialmente no contexto das incursões em direção aos sertões. Sobre a relação do corsário com os povos indígenas menciona-se na introdução que:

Em vários momentos diz que prefere ficar entre os “canibais” a voltar para as mãos dos portugueses, de quem é escravo e por quem é tratado impiedosamente. Identifica-se tanto com os índios, que chega a afirmar que o melhor amigo que já teve é Guaraciaba, um índio, foragido como ele: “Nunca um homem teve uma amizade tão sincera quanto eu a dele.” Na parte final de seu livro, em que elabora uma descrição das várias tribos com as quais teve contato, muitas vezes elogia a civilidade, a gentileza e até mesmo características físicas dos indígenas, aproximando-os de ingleses e holandeses. Os portugueses, aqui, são as bestas feras, os selvagens, em contraposição a algumas tribos indígenas, gentis, educadas. <sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> Ibid., p. 14.



com precisão seus percursos reais, dada a vastidão do desconhecido, a incerteza territorial e a ausência de nomeações coloniais fundamentadas nos primórdios da colonização. Nesse viés, Cláudia Damasceno Fonseca aponta que havia um processo comum na colonização, onde a primeira etapa era a nomeação dos principais elementos naturais, como “rios, ribeiros, ribeirões, córregos, serras, morros, rochedos, campos e matos”<sup>86</sup>. E muitas vezes eram utilizadas expressões indígenas, como o próprio caso de Aiuruoca, ou a própria tradução, como o exemplo dado pela autora de Serro Frio, que seria uma referência a tradução de Ivituruí, montanha fria. Segundo Fonseca, esses nomes em grande parte das vezes não eram utilizados anteriormente pelos indígenas, mas atribuídos pelos bandeirantes que conheciam o Tupi a partir de seus guias<sup>87</sup>.

No século XVII o número de incursões cresceu consideravelmente, Carvalho Franco aponta que “por ordem de Duarte Corrêa Vasques Annes, penetrou Jaques Felix, o moço, em 1646, até a Serra da Mantiqueira, na demanda de Minas de Ouro”<sup>88</sup> e

Adeante dos terrenos desbravador pelos Felix, no sertão do Guaratinguetá se fixara Domingos Luiz Leme, com sua família e numeroso séquito de índios, tendo outros potentados do tempo se localizado nos interiores, de modo que a penetração até a Mantiqueira, nesse meado do século XVII, não oferecia mais dificuldades.<sup>89</sup>

Quando se trata das entradas aos sertões, um nome que se destaca é o de Dom Francisco de Souza, que exerceu o cargo de governador do Brasil entre 1590 e 1602. Mesmo após seu mandato, seu empenho nas expedições continuou evidente. Em 1608, ele assumiu o cargo de governador da repartição sul e superintendente das minas, com jurisdição sobre as capitânicas do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente.

Franco<sup>90</sup> destaca Dom Francisco como um marco na melhor organização das expedições. Ele era conhecido por impor e manter a disciplina, estabelecendo divisões militares claras, nomeando ouvidores de campo, escrivães e capelães, além de elaborar roteiros precisos para as viagens. Seu foco principal estava na busca pela Serra do Sabarabuçu e pela nascente do São Francisco, enquanto conduzia campanhas militares contra os povos indígenas.

No estudo de Orville Derby, intitulado “Os primeiros descobertos de ouro em Minas Gerais”<sup>91</sup>, publicado no Volume V da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São

---

<sup>86</sup> FONSECA, 2011, p. 75.

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> FRANCO, 1940, p. 139.

<sup>89</sup> Ibid., p. 139.

<sup>90</sup> Ibid., p. 43.

<sup>91</sup> DERBY, Orville. *Os Primeiros Descobertos De Ouro Em Minas Geraes*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. V, 1899 - 1900. P. 240 - 278. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-05.pdf>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

Paulo em 1899, o pesquisador explora a origem da lenda e da palavra “Sabarabuçu”, associada à verde serra de diamantes<sup>92</sup>. Segundo o autor, a primeira menção à maravilha remonta a uma expedição anterior a 1570, onde a serra é descrita por Pero de Magalhães no “Tratado da Terra do Brazil”, apresentado ao príncipe Henrique por volta de 1570 e publicado em 1825 na “Collecção de noticias para a história e a geographia das nações ultramarinas”. Pero de Magalhães, sob epíteto de Gandavo, natural de Gand, publicou em 1576 a “História da província de Santa Cruz, que vagamente chamam de Brasil”, onde relata que indígenas chegaram a Porto Seguro trazendo pedras verdes de uma serra adentrando o sertão. Cerca de cinquenta e sessenta portugueses, liderados por Martim Carvalho, partiram em busca dessa serra e relataram avistar montes de tonalidade azulada, cristais finos e ouro. Essa história inspirou mais de dois séculos de buscas incansáveis. Derby menciona que, segundo Theodoro Sampaio<sup>93</sup>, a designação “Serra resplandecente” em tupi seria “Itaberaba”, e no aumentativo “Itaberá-bussu”, ou “Sabarabuçu”. Essa explicação lança luz sobre a origem etimológica do termo e sua relação com as riquezas naturais que tanto fascinavam os exploradores da época.

O primogênito de Fernão Dias, Garcia Rodrigues Paes, figura em uma Carta Régia de 1697, mencionada por Carvalho Franco, como o pioneiro na descoberta do ouro de lavagem nos ribeiros que serpenteavam em direção à Serra do Sabarabuçu. Em 1698, impelido pela promessa reluzente dessas terras auríferas, Garcia Rodrigues Paes empreendeu a abertura de uma trilha que viria a ser conhecida como o “Caminho dos Cataguases”, uma via que conectava Minas ao Rio de Janeiro. Os trabalhos foram concluídos em 1699, e o Caminho dos Cataguases se estendia marcando seu ponto central em Borda do Campo, hoje, a cidade de Barbacena.

Outro nome de grande influência nesse contexto foi o de Arthur de Sá e Menezes, que assumiu o cargo de governador no Rio de Janeiro em dois de abril de 1697. Visitou São Paulo em outubro do mesmo ano, retornando posteriormente para o Rio de Janeiro. No ano seguinte, Arthur de Sá e Menezes organizou a estrutura administrativa para a fiscalização das áreas auríferas recém-descobertas. Com uma compreensão dos desafios e oportunidades que os sertões mineiros ofereciam, Arthur de Sá e Menezes dividiu o território das Minas em regiões específicas. A área dos Cataguás foi confiada a Manoel Lopes de Medeiros, nomeado Guarda-mor, enquanto a região do Rio das Velhas foi designada a Manoel Borba Gato. Essa divisão estratégica evidenciava o conhecimento de Arthur de Sá e Menezes sobre os sertões

---

<sup>92</sup> Ibid., p. 246 - 248.

<sup>93</sup> Ibid., p. 248.

mineiros, mas também delineava uma estrutura eficiente para o controle e exploração dos achados.

Os estudos de Orville Derby sobre os roteiros das bandeiras paulistas representam uma contribuição significativa para a pesquisa histórica. Em seu trabalho intitulado “O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas”, publicado em 1899, Derby analisa uma bandeira que partiu em 1601. Essa expedição é mencionada por Azevedo Marques na “Chronologia dos acontecimentos mais notáveis da província de São Paulo”, com base no inventário de Ascenso Ribeiro, um dos membros destacados dessa empreitada <sup>94</sup>.

Essa incursão foi liderada pelo Capitão Nicolau Barreto no contingente civil e teve André Leão como chefe da escola militar, conforme citado por Pedro Taques. Derby observa que há poucas publicações sobre essa expedição, porém destaca sua importância nos planos do Governador Geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, o grande incentivador das buscas pelo Sabarabuçu <sup>95</sup>.

Quanto ao roteiro dessa bandeira, Derby menciona que foi publicado em Latim em 1648 pelos naturalistas holandeses Piso e Marcgraff na obra intitulada “História Natural do Brasil”. Alguns capítulos desse trabalho, de caráter geográfico e etnológico, contaram com a colaboração do historiador João de Laet. Esse roteiro também foi republicado por Capistrano de Abreu em sua obra “Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI” <sup>96</sup>.

Derby relata que Dom Francisco de Souza ficou fascinado ao receber uma amostra de metal de cor azul escuro ou celeste, salpicado de ouro, que supostamente teria vindo do Sabarabuçu. Impressionado com a promessa dessas riquezas, ele organizou uma expedição composta por setenta ou oitenta homens. Wilhelm Gilmer, que participou dessa jornada, descreve que partiram de São Paulo, na Capitania de São Vicente, e alcançaram São Miguel, situada a cinco ou seis léguas de distância, às margens do Rio Anhembi, onde os nativos carregavam provisões. Após atravessar o rio, a expedição seguiu caminho por quatro a cinco dias a pé, rumo ao norte, até que alcançaram um riacho que brotava do monte dos Guarimumis, ou Marumiminis, onde encontraram minas de ouro. <sup>97</sup>

Após a descoberta, começaram a se preparar para explorar mais a fundo a região. Utilizando cascas de árvores, eles construíram canoas e embarcaram em uma jornada fluvial que durou cinco ou seis dias, navegando por um rio maior que se originava no lado

---

<sup>94</sup> Ibid., p. 329.

<sup>95</sup> Ibid., p. 330.

<sup>96</sup> Ibid., p. 332 - 333.

<sup>97</sup> Ibid., p. 333.

setentrional da serra de Paranapiacaba <sup>98</sup> e fluía em direção ao oceano. Após essa fase inicial de navegação, seguiram sua jornada por mais quinze a dezesseis dias até chegarem a uma catarata <sup>99</sup>. Na sequência

Com cinco ou seis dias de marcha, chegamos à raiz de um monte altíssimo, e, transpondo-o descemos a uns campos mui descortinados e aqui e acolá sombreados de bosques, nos quais se veem lindíssimos pinheiros, que dão frutos tamanho de uma cabeça humana; as nozes desses frutos têm a grossura de um dedo médio e são protegidas por uma casca, como as castanhas, e são mui agradáveis ao paladar e nutritivas. Por muitas milhas no interior se encontram árvores desta espécie. Três dias depois, chegamos a um rio, que deriva do Nascente, e, atravessando-o, durante catorze dias, tomamos a direção de Noroeste, através de campos abertos e outeiros despidos de árvores, até outro rio, que era navegável e corria da banda do Norte. Atravessamo- lo numas embarcações chamadas jangadas, e, quatro ou cinco léguas mais adiante, topamos outro rio que corria quase de Norte e era navegável. Creio, porém, que estes três rios, afinal, confluem num só leito e vão desaguar no Paraguay, em razão de que o curso deles é para o Sul, ou para o Ocidente <sup>100</sup>.

Lá, relatam ter encontrado apenas aldeias abandonadas, cobertas pela mata, além de vegetação selvagem e frutas silvestres. Encontraram também grupos de indígenas, vagando sem destino aparente. Foi somente junto a um rio que finalmente descobriram uma aldeia, repleta de alimentos e recursos abundantes, onde decidiram estabelecer-se por cerca de um mês, reabastecendo-se e descansando <sup>101</sup>. Continuando a jornada em direção nordeste, os bandeirantes chegaram a uma estrada larga e bem trilhada, ladeada por dois grandes rios que apontavam na direção da tão almejada Serra do Sabarabuçu. No entanto, ouviram rumores sobre uma tribo poderosa e “hostil” que habitava além da serra, o que os fez reconsiderar sua rota. Optaram então por retornar à aldeia onde haviam descansado, e após um período de repouso, decidiram regressar a São Paulo, encerrando assim essa intensa jornada de exploração.

Segundo a análise minuciosa de Orville Derby, o roteiro seguido pelos bandeirantes pode ser delineado da seguinte maneira: partiram de São Miguel, localizada às margens do rio Tietê, e navegaram até encontrar um afluente do rio Paraíba. De lá, seguiram os cursos dos rios até alcançarem a Serra da Mantiqueira e navegaram até desembocarem no rio São

---

<sup>98</sup> O monte de Paranapiacaba também é citado por Knivet ao dizer: “Após termos destruído a região, descemos um rio chamado Paraíba até que chegamos a uma aldeia de canibais chamada Moru. De lá fomos até a montanha que os índios chamam Paranapiacaba, que quer dizer “vista do mar”, e dela até um outro lugar chamado pelos canibais de Tupamboiera, que quer dizer “contas de Deus”. Os portugueses chamam esse lugar de Órgãos. Lá há certas montanhas que se debruçam sobre o Rio de Janeiro. Então descemos um rio chamado Macacu e chegamos à cidade de São Sebastião, no Rio de Janeiro, onde cada homem levou seu escravo para casa.” (KNIVET, 2008, p. 78) Ele também menciona que essa montanha é muito alta, onde gastaram três dias para subir e três dias para descer, e chegaram a uma campina de grama alta e pinheiros. (Ibid., p. 45).

<sup>99</sup> DERBY, 1899, p. 333.

<sup>100</sup> Ibid., p. 334-336.

<sup>101</sup> Ibid., p. 336.

Francisco. Derby supõe que essa rota possa ter sido similar àquela percorrida posteriormente por Fernão Dias.

Com base nas pesquisas de Capistrano de Abreu, Derby identifica os possíveis pontos de referência ao longo desse caminho: os dois rios menores que davam acesso ao rio Paraíba seriam o Paratehy e o Jaguary; a Serra dos Guarimunis correspondia à Serra de Itapety, próxima a Mogi das Cruzes; os campos abertos mencionados estariam localizados nas proximidades do rio Paraíba; e a travessia da Serra da Mantiqueira teria sido realizada pelo rio Passa Vinte. Além disso, os bandeirantes chegaram a uma região onde predominavam os pinheiros e seus frutos, que provavelmente seriam as araucárias no Sul de Minas Gerais.

Para complementar a análise, vale ressaltar a contribuição de Eduardo Canabrava Barreiros, mencionada por Herbert Pardini em sua dissertação:

teria atravessado a serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú, próximo à atual cidade de Cruzeiro, no estado de São Paulo. Na vertente norte da serra teriam acompanhado o rio Passa Vinte, próximo da atual cidade de Passa Quatro. Ali avistaram os “pinheiros que produzem frutos do tamanho de uma cabeça humana”, possivelmente se referindo às Araucárias. Após três dias chegaram a um “rio que desce do oriente”, provavelmente o rio Verde, e com mais catorze dias a um “rio navegável, e que vem do norte”. Barreiros, interpretou como tendo a expedição chegado ao local onde o rio Grande faz uma volta, em formato de S, como um dos meandros com ângulo bem agudo, quase formando o vértice de um triângulo, onde se localiza a comunidade de Macuco de Minas. Após atravessarem o rio Grande, utilizando jangadas, chegaram a um novo rio, distante quatro ou cinco léguas. Esse rio seria o das Mortes, onde “finalmente” encontraram uma aldeia de indígenas, possivelmente o local conhecido como Ibituruna.<sup>102</sup>

Nesse contexto, ao analisar “O roteiro do caminho da Vila de São Paulo para as Minas Gerais e para o Rio das Velhas”, descrito por André João Antonil no décimo capítulo de “Cultura e Opulência do Brasil pelas Minas de Ouro”, com sua primeira publicação datada de 1711 em Lisboa, nota-se uma grande semelhança com “O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas”, publicado e analisado por Derby. Nesse texto, Antonil apresenta uma rota comumente utilizada pelos bandeirantes paulistas, detalhando o percurso e as práticas comuns durante a jornada. Segundo o autor, o trecho gastava cerca de dois meses para ser percorrido, e os viajantes marchavam apenas até o meio dia ou no máximo duas da tarde. Isso se deve ao fato de que o restante do dia era reservado para a instalação de pousos, atividades como caça e pesca, e organização de mantimentos.

De acordo com Antonil, a partir de São Paulo, os bandeirantes rumavam até a Serra do Itatiaia, nos sertões mineiros, onde o caminho se subdividia. Uma parte seguia em direção às

---

<sup>102</sup> BARREIROS, 1979, p. 35 - 36 apud PARDINI, 2019, p. 122.

Minas do Caeté, Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e Ouro Preto, enquanto a outra parte seguia para o Rio das Velhas.

No primeiro dia de jornada, os viajantes partiam de São Paulo e faziam uma parada em Nossa Senhora da Pinha, que ficava a duas léguas de distância. Em seguida, prosseguiram em direção à aldeia de Tacuaquisetuba, onde chegavam após um dia de viagem. A partir de lá, seguiam por mais dois dias até alcançar a Vila de Mogi, e então percorriam mais quatro ou cinco dias até chegar a Laranjeiras. Após essa etapa, em apenas um dia chegavam a Jacareí e em dois dias alcançavam a Vila de Taubaté. Após uma jornada de um dia e meio, os viajantes partiam para Pindamonhangaba, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, e em seguida seguiam para a Vila de Guaratinguetá. A partir de Guaratinguetá, o próximo destino era as roças de Bento Rodrigues em Guaypacaré. Dali, partiam em direção aos pés da Serra da Mantiqueira, atravessando cinco picos muito altos, onde havia ouro ao longo do caminho.

Durante essa travessia, os viajantes encontravam um riacho que precisavam atravessar vinte vezes, dando origem ao nome do local de Passa Vinte. Essa região era considerada desafiadora de ser percorrida, com o risco de os cavalos caírem em despenhadeiros. Após superar essa dificuldade, os sertanistas entravam em uma região com muitas árvores e pinhões, que forneciam sustento aos mineiros que ali viviam. Além disso, a área era habitada por porcos monteses, araras e papagaios.

Após atravessar o riacho Passa Vinte, encontravam outro ribeiro chamado Passa Trinta e chegavam aos Pinheiros. Este local era considerado o ponto inicial das atividades coloniais, com plantações de milho, abóboras, feijão, além da criação de animais. A partir dos Pinheiros, seguia-se em direção à estalagem do Rio Verde, o que levava aproximadamente oito dias, passando por diversas áreas de cultivo. Após mais quatro dias de caminhada, chegavam a Boa Vista, um local descrito como muito belo, com extensos campos e numerosos corpos d'água. Dali, era possível observar o Morro Caxambu. De Boa Vista, a viagem prosseguia em direção a Ubaí, que conduzia a Ingaí e, por fim, ao Rio Grande, conhecido por sua força e pela abundância de peixes. A partir do Rio Grande, os viajantes dirigiam-se ao Rio das Mortes, alcançando Itatiaia, onde o caminho se dividia para diferentes destinos.

Conclui-se que os sertões já eram amplamente percorridos na transição do século XVII para o XVIII. Antes mesmo da expansão das bandeiras, essas vastas regiões já haviam sido trilhadas e demarcadas pelos indígenas, que há séculos exploravam e habitavam essas áreas. Os bandeirantes, em suas incursões, não estavam desbravando territórios

completamente desconhecidos, mas sim seguindo rotas preexistentes, que já eram conhecidas e utilizadas pelos povos nativos<sup>103</sup>.

Constata-se que as expedições bandeirantes se beneficiavam do conhecimento prévio do território, adquirido tanto através das informações fornecidas pelos indígenas quanto pela observação direta das trilhas e rotas já existentes. Os bandeirantes não apenas exploravam novas áreas, mas também aproveitavam-se da infraestrutura de viagem já estabelecida, como rios, trilhas e pontos de referência, o que facilitava suas incursões e aumentava suas chances de sucesso.

#### **1.4 - Bandeira de Padre Faria e a primeira menção a “Juruoca”**

Diversas expedições foram empreendidas a partir de São Paulo em direção aos sertões ao longo dos séculos. No entanto, ao analisar o movimento exploratório, é evidente a existência de divergências e incertezas quanto aos locais efetivamente percorridos. Nesse sentido, destaca-se a importância dos nomes geográficos, muitas vezes de origem Tupi, como elementos-chave na identificação e compreensão das regiões exploradas. A menção recorrente desses nomes em diferentes registros históricos ao longo do tempo proporciona uma base sólida para a análise e reconstrução das rotas e territórios explorados.

A presença de referências a nomes de rotas e localidades nos documentos sugere uma familiaridade substancial com o território explorado, o que é nomeado, tende a ser conhecido. Ao mencionar esses nomes em seus registros, os exploradores estavam, de certa forma, deixando uma marca permanente de sua presença e atividades naqueles lugares e demonstrava um senso de propriedade e domínio sobre o território explorado, além de contribuir para a construção da narrativa, identificar e integrar esses lugares dentro do contexto colonial. Além disso, indica que, mesmo em estágios iniciais de exploração, havia um esforço deliberado para mapear e compreender as características geográficas e os percursos que conduziam a regiões remotas.

A prática de nomear conferia uma identidade à terra e a integrava à narrativa colonial mais ampla, transformando-a de um sertão inexplorado em uma parte reconhecível e potencialmente explorável do império colonial. Nesse sentido, o ato de nomear representava a busca por controle e domínio sobre o território e um instrumento para a sua incorporação e legitimação dentro do sistema colonial. Cláudia Damasceno Fonseca aponta que a denominação dos espaços estava relacionada tanto às divisões oficiais quanto às práticas dos

---

<sup>103</sup> DERBY, 1899, p. 343.

habitantes que representavam e vivenciavam o lugar de acordo com seu pertencimento e concepção cotidiana<sup>104</sup>.

O conhecimento do território sul mineiro ao fim do século XVII, demonstrado através da documentação histórica, lança luz sobre o papel significativo do ato de nomear durante o período colonial, pois a partir dos nomes dos locais, é possível identificar rotas, elementos naturais e assentamentos. Nesse contexto, o “Roteiro das minas de ouro que descobriu o revmo. vigário João de Faria e seus parentes e do mais que tem em si os Campos” destaca-se como a principal fonte que introduz, pela primeira vez, o nome de Aiuruoca, referido como a “Serra do Juruoca”, nas rotas coloniais. O texto foi transcrito e publicado por Orville Derby na Revista do Instituto Histórico de São Paulo, com base em documentos encontrados por ele na Biblioteca Nacional.

O roteiro consiste em uma carta escrita por Bento Corrêa de Souza Coutinho durante uma expedição liderada por Padre Faria<sup>105</sup>. Através dessa carta, pode-se vislumbrar indícios de um conhecimento prévio sobre o território que viria a se tornar Aiuruoca. Primeiramente, há a presença de referências específicas a nomes de localidades e características geográficas, que indica uma compreensão detalhada da topografia do território. Descrições minuciosas e nomeações de serras, rios, montes e campos gerais sugerem que esses elementos já haviam sido identificados. O relato também destaca a presença de recursos naturais, como ouro, safiras, cristais, caça e frutas, e que esses recursos também já haviam sido identificados, como ao mencionar o falecido Bartholomeu da Cunha e a informação deixada por ele dos metais em Baependi. Além disso, há referências a caminhos, estradas e elementos que serviam como pontos de referência para orientação. Isso implica que as rotas já estavam estabelecidas e eram conhecidas, indicando uma familiaridade e um conhecimento prévio da região, o que se fundamenta ao considerar as tantas expedições ao longo do século XVII que atravessaram a Mantiqueira.

O documento descreve:

De frente da vila de Taubaté quatro ou cinco dias (a outra cópia diz três ou quatro) de viagem se acha estar o rio de Sapucaí, e descendo da dita vila para a de Guaratiguetá tomando a estrada real do sertão, dez dias de jornada para a parte do norte sobre o monte de Amantiquira, quadrilheira do mesmo Sapucaí, achou o padre vigário João de Faria, seu cunhado Antonio Gonçalves Vianna, o capitão Manoel da Borba e Pedro de Avos vários ribeiros com pintas de Ouro de muita conta; e das campinas de Amantiquira cinco dias de jornada, correndo para o Norte, estrada também geral do sertão fica a serra da Boa Vista, onde começam os campos gerais até confinar com os da Bahia; e da serra da Boa Vista até o rio grande são quinze

<sup>104</sup> FONSECA, 2011, p. 75.

<sup>105</sup> Carvalho Franco menciona brevemente na parte XIV de seu livro, a bandeira sob chefia do Padre João de Faria Fialho, em 1693 nas regiões dos rios Grande e Sapucahy, ao citar Manoel de Borba Gato, como parte dessa expedição. (FRANCO, 1940, p. 167)

dias de jornada, cujas cabeceiras nascem da serra de Juruoca. de frente dos quais serros até o rio dos Guanhanhans e um monte de Ebitipoca tem dez léguas pouco mais ou menos de circuito, toda esta planície com cascalha formado de safiras e de frente do mesmo serro de Juruoca para a parte da estrada, caminho de Oeste pouco mais ou menos, estão umas serras escalvadas, na qual achou o dito Padre vigário safiras nativas em vieiros de pedras cavacadas: entre esta distância estão muitos montes escalvados pelos campos e muitos rios, e em um destes montes que se chama o Baependi se suspeita haver metal pela informação que deixou defunto Bartholomeu da Cunha, e adiante passando o rio Igaray (Yrigahi na outra cópia) [Ingai] se achara uma campina dilatada de minas de cristais finíssimos, e indo fazendo a mesma derrota se acharão muitos morros escalvados e campos gerais, cujos morros mostram terem haver para muitas experiências que se tem feito que por falta de mineiros se não se sabe o que é, sendo os ditos campos muito férteis de toda a caça.

A outra cópia deste documento, a de 1694, diz, depois da referência à falta de mineiros: <esta quantidade de campos e capões é regada de muitos rios, uns grandes outros pequenos, em que não pode faltar ouro de lavagem que por não ter logar não fiz exame,, e são os ditos campos fertilíssimos de caça a fructas agrestes> e depois de algumas palavras illegiveis <e da Resaca de Catagoas e serra de Juruoca que tudo confina hua cousa com outra, há de vir sahir dos campos geraes o caminho para o Rio de Janeiro.<sup>106</sup>

#### Segundo interpretação de Pardini, ao mencionar a

ressaca de catagoas e a serra de juruoca” denota “que provavelmente refere-se à região da Ressaca onde nascem os tributários do rio Doce, principalmente os rios Piranga, Xopotó e Pomba, e os rios Carandaí, Paraopeba, das Mortes. Destaca ainda que da Ressaca à serra do Juruoca (Aiuruoca) há uma continuação, ou Ou seja, seria a mesma serra. E, principalmente, faz referência ao caminho que chega aos “campos gerais” a partir do Rio de Janeiro. Tais afirmações apontam para uma importante evidência: os caminhos indígenas principais, utilizados pelos colonizadores, convergiam para uma mesma região ao sul de Ouro Preto, no entorno de Ressaca.<sup>107</sup>

Orville Derby aponta que em um documento datado de 29 de julho de 1694, Bento Corrêa de Souza Coutinho, autor da carta, é mencionado como um humilde criado. Sua carta foi registrada em Lisboa em 31 de outubro de 1695, contudo, Derby afirma que esta é anterior à carta enviada em 10 de junho do mesmo ano por Sebastião de Castro Caldas, que anunciava a descoberta de Carlos Pedroso Silveira e Bartholomeu Bueno de Siqueira<sup>108</sup>. Há uma Carta Régia, datada de 12 de dezembro de 1695, citada por Pedro Taques na Revista do Instituto Histórico, volume 34, e também mencionada por Derby. Nela, o rei comunica ao governador da Capitania do Rio de Janeiro que tomou conhecimento da carta de Sebastião de Castro Caldas sobre novas minas nos sertões da Vila de Taubaté e levou amostras de minério,

<sup>106</sup> DERBY, Orville. *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. 5. 1899-1900. São Paulo: Typographia do Diário Oficial. 1901, p.268-269.

<sup>107</sup> PARDINI, 2019, p. 138

<sup>108</sup> DERBY, 1899, p. 268.

mencionando os nomes de Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomeu Bueno de Siqueira <sup>109</sup>. Ao dissertar sobre os primeiros descobertos de ouro, Carvalho Franco menciona o descoberto de Itavera, na bandeira de Bartholomeu Bueno de Siqueira e Carlos Pedroso Silveira em 1694 e na região de Caethé, por Antônio Rodrigues de Arzão no ano anterior, além dos nomes referentes a Ouro Preto, Ribeirão do Carmo e São João del Rei. Assim, observa-se que ao fim dos seiscentos, a região do alto Sapucaí e Rio Grande já eram amplamente conhecidas.

Orville Derby observa que, apesar da carta que relata a expedição de Padre Faria ter sido registrada em Lisboa, não se sabe ao certo se a coroa portuguesa tomou conhecimento do descobrimento de Juruoca. Ele sugere que:

parece ter passado quase despercebida, provavelmente porque o ouro era de lavagem e não em quantidade suficientemente deslumbrante, para fazer desaparecer o antigo preconceito contra essa qualidade de minas, em comparação as sonhadas minas de prata com que se esperava colocar a colônia portuguesa a par das de Hespanha. <sup>110</sup>

Posteriormente, Padre João de Faria Fialho emergiu como uma das figuras mais proeminentes no cenário minerador de Vila Rica. Lafayette de Toledo, correspondente do Arquivo Público Mineiro, publicou na Revista do APM, em 1901, um breve texto destacando os principais feitos de Padre Faria. Nascido em meados do século XVII, conquistou reconhecimento ao descobrir ouro na região de Ouro Preto em uma expedição datada de 1699, juntamente com Antônio Dias, Francisco Bueno e outros paulistas. Em decorrência dessas descobertas, foi nomeado, em 1705, pelo Bispo do Rio de Janeiro, Dom Francisco de D. Jeronymo, marcando um ponto de virada significativo em sua trajetória. Para além dos feitos reconhecidos em Vila Rica e sobre a expedição narrada por Coutinho, Toledo destaca que

Estes fatos são confirmados por outros escriptos, um dos quais acrescenta que, na expedição de 1693 ou 1694, às regiões do Alto Sapucaí e Rio Grande, o Padre fora acompanhado por Manoela de Borba, seu cunhado Antônio Gonçalves Vianna e Pedro Avos. <sup>111</sup>

---

<sup>109</sup> Ibid., p. 271.

<sup>110</sup> Ibid., p. 270.

<sup>111</sup> TOLEDO, Lafayette de. *Padre Faria*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano 6. V. 2. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1901. P. 981 - 983. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=334&op=1>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024. p. 983.

### 1.5 - Consolidação de Aiuruoca no século XVIII

Destacando-se como uma Freguesia de notória importância no Sul das Minas Gerais, Aiuruoca firmou sua proeminência ao longo do século XVIII, operando sob a jurisdição da Comarca do Rio das Mortes. No início dos setecentos, a localidade foi reconhecida pelas atividades mineradoras, que, embora não tenha se mantido como a principal fonte econômica, marcou sua trajetória de desenvolvimento e influência.

Dentre acontecimentos que marcaram a localidade, Aiuruoca é citada na rota dos conflitos da Guerra dos Emboabas, no Códice Costa Matoso. No contexto de compreender o desenvolvimento colonial, o Códice desempenha um papel fundamental como fonte de grande relevância para analisar o território, a ocupação e o contexto das Minas Gerais, sobretudo durante o século XVIII. Além de fornecer descrições do espaço geográfico, das povoações e dos órgãos de poder, o Códice narra acontecimentos relevantes nas Minas, como o conflito dos emboabas<sup>112</sup>. A seção intitulada “Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e o sucesso de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo que as veio governar o Excelentíssimo Senhor Dom Brás da Silveira” tem como objetivo relatar as bandeiras realizadas nos sertões paulistas no final do século XVII, a abertura de caminhos para a Bahia e o início do povoamento das Minas<sup>113</sup>, além de narrar o embate.

Nesse viés, além dos grupos bandeirantes que exploravam a região, indivíduos provenientes de todas as partes da colônia e da metrópole migraram em direção ao interior em busca de minas de ouro. Segundo Tarcísio de Souza Gaspar, em seu artigo intitulado “Bocas de fogo no conflito entre forasteiros e paulistas”<sup>114</sup>, tais movimentos migratórios não apenas geraram instabilidades na administração colonial, mas também possibilitaram a imposição de diversas normas de controle jurídico, administrativo, social, econômico e religioso, com o intuito de garantir a ordem e os lucros relativos à mineração e ao desenvolvimento de novos núcleos urbanos. Em meio a tais adversidades, emergiram inúmeros conflitos entre os

---

<sup>112</sup> John Monteiro em sua tese, intitulada “*Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo*” aponta o destaque aos paulistas e seus “descobertos” nas narrativas do Códice, onde os sertanistas são apresentados como importantes desbravadores, apesar de rebeldes a ordem colonial, sobretudo no episódio da chamada Guerra dos Emboabas, que segundo o autor, é uma espécie de divisor de águas na história primordial de Minas Gerais” (MONTEIRO, 2001, p. 98.).

<sup>113</sup> CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 194

<sup>114</sup> Neste artigo, o autor objetiva evidenciar o impacto exercido pelos “boatos” na evolução dos conflitos entre os paulistas e emboabas. A propagação de informações verbais se fez presente de forma notória nos relatos registrados em fontes documentais nos registros de informações. São exemplos de tais fontes denúncias, atas, cartas e outros arquivos. GASPAR, Tarcísio de Souza. *Bocas de fogo no conflito entre forasteiros e paulistas*. Revista Tempo de Conquista. RTC 6. 2009. 21 p. Disponível em: <http://revistatempodaconquista.com.br/documents/RTC6/TARCISIOGASPAR.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2023.

indivíduos interessados no metal precioso, sobretudo entre os paulistas, que alegavam possuir direitos sobre as terras, e aqueles vindos de outros locais, conhecidos como emboabas.

Na primeira década do século XVIII, ocorreram diversas revoltas e conflitos entre os emboabas e os paulistas na região de Minas Gerais. A nomeação de Nunes Viana, um dos líderes dos emboabas, como governador da região, consolidou o poder do grupo, intensificando suas investidas contra os paulistas. Um episódio durante esse período foi a vingança ao “Capão da Traição”, próximo ao Rio das Mortes, conforme descrito no código. Nessa ocasião, os emboabas, ao ouvirem rumores sobre um grande exército paulista se aproximando em retaliação ao ataque, decidiram montar uma fortaleza. Lá, resistiram enquanto aguardavam reforços vindos de Vila Rica.

Costa Matoso destaca a presença de reinóis entre os emboabas e um grande número de “índios de arco” entre os paulistas. Segundo os registros, os paulistas se retiraram e rumaram para São Paulo durante a noite anterior à chegada das tropas de reforços, depois de ouvirem falar sobre elas e notar a resistência dos opositores. De acordo com os registros, os emboabas só perderam “um branco e um preto” durante o confronto. Conforme descrito no Código, os paulistas deixaram o local “carregando os feridos, que se dizia serem vinte e tantos, e outros tantos mortos, que enterraram no campo, entre brancos e carijós”<sup>115</sup>. Depois da retirada dos paulistas, os emboabas tentaram perseguir os adversários do Rio das Mortes até Aiuruoca, mas sem sucesso. Conclui-se<sup>116</sup> a narrativa com descrições das ações subsequentes que se seguiram ao que ele chama de sucesso dos emboabas.<sup>117</sup>

No “Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro. Composto por Francisco Tavares de Brito. Sevilha. Na oficina de Antônio da Suva. MDCCXXXII [1732]. Com todas as licenças necessárias”<sup>118</sup>, como o próprio nome demonstra, são descritas as mais diversas informações dos caminhos que ligam estas localidades. Esse mapa foi elaborado em aproximadamente 1717 e serviu como roteiro para viajantes e instrumento de conhecimento territorial.

Após uma introdução, é apresentado um Itinerário que se inicia na Costa Marítima de São Sebastião do Rio de Janeiro, incluindo suas ilhas, povoações e caminhos. A chegada em Minas se inicia após a travessia do rio Paraíba, passando por Embaú e chega ao Passa Vinte,

---

<sup>115</sup> CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 201 - 202

<sup>116</sup> Esta parte do Código é finalizada com a explicação de que emboabas era a forma de se referir aos homens do reino e significava galinhas com calças. (Ibid., p. 202.)

<sup>117</sup> Ibid., p. 202

<sup>118</sup> Ibid., p. 898.

que segundo o itinerário, possui esse nome por ser um rio que é preciso atravessá-lo vinte vezes, depois, deve-se subir a Serra da Mantiqueira e passar por um rio trinta vezes, o Passa Trinta, segue em direção ao Pinheirinho, Rio Verde, Pouso Alto e Boa Vista. Sobe-se um grande e eminente monte de vista panorâmica não identificado, e prossegue-se para Caxambu, Baependi, Pedro Paulo, Ingaí, Traituba, Carrancas, Rio Grande, Tijuco e Rio das Mortes Pequeno até chegar em São João del Rei.<sup>119</sup>

Após descrições detalhadas dos caminhos por terra, inicia-se a “*Série dos Rios*”, com destaque às principais redes fluviais. Aqui destaca-se o Rio da Prata, da qual o Rio Grande deságua. O Rio Grande possui duas principais nascentes, nas minas de Aiuruoca e de Ibitipoca. Ele se encontra com o Rio das Mortes, que nasce em Borda do Campo, incorporado ao das Mortes Pequeno, passa pelo meridiano de São Paulo, e se encontra com o Tietê sentido Buenos Aires<sup>120</sup>. Cita em Sequência outros importantes rios, como o São Francisco, Paraíba do Sul, Espírito Santo e Rio Doce<sup>121</sup>. Logo após são apresentados nomes de serras, com destaque na pesquisa para a Serra da Mantiqueira. Depois, as chamadas “*Lavras Várias*”, com destaque na pesquisa para Aiuruoca e Ibitipoca.

No Códice Costa Matoso foi possível encontrar dados diversos sobre o início da colonização nos locais registrados pelo ouvidor, além de precisas referências que indicam a situação da Freguesia de Aiuruoca no século XVIII, o que reafirma a relevância da localidade neste contexto, tendo em vista seus aspectos econômicos favorecidos pela localização geográfica, a presença em rotas de viajantes e o caráter religioso. John Monteiro, alega que a obra foi motivada para além de uma “curiosidade intelectual”, mas como parte da legitimação dos domínios régios<sup>122</sup>.

Neste viés, na seção do Códice intitulada “*Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*”, João de Siqueira Afonso é apresentado como um dos sertanistas que atuaram nas Minas Gerais, tendo suas ações contribuído significativamente para a colonização de Aiuruoca e região<sup>123</sup>. No Códice, destaca-se a “descoberta” do Sumidouro, área ainda em atividade mineradora na época da produção do referido texto. Ademais, na obra é mencionada a descoberta de Guarapiranga, igualmente realizada pelo taubateano, onde, na ocasião, havia uma ampla

---

<sup>119</sup> Ibid., p. 902-904.

<sup>120</sup> Ibid., p. 904.

<sup>121</sup> Ibid., p. 905 e 906.

<sup>122</sup> MONTEIRO, 2001, p. 97.

<sup>123</sup> CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 183

povoação localizada na freguesia contígua às margens do Rio de mesmo nome, cujas atividades econômicas eram mantidas pelas “faisqueiras” de ouro do rio. Não se pode deixar de enfatizar que o local também contava com uma “igreja matriz suntuosa e ornada”<sup>124</sup>, o que é utilizado para enfatizar ainda mais o “sucesso” das empreitadas de Afonso.

Além disso, ele se destacou por ter registrado a chegada à área onde se desenvolveu a Vila de São José, atual Tiradentes. Em seguida, é citada a descoberta de Aiuruoca, em 1706, nas cabeceiras do Rio Grande com suas principais vertentes, nos sertões da estrada que liga a região da capitania de São Paulo.

Nesse contexto, Carvalho Franco, menciona João de Siqueira Afonso, como

descobridor das Minas de Piranga e São José del Rei, em 1704, encerrou a primeira phase do grande cyclo do ouro, quando em 1706 descobriu, nas fraldas da Mantiqueira, as Minas de Ayuruóca.<sup>125</sup>

Em 1899 foi publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro o texto “Primeiros descobridores das Minas do Ouro na Capitania de Minas Gerais”, uma “Notícia compliada pelo Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por M. J. P. da Silva Pontes, sócio correspondente do IHGB”. Nela, João de Siqueira Afonso é mencionado nas Minas de Ribeirão do Carmo, Itacolomi e Sumidouro, no ano de 1702, Guarapiranga e Minas de São José, em 1704. Já em 1706:

passando dois anos depois de examinar o Sertão Sul do Caminho de São Paulo, na distância correspondente a três marchas de São João del Rei, descobriu as minas de Ayuruoca nas cabeceiras do Rio Grande.<sup>126</sup>

Ayuroca - assim denominou um descobrimento, ao sul das Minas de São João del Rei, por alusão a um penedo cheio de orificios, em que se aninhavam e reproduziam os papagaios.<sup>127</sup>

Ao se referir ao descoberto de Aiuruoca, Costa Matoso também se refere ao significado do nome do local:

Aiuruoca, vocábulo de língua brasílica, quer dizer no nosso idioma casa de papagaios, aludindo a um penhasco redondo e elevado aos ares sobre um dos mais altos montes daquele lugar, em que os papagaios faziam morada naquele tempo em que os gentios habitavam aqueles lugares.<sup>128</sup>

---

<sup>124</sup> Ibid., p. 183

<sup>125</sup> FRANCO, 1940, p. 176.

<sup>126</sup> PRIMEIROS descobridores das minas de ouro na capitania de Minas Gerais, notícia compliada pelo Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por M. J. P. da Silva Pontes. Revista do Arquivo Público Mineiro. 1899. Ano/volume IV. P. 83- 98 Disponível em: <http://www.siaapm.cultur>. p. 94

<sup>127</sup> Ibid., p. 97.

<sup>128</sup> CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 184

No ano de 1708, Melchior Felix foi designado para o cargo de Capitão Mor e Superintendente das Minas de Juruoca e Ibitipoca<sup>129</sup>, o que evidencia a relevância econômica da região naquele período. Essa nomeação era restrita às áreas mais proeminentes, sujeitas a uma inspeção fiscal rigorosa por parte da Coroa Portuguesa. Com a instalação de cargos administrativos, visava-se exercer um controle mais efetivo sobre o território e garantir a arrecadação de recursos provenientes da exploração aurífera.

Para além, em 1717, o Arraial<sup>130</sup> de Aiuruoca, fundado em 1706, alcançou um marco significativo ao ser elevado à categoria de Freguesia com a instalação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca. Essa elevação reforçou ainda mais a posição da região no contexto regional, conferindo-lhe maior autonomia eclesiástica e administrativa. A criação da Paróquia não apenas atestou a importância crescente do local, mas também promoveu o desenvolvimento social da comunidade, visto o importante papel dos templos religiosos enquanto espaço de sociabilidade, onde também se configurava a atividade mineradora.

---

<sup>129</sup> DOCUMENTOS *Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v. LII. São Paulo: AESP, 1930, f. 107.

<sup>130</sup> Segundo Cláudia Damasceno Fonseca, no contexto do início da colonização, a palavra Arraial designava locais de pouso, no século XVII passou a ser utilizada para se referir às roças criadas por bandeirantes nos caminhos percorridos e no século XVIII designava núcleos populacionais nas zonas mineradoras (FONSECA, 2011, p. 63 - 65). Porém, ao longo do XVIII, a autora aponta que a maioria deles surgiram em torno de atividades agropecuárias ou mistas. (Ibid., p. 69)

## CAPÍTULO 2

### Território e religiosidade na Freguesia de Aiuruoca no século XVIII.

De um lado montanhas brutas,  
de outro alegres campinas,  
além vargens distantes,  
chorando bonitas no pé da colina,  
de onde, branquinha de simplicidade,  
a igreja, verde de esperança,  
domina o povo bárbaro  
da minha terra bárbara <sup>131</sup>

O estudo da configuração de espaços e centros de poder conduz a uma reflexão sobre o conceito de “Paisagem política” <sup>132</sup>, conforme delineado por Jean Marc Besse. Este conceito, fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e territoriais, desvela-se como o resultado das intervenções deliberadas de um poder central na tentativa de instaurar e ordenar um lugar ideal. Segundo Besse<sup>133</sup>, a Paisagem política é materializada através da geometrização emanada de um centro de poder, que se configura como o epicentro das atividades locais, servindo não apenas como ponto de partida e chegada, mas também como o ponto de interseção de múltiplos caminhos. Neste contexto, as estradas políticas assumem um papel preponderante, canalizando os fluxos de mercadorias e informações, e conferindo à localidade-sede uma centralidade assertiva e dominante sobre seu entorno.

Ao considerar o papel das estradas como parte integrante das paisagens políticas e como condutoras de pessoas, mercadorias e ideias, compreende-se, de acordo com o autor, sua significativa representação simbólica do que era considerado civilizado e do desenvolvimento urbano, contrastando com as áreas ainda não exploradas<sup>134</sup>. Nesse cenário, além de descrever o papel das estradas políticas, Besse também introduz o conceito de estradas vernaculares, que atuam em escalas locais e fazem parte do cotidiano. Diferentemente das estradas políticas, essas estradas não são resultado de um plano oficial de abertura de caminhos, e geralmente consistem em antigas e lentas trilhas.

As estradas vernaculares muitas vezes surgem como vias moldadas e adaptadas pelas próprias comunidades locais para atender às suas necessidades de deslocamento e comunicação dentro de uma determinada região. Essas estradas são construídas utilizando

<sup>131</sup> MOTTA, José Dantas. *Vista Topográfica*. In Surupango. Typ. Indústria do Livro. Rio de Janeiro.1932. p. 44.

<sup>132</sup> BESSE, 2014, p. 103 - 140.

<sup>133</sup> Ibid., p. 118.

<sup>134</sup> Ibid., p. 119 - 124.

materiais locais e técnicas de construção regionais, refletindo assim a mesma sensibilidade cultural e histórica que caracteriza a paisagem vernacular.

A paisagem vernacular, conforme Besse, são produtos da interação contínua entre as comunidades locais e o ambiente natural ao longo do tempo. Essa paisagem refere-se ao ambiente construído e modificado pelo ser humano de forma orgânica e adaptada às condições locais, refletindo a cultura, tradições e necessidades das comunidades que habitam determinada região. Trata-se de uma paisagem que se desenvolve de maneira espontânea e gradual ao longo do tempo, frequentemente sem um planejamento formal ou intervenção externa significativa<sup>135</sup>. A relação entre a paisagem vernacular e a comunidade é dinâmica e evolutiva e adapta-se às mudanças sociais, econômicas e ambientais, é moldada pela interação contínua entre as pessoas e o ambiente natural, incorporando influências históricas, práticas culturais e experiências locais.

No caso da colonização das Minas Gerais, a paisagem vernacular fazia parte da configuração do espaço e da organização da vida cotidiana das comunidades. Com o estabelecimento das Freguesias uma nova dinâmica começou a se desenhar e emergiu uma paisagem política, irradiando-se de um centro de poder estabelecido, muitas vezes representado pela igreja local. No entanto, essa transição não implicava em uma ruptura com a paisagem vernacular, mas ambas coexistiam e se entrelaçavam no mesmo espaço, mesmo com a emergência das estruturas políticas centralizadas.

Nota-se as diferenças e aproximações entre essas paisagens nas noções de fronteiras, frequentemente difusas no início da colonização, delineadas não apenas por limites geográficos, mas também por práticas sociais e culturais. Elementos naturais, como rios e serras, assim como o papel das estradas, de relações sociais e tradições locais, desempenhavam um ponto crucial na definição dessas fronteiras, refletindo a interação entre o poder centralizado e a vida cotidiana nas Minas Gerais coloniais.

Nesse contexto se inserem as fronteiras políticas e religiosas, que delineavam as dinâmicas sociais e territoriais. As autoridades coloniais e eclesiásticas estabeleciam fronteiras que definiam áreas de influência e jurisdição, demarcando os territórios dos diferentes bispados, paróquias e capelas. Essas fronteiras determinavam a distribuição dos serviços religiosos e a interação e integração das comunidades. Juntamente com os limites naturais e as práticas culturais, essas delimitações moldaram a paisagem social e política das Minas Gerais coloniais.

---

<sup>135</sup> Ibid., p. 124 - 134.

Porém, quanto mais distante das sedes das Freguesias e Vilas, mais a vida se configurava pelo cotidiano e pelas relações comunitárias. Nessas áreas remotas, as práticas e as interações entre os moradores desempenhavam um papel fundamental na organização social. A distância das autoridades centrais proporcionava uma maior autonomia e autossuficiência às comunidades. No entanto, essa mesma distância podia resultar em uma menor presença e influência do poder estabelecido, o que significava que as diretrizes e serviços fornecidos pelas autoridades coloniais e eclesiásticas nem sempre alcançavam essas regiões de forma eficaz.

Durante a colonização de Minas Gerais, as sesmarias também desempenharam um papel crucial na ocupação e demarcação territorial da região. As sesmarias se caracterizavam como grandes extensões de terras concedidas pelo governo português a colonos, conhecidos como sesmeiros, com o objetivo de promover o povoamento e o desenvolvimento econômico da colônia. Ao receber uma sesmaria, o donatário tinha a obrigação de cultivar e povoar a terra, tornando-a produtiva e habitada. Essa política de distribuição de terras expandiu a ocupação e expansão territorial de Minas Gerais. Os sesmeiros eram incentivados a estabelecer fazendas, plantações e criações de gado, o que impulsionou o desenvolvimento agrícola e pecuário da região.

O sistema de sesmarias estava intrinsecamente ligado à escravidão e à exploração da mão de obra africana. A maioria dos sesmeiros dependia do trabalho escravo para desenvolver suas propriedades e atender às obrigações impostas pela Coroa. A posse e a eficiência no uso da terra estavam diretamente relacionadas à quantidade de cativos que os proprietários possuíam, já que a capacidade de mobilizar uma grande força de trabalho escrava influenciava tanto na extensão das terras concedidas quanto na produtividade e prestígio dessas propriedades. As crescentes doações de sesmarias em Minas Gerais desempenharam um papel significativo no aumento da escravidão durante o período colonial. O próprio sistema de distribuição de terras levava em consideração o número de escravizados possuídos pelos sesmeiros, incentivava a aquisição e manutenção de um grande contingente de cativos. Isso resultou em uma crescente demanda por mão de obra escravizada e contribuiu significativamente para o aumento da escravidão nas colônias.

O sistema de sesmarias moldou a estrutura agrária e econômica das regiões coloniais, consolidando a desigualdade social e a concentração de riquezas nas mãos de poucos proprietários e famílias. Assim, a colonização de Minas Gerais foi marcada por uma economia baseada na produção agrícola e mineral, impulsionada pela concessão de terras e pela exploração de mão de obra escrava.

## 2.1 - Doações de Sesmarias

As sesmarias, em conjunto com outras fontes documentais, como registros de dízimos, requerimentos, inventários e testamentos, desempenham um papel fundamental enquanto fontes primárias de informação histórica. Elas oferecem dados precisos sobre a localização, extensão, produção, posse e estrutura de trabalho das propriedades rurais da época, além da organização socioeconômica vigente.

A análise desses documentos, aliadas aos fatores geográficos essenciais, como relevo, vegetação e recursos hídricos, possibilita uma compreensão mais profunda do processo de exploração dos recursos naturais naquele contexto histórico específico. Por exemplo, o relevo determinava as áreas propícias para a prática agrícola e as mais adequadas para a pecuária, enquanto a vegetação fornecia indícios sobre os tipos de culturas predominantes em determinadas regiões. A presença de rios, lagos e nascentes garantia o suprimento hídrico necessário para as atividades agrícolas e exercia influência significativa sobre as rotas de transporte e comércio, moldando assim a dinâmica econômica e social. Esses fatores geográficos influenciavam as decisões estratégicas dos habitantes e suas motivações para assentamentos e permanências.

A expansão das fazendas voltadas à exploração do solo a partir de meados do século XVIII é algo evidente. Estas propriedades rurais, dotadas de uma considerável força de trabalho escravizada, cada vez mais numerosas, emergiram como verdadeiros pólos de atividade econômica e social na região. A sua proliferação não apenas refletiu um aumento na demanda por produtos agrícolas, mas também evidenciou a consolidação de uma economia agrária baseada na grande propriedade. A agricultura desenvolvida nesses estabelecimentos garantia o fornecimento de alimentos básicos para a população local e abastecia os mercados regionais, contribuindo assim para a subsistência de uma vasta área geográfica. A presença e expansão das fazendas voltadas à exploração do solo transformaram a paisagem agrária e desempenharam um papel vital na dinâmica socioeconômica a partir de meados do século XVIII no sul das Minas Gerais.

Nesse contexto da expansão agrícola, torna-se imperativo aprofundar a compreensão sobre o apogeu alcançado por essas propriedades rurais e pelas famílias que as dirigiam, o que inclui seus meios de subsistência, a identificação dos principais focos de produção e a compreensão dos padrões de comercialização dos produtos para além dos limites da Freguesia. Além disso, é de suma importância considerar a extensão territorial das fazendas,

bem como as hierarquias sociais que emergiram em seu interior. O estudo dessas hierarquias revela as dinâmicas de poder e autoridade dentro das propriedades e sobre as relações de dependência e dominação que permeavam a sociedade rural da época.

Além disso, é imprescindível ressaltar a substancial influência exercida por essas fazendas sobre o meio social, pois implicavam na organização social e cultural das comunidades circundantes. Essas propriedades moldaram a paisagem física, caracterizada por vastas extensões de terras dedicadas a cultivos agrícolas e áreas não habitadas entre elas. É interessante observar que muitos dos bairros rurais da área estudada ainda conservam os nomes das antigas grandes fazendas que ali existiam. Esses nomes são testemunhos tangíveis do legado deixado por essas propriedades, que ao longo do tempo foram desmembradas e deram origem a assentamentos de trabalhadores ao redor de capelas construídas.

No que tange a Freguesia de Aiuruoca, ela ocupava uma posição geográfica de destaque, o que a tornava um ponto estratégico. Estava situada entre as Freguesias de Baependi, Pouso Alto, Carrancas/Lavras, São João del Rei e Barbacena, além de compartilhar fronteiras com as Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta posição a colocava como um ponto crucial de passagem e travessia na imponente Serra da Mantiqueira, próxima ao trajeto do Caminho Velho da Estrada Real.

Dada essa disposição geográfica, era imperativo implementar práticas efetivas de ocupação e controle do território, especialmente para conter as atividades de contrabando que frequentemente ocorriam na região. Esses esforços de controle se manifestavam de diversas maneiras, incluindo nomeações de autoridades locais, titulações de terras, estabelecimento de órgãos de poder, delimitações administrativas, religiosas e judiciárias, além da distribuição de sesmarias. Esses empreendimentos visavam garantir a ordem e a segurança na região, consolidar o domínio colonial sobre o território e assegurar a arrecadação de impostos e tributos sobre as atividades econômicas locais.

Nesse contexto, a primeira concessão de sesmaria em Aiuruoca foi formalizada em 1717, o mesmo ano da fundação da Paróquia. Essa atribuição territorial foi destinada a Manoel Garcia de Oliveira<sup>136</sup> e perdurou como a única registrada até o ano de 1726, quando Manoel de Sá<sup>137</sup> adquiriu a posse de terras na região identificada como o “Sertão que vai da Encruzilhada para a Juruoca”. A terceira materializou-se dezesseis anos mais tarde, em 1742,

---

<sup>136</sup> APM. SC.09/261

<sup>137</sup> APM. SC.28/151v.

quando José de Araújo Martins<sup>138</sup> recebeu suas terras situadas “Entre o Rio Juruoca e a terra das Carrancas, para o morro dos Três Irmãos”.

A partir dessa conjuntura, registra-se a concessão de um total de setenta sesmarias dentro dos limites da Freguesia, até o ano de 1798, conforme os dados analisados<sup>139</sup>. Destaca-se que dentro desse conjunto, seis foram destinadas a mulheres. Essa distribuição de terras entre homens e mulheres evidencia a participação feminina na ocupação e colonização da região, mesmo que muito reduzida, mas também aponta para dinâmicas socioeconômicas e de gênero específicas que influenciaram a estrutura fundiária da época.

A pesquisa sobre as sesmarias adotou uma metodologia cuidadosa e quantitativa, que se iniciou com um exame detalhado da planilha de sesmarias mineiras organizada pelos Professores Mateus Andrade e Rodrigo Paulinelli. Nessa etapa inicial, foi conduzida uma pesquisa exaustiva de todos os toponímicos relacionados à Freguesia de Aiuruoca, abrangendo uma ampla gama de termos como nomes de fazendas, povoados, capelas, picos, morros e rios. Após a coleta desses dados, seguiu-se a fase de organização e validação das informações. Para isso, foi elaborada uma planilha específica, na qual foram inseridos os registros das sesmarias associadas à Freguesia de Aiuruoca. Essa abordagem metodológica permitiu uma análise preliminar das sesmarias na região, contribuindo significativamente para o entendimento da ocupação e colonização do território no século XVIII.

Posteriormente, procedeu-se à organização sistemática dos dados na planilha, que envolveu a categorização e classificação dos registros de acordo com diferentes critérios estabelecidos pelos organizadores da planilha inicial. Esses critérios incluíam a data da concessão, sexo, nome e título do sesmeiro, tipo de local, descrição resumida da localização, classificação administrativa, freguesia, termo, comarca e localização no Arquivo Público Mineiro. A classificação dos dados segundo esses critérios facilitou a identificação de padrões, semelhanças e diferenças quanto à ocupação do território e da dinâmica fundiária de Aiuruoca ao longo dos setecentos.

Destaca-se a concentração de poder e propriedade em cinco casos em que um mesmo indivíduo recebeu múltiplas doações de terras. Essa concentração sugere a presença de elites locais que exerciam influência significativa sobre a distribuição de terras na região, possivelmente compostas por proprietários rurais influentes ou autoridades locais, onde a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários resulta em relações desiguais de poder e dependência entre proprietários, cativos e trabalhadores rurais.

---

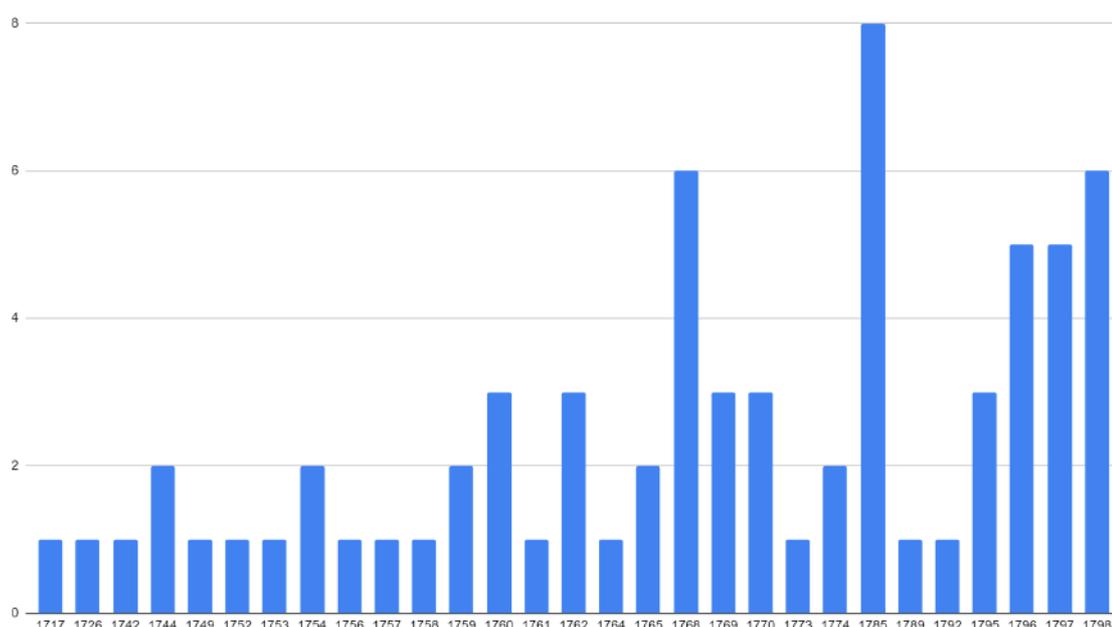
<sup>138</sup> APM. SC.146/190

<sup>139</sup> Ver “Apêndice A”

Além disso, observa-se um aumento substancial no número de doações registradas a partir de 1740, após um período prolongado sem registros. Esse aumento está diretamente relacionado à ordem régia de 14 de abril de 1738, que incentivou a regularização da posse da terra por meio da solicitação de uma sesmaria no local já ocupado. Essa medida governamental teve um impacto significativo na distribuição fundiária e levou muitos proprietários a buscar a legalização de suas terras, sob pena de perdê-las, o que destaca certa influência das políticas governamentais na configuração da distribuição fundiária e na ocupação do território colonial. As ordens régias e as decisões administrativas desempenharam um papel de grande importância na regulamentação e controle da posse da terra, moldando diretamente os padrões de ocupação e colonização da região.

Dessa forma, é possível refletir sobre os processos de ocupação que precederam a formalização das doações, assim como as motivações subjacentes relacionadas aos objetivos e interesses dos sesmeiros ao pleitearem essas concessões territoriais. O gráfico abaixo ilustra o número de sesmarias concedidas por ano na Freguesia de Aiuruoca, oferecendo uma visão clara da tendência de aumento das doações ao longo do tempo e a tabela conta com as datas, os nomes dos sesmeiros e a descrição do local da doação.

FIGURA 3 - Número de sesmarias distribuídas por ano na Freguesia de Aiuruoca (1717 - 1798)



FONTE: Elaborado pela autora (2023)

Cláudia Damasceno Fonseca<sup>140</sup> destaca a frequente presença de capelas e casas simples ao redor dos estabelecimentos rurais, muitas vezes construídos em terrenos doados pelos fazendeiros locais. Essas iniciativas refletiam o desejo de fomentar a povoação e evidenciavam uma estratégia consciente dos fazendeiros para atrair e consolidar um mercado consumidor em suas proximidades. Conforme observado pela autora, ao longo do século XVIII, uma dinâmica significativa desenrolava-se nas áreas próximas às estradas, onde diversos indivíduos se estabeleciam, tornando-se proprietários de comércios e pousadas. Em alguns casos, esses mesmos indivíduos permitiam a formação de arraiais em suas terras, um fenômeno observado por Costa Matoso durante suas viagens.

Ao examinar o papel das sesmarias na formação do ambiente rural, torna-se evidente a estreita relação entre a distribuição de terras, a ascensão dos fazendeiros e a construção de capelas nas áreas rurais. As sesmarias representavam um meio de concessão de terras que favorecia determinados indivíduos, mas também exerciam uma influência direta na organização do poder e da propriedade na sociedade. Os fazendeiros, enquanto proprietários dessas vastas extensões de terra, desempenharam um papel fundamental na fundação e manutenção das capelas nas áreas rurais, por meio da doação de terras e da construção dos templos. Essas capelas, além de serem lugares de culto religioso, também funcionavam como centros de poder e coesão social nas comunidades agrícolas.

## **2.2 - Delimitação Territorial e Poder Eclesiástico.**

No contexto da colonização, a religiosidade emergiu como um dos pilares fundamentais que moldaram a configuração social, política e territorial, contribuindo para o desenvolvimento dos núcleos populacionais e intrinsecamente ligados às questões territoriais. Cláudia Damasceno Fonseca em “Arraiais e Vilas d’el Rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas”, aborda esse processo como a “conversão dos sertões”, onde o ato de converter vai além da cristianização de povos considerados “pagãos”. Trata-se também de uma transformação do espaço antes “selvagem” em uma área sujeita ao controle eclesiástico e administrativo português em aspectos religiosos e civis. O espaço era convertido tanto ao catolicismo quanto à ótica colonial, não se limitando apenas à propagação da fé católica, mas também envolvendo a imposição de instituições e práticas coloniais, visando estabelecer o domínio e a autoridade sobre as populações locais. Dessa forma, a religião se tornava uma

---

<sup>140</sup> FONSECA, 2011, p. 433 - 439.

ferramenta poderosa não apenas para a espiritualidade, mas também para a expansão do império colonial português e a consolidação do controle sobre os territórios conquistados.<sup>141</sup>

Nesse viés, a instituição de Paróquias e capelas filiais indicava, conforme a análise da autora, “a existência de um núcleo de povoamento estável e de uma certa prosperidade”<sup>142</sup>, como parte da consolidação do controle territorial. Dessa forma, os locais onde esses templos eram erguidos tornavam-se centros econômicos com potenciais naturais de exploração, incluindo a mineração, a criação de gado e a agricultura<sup>143</sup>. Dentro de uma Freguesia, as capelas eram construídas pelos habitantes próximas às suas minas ou roças. A partir desse processo dialético, emergiram ao redor delas aglomerações populacionais mais estáveis, caracterizadas por um maior controle social, viabilizado por meio de cerimônias religiosas e cobranças de dízimos. Tal dinâmica contribuía progressivamente para a organização do território e da população residente.

Sobretudo na segunda metade do século XVIII, o número de capelas nas Minas Gerais se multiplicou, diretamente ligado à expansão da fronteira agrícola<sup>144</sup>. Segundo a autora

a promoção dessas ermidas à condição de capelas filiais, e mais tarde, de igrejas matrizes era, frequentemente, uma das consequências do crescimento e prosperidade dos arraiais que se situavam, mas também dos espaços rurais circundantes.<sup>145</sup>

As capelas também denotavam a condição social dos habitantes ao seu entorno, visíveis a partir de seu tamanho, ornamentação e poder irradiante. Fonseca indica que as datas de reconhecimento oficial dos templos religiosos são índices da formação e desenvolvimento dos núcleos populacionais<sup>146</sup>.

A autora enfatiza que o processo de povoamento e a consequente formação de núcleos populacionais ocorriam com uma clara intencionalidade por parte dos envolvidos. Segundo Fonseca, a iniciativa de financiar a construção de uma capela em determinada região era estratégica para os fazendeiros locais. Isso se devia ao fato de que a presença de uma capela conferia uma aura de estabilidade e organização ao entorno, garantia prestígio e poder aos doadores, e estimulava o desenvolvimento de um pequeno mercado consumidor.<sup>147</sup>

---

<sup>141</sup> FONSECA, 2011. p. 83.

<sup>142</sup> Ibid.

<sup>143</sup> Ibid.

<sup>144</sup> Ibid., p. 110.

<sup>145</sup> Ibid., p. 83.

<sup>146</sup> Ibid., p. 83.

<sup>147</sup> Ibid., p. 436.

A capela funcionava como um ponto focal, atraindo moradores locais para as cerimônias e também os viajantes que transitavam pela região. Esses viajantes, ao pararem nos arraiais próximos às capelas, encontravam um local para abastecer-se de víveres e buscar serviços de artesãos e profissionais mecânicos, como ferreiros e seleiros<sup>148</sup>. Essa dinâmica comercial e social contribuía para o crescimento e a consolidação dos núcleos populacionais, ao mesmo tempo em que fortalecia os laços comunitários e a interdependência econômica entre os habitantes locais.

Em seu artigo “A conversão do sertão: capelas e governamentalidade nas Minas Gerais”, Francisco Eduardo de Andrade argumenta que a instituição de capelas era uma prática de poder que desempenhava um papel fundamental não apenas na manutenção da ordem social por meio da religião, mas também na demarcação de áreas de posse e fronteiras<sup>149</sup>. Segundo o autor, a existência de uma capela ia muito além do caráter econômico agrícola ou minerador de um local, pois significava uma área estratégica, seja em um cruzamento de rotas, confluência de rios, ou em locais para garantir paragens, condições de acesso, próximas a pousos e ranchos, entre outras formas de sociabilidade que garantiam a formação de uma hierarquia social e religiosa.<sup>150</sup>

Na distribuição territorial das capelas em uma freguesia, observa-se uma inter-relação dinâmica entre a localização das capelas, o processo de povoamento ao seu entorno e as atividades econômicas das fazendas. As capelas muitas vezes surgiam em pontos próximos a cursos d'água ou áreas de relevo facilitadas. À medida que o povoamento se expandia, as capelas exerciam um papel crucial na organização da vida comunitária, estabelecendo referências geográficas e sociais para os colonos. Portanto, as fazendas desempenhavam um papel significativo nesse contexto, as grandes propriedades rurais frequentemente financiavam a construção e manutenção das capelas, influenciavam diretamente a distribuição e o desenvolvimento de recursos e dízimos e estabeleciam laços de dependência e colaboração com a comunidade local.

Além de favorecer o controle régio, a edificação de templos religiosos permitia a ascensão social daqueles que os fundavam e/ou doavam patrimônios em terras, uma vez que passavam a exercer maior controle sobre os territórios e os fiéis. Andrade destaca o privilégio do padroado local, em que o senhor possuía um capital simbólico como administrador e

---

<sup>148</sup> Ibid..

<sup>149</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais*. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 23, ed. 37, p. 151-166, 2007. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752007000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/xXGjqWCwXMz8QsxdDhD6TM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2022.

<sup>150</sup> Ibid., p. 152 - 153.

patrono da capela, o que lhe garantia diversos benefícios associados ao poder local e reconhecimento régio<sup>151</sup>. A influência das elites locais nos espaços das capelas durante o século XVIII era significativa, muitas vezes compostas por proprietários de terras, comerciantes e autoridades políticas, que exerciam controle sobre as capelas de várias maneiras, desde o financiamento de sua construção e manutenção até a participação ativa na administração das atividades religiosas.

As elites locais frequentemente financiavam a construção e ornamentação das capelas, utilizavam sua riqueza e influência para estabelecer sua posição de destaque na comunidade. Ao contribuir financeiramente para a construção de capelas, buscavam demonstrar sua devoção religiosa e consolidar seu poder e prestígio social. Além disso, poderiam ocupar cargos de liderança dentro das estruturas eclesiásticas locais, como zeladores, administradores, membros dos conselhos paroquiais e irmandades, permitindo-lhes influenciar as decisões relacionadas às atividades da capela.

No início do século XIX, o naturalista Saint-Hilaire observou uma distinção significativa na estruturação do território mineiro em comparação com o Rio de Janeiro. O ponto central dessa análise, segundo Fonseca, reside no fato de que o naturalista notou a existência de muitas e extensas propriedades pertencentes a um único indivíduo em Minas Gerais. Essa característica resultava em uma grande distância entre as propriedades rurais, o que, por sua vez, incentivava o surgimento de povoados ao redor das Paróquias, nas sedes das Freguesias, impulsionadas pela necessidade de sociabilidade. Essas casas muitas vezes pertenciam às famílias das fazendas circunvizinhas e eram utilizadas durante eventos religiosos, festividades e outras atividades sociais. Em contraste, no Rio de Janeiro, Saint-Hilaire observou que as propriedades rurais não eram tão extensas, o que resultava em uma proximidade maior entre elas e, conseqüentemente, a presença de templos religiosos mais próximos, porém sem povoamento circundante.

No contexto de Minas Gerais, as vastas distâncias entre as propriedades contribuíram para a criação de diversas capelas e povoados em seus arredores, o que evitava a existência de paróquias ou capelas isoladas e desprovidas de assentamentos humanos. Além disso, o povoamento ao redor dos templos religiosos foi também impulsionado, conforme observado por Saint-Hilaire, pela necessidade comercial de artesãos, comerciantes e estalajadeiros de estarem presentes nos locais frequentados pelos proprietários de terra<sup>152</sup>.

---

<sup>151</sup> Ibid., p. 156 - 157.

<sup>152</sup> Ibid., p. 444 - 445.

Nesse viés, o próprio território se reconfigurava gradualmente à medida que era povoado. A autora destaca que, na instituição das primeiras freguesias, os limites eram estabelecidos de forma aproximada e se ajustavam conforme as áreas eram ocupadas. A paróquia era definida como o espaço habitado pelos fiéis que frequentavam a mesma igreja matriz, e os limites territoriais se constituíam com o aumento da densidade populacional, levando em consideração as características naturais do terreno, como as “fricções” e “rugosidades” geográficas, exemplos são os rios e serras, que naturalmente demarcavam o território<sup>153</sup>.

O território que englobava a antiga Freguesia de Aiuruoca, possuía uma grande relevância na comarca do Rio das Mortes, especialmente devido à sua posição estratégica próxima às fronteiras com as capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo. No manuscrito pesquisado no Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha, datado de 1830, intitulado “*Statistica Política e Civil da Parochia de N. Senhora da Conceição da Aiuruoca*”<sup>154</sup> assinado pelo Vigário José de Abreu e Silva, são descritos os limites da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca neste ano, assim como suas capelas filiais, dados populacionais e financeiros. Na primeira parte do arquivo chamada de “1ª Divisão: Territorial, Posição e Situação” consta a descrição:

Situada entre 336 e 338 graus de longitude e 21 e 23 de latitude meridional sobre as ramas da Mantiqueira, regada com 2 Rios caudalosos, o denominado Grande, e o da Aiuruoca, que dá o nome a Paróquia; e 3 menores, que confluem a este, o denominado Francês, e o Turvo Grande, e Turvo Pequeno, correndo todos de S. (Sul) a N. (Norte). Criada em 1718, e confirmada em 1750 com 23 léguas N. S. (Norte - Sul) na maior longitude e 15 E. O. (Leste - Oeste) na maior latitude e dentro destes limites 8 capelas filiais além da matriz.

A partir deste trecho, é possível extrair informações essenciais. Primeiramente, destaca-se a localização precisa da sede da Freguesia, fornecida em graus de longitude e latitude, bem como a descrição do local entre as serras e os rios citados, que ainda permanecem com os mesmos nomes. Ademais, convém destacar que os dados relativos às datas e ao número de capelas apresentados no documento conferem com as informações disponíveis em outras fontes de pesquisa, como os registros de Saint-Hilaire e de Frei José da Santíssima Trindade, que serão apresentados adiante.

---

<sup>153</sup> Ibid., p. 87.

<sup>154</sup> STATISTICA Política e Civil da Parochia de N. Senhora da Conceição da Aiuruoca. 1830. Envelope “Aiuruoca”. Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - MG.

Na sequência do documento, a seção intitulada “Extensão e limites”, traz as dimensões geográficas da Freguesia a partir de suas divisas:

É de 23 léguas de N. S. (Norte - Sul) e de 15 E. O. (Leste - Oeste), tendo limites ao N. (Norte) a Freguesia da Vila São João del Rei em 14 léguas, ao S. (Sul) a de Pouso Alto em 9, a E. (Leste) a Aldeia de São Vicente, situada à margem do Rio Preto em 12, a O. (Oeste) a da Vila de Baependi em 3, a N. E. (Nordeste) a da Ibitipoca em 9, a N. O (Noroeste) a de Carrancas em 8.

Já no terceiro tópico, são apresentadas as “Distâncias Respectivas”, que oferecem informações relevantes sobre a localização da Paróquia em relação a outras localidades, como a:

Distância da Corte do Império 48 léguas, da Imperial cidade do Ouro Preto, capital da província 46, da leal cidade de Mariana, metrópole do Bispado 48, da Vila da Comarca que é a de São João del Rei 22, e da de Baependi, que lhe serve de Termo pelo Juízo Ordinário e eclesiástica 6.

A descrição apresentada não apenas contribui para a precisa localização da Freguesia de Aiuruoca, mas também possibilita uma clara compreensão das outras localidades às quais ela estava subordinada na época. Em termos de autoridade máxima, a capital imperial do Rio de Janeiro detinha o controle administrativo e político geral. No âmbito eclesiástico, a Freguesia estava subordinada ao bispado de Mariana. Juridicamente, estava sob a submissão da Comarca do Rio das Mortes em São João del Rei. Em termos regionais, a Vila de Baependi desempenhava importantes funções administrativas e religiosas.

Sua localização privilegiada fazia dela um ponto de interesse para as autoridades coloniais, uma vez que se situava em uma região de intenso trânsito e intercâmbio entre diferentes áreas de colonização. A proximidade com as capitanias vizinhas São Paulo e Rio de Janeiro, implicava em um constante fluxo de pessoas, bens e informações, contribuindo para a dinâmica econômica, social e política. Dessa forma, a Freguesia de Aiuruoca se configurava como ponto de conexão e convergência entre diferentes áreas geográficas e administrativas, exercendo influência sobre o desenvolvimento e organização do território circundante.

No que se refere aos limites entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais, diversas discussões foram empreendidas ao longo do tempo. Orville Derby, em sua obra intitulada “A primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais”<sup>155</sup>, oferece um histórico detalhado das divisões e delimitações territoriais. Ao final do século XVII, a última Vila no sentido norte de São Paulo era Guaratinguetá, o que implicava que todo o território a partir

---

<sup>155</sup> DERBY, Orville. *A primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais no século XVIII*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Volume 5, 1901.

dela deveria pertencer a São Paulo. Em seis de abril de 1714, por ordem do governador Dom Braz Baltazar da Silveira, os procuradores das quatro primeiras vilas mineiras foram convocados para discutir sobre o território. Estavam presentes o governador da Vila de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica e Vila de Sabará. No entanto, o governador da Vila de São João del Rei não compareceu, embora seus limites fossem os mais relevantes, uma vez que se dividiam com a Vila de Guaratinguetá, com marco a Serra da Mantiqueira <sup>156</sup>.

Em setembro de 1717, a Câmara de Guaratinguetá realizou um auto de posse no Morro Caxambu, que era reivindicado por São João del Rei. Em resposta, as autoridades de São João del Rei instituíram um marco na garganta da Serra da Mantiqueira<sup>157</sup>. Em 1720, a Serra da Mantiqueira foi estabelecida como o marco da divisão entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais. Aiuruoca, por sua vez, destacava-se como a última Freguesia de Minas Gerais e da Comarca do Rio das Mortes nos limites com São Paulo <sup>158</sup>. Esses conflitos persistiram até 1731, quando o governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel interveio, enviando uma representação que determinava a divisão igualitária do território entre as duas vilas <sup>159</sup>.

Ainda assim, Fonseca alega que essas disputas pelas fronteiras entre as capitanias de Minas e São Paulo permaneceram ao longo dos setecentos. Segundo a autora, durante o governo de Luís Diogo Lobo da Silva (1763 - 1768), medidas foram tomadas para consolidar seus domínios ao sul de Minas Gerais, em direção a São Paulo, e ao oeste, rumo a Goiás. Em uma viagem de três meses pelas fronteiras da capitania, ele concedeu diversas patentes militares, incluindo em Aiuruoca, o que de acordo com Fonseca, foi um forte argumento para afirmar a Serra da Mantiqueira como o limite das capitanias de forma que favorecia os mineiros, pois os paulistas desejavam que os limites fossem nos rios Grande e Sapucaí <sup>160</sup>.

Contudo, a tensão persistiu. Conforme mencionado pela autora, em um auto de demarcação de 1765 realizado no Rio de Janeiro, o Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, defendeu os interesses de São Paulo. Entretanto, os governadores de Minas não acataram suas decisões e contaram com um apoio discreto da Coroa, devido ao fato de Portugal se beneficiar economicamente com a extensão do território mineiro<sup>161</sup>. Os paulistas consideraram que seu território foi usurpado, como representado no mapa de 1773 denominado “Mapa da capitania

---

<sup>156</sup> Ibid., p. 196 - 198.

<sup>157</sup> FONSECA, 2011, p. 200.

<sup>158</sup> Ibid.

<sup>159</sup> Ibid.

<sup>160</sup> Ibid.

<sup>161</sup> Ibid., p. 201.

de São Paulo, mostrando todos os sertões que haviam sido usurpados pelas autoridades de Minas Gerais”

FIGURA 4 - Mapa da capitania de São Paulo, mostrando todos os sertões que haviam sido usurpados pelas autoridades de Minas Gerais.



FONTE: Reprodução extraída de CIDADE - A colonização do Brasil.

FIGURA 5 - Recorte do Mapa da capitania de São Paulo, mostrando todos os sertões que haviam sido usurpados pelas autoridades de Minas Gerais.



FONTE: Reprodução extraída de CIDADE - A colonização do Brasil.

O mapa em questão oferece uma representação visual das disputas territoriais entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais durante o período colonial. Os pontos demarcados no mapa, representados por bolinhas e cruces, são indicativos da centralidade das paróquias e do poder religioso na definição do território. Esse aspecto ressalta a influência significativa da Igreja Católica na organização e na estruturação do espaço colonial, onde a presença das paróquias e capelas eram pontos de referência geográfica e administrativa.

Nota-se no recorte a menção em destaque ao “Morro Cachumbu”, onde ocorreu o auto de posse pela Câmara de Guaratinguetá em 1717. Essa localidade, situada próxima às freguesias de “Baependy” e “Juruoca”, evidencia a importância histórica e estratégica da região próxima à Serra da Mantiqueira nas disputas territoriais entre as duas capitanias. O “Morro Cachumbu”, localizado em uma área rica em recursos naturais e de grande valor geopolítico, era crucial para as delimitações territoriais entre a Capitania de São Paulo e a Capitania de Minas Gerais.

Durante o período colonial, a descoberta de ouro na região das Minas Gerais desencadeou uma série de conflitos de fronteira, já que ambos os territórios buscavam

assegurar o controle sobre as rotas comerciais e as áreas mineradoras mais produtivas. A ação da Câmara de Guaratinguetá em 1717 ao realizar o auto de posse no “Morro Cachumbu” demonstra a tentativa de afirmar a jurisdição paulista sobre a área, marcando presença em um ponto estratégico que facilitava o controle das vias de acesso entre as regiões. Além disso, a proximidade com as freguesias de Baependy e Juruoca, importantes núcleos de colonização e produção agrícola, sublinha a relevância econômica e social da região.

O registro destaca a área além da Serra da Mantiqueira, considerada usurpada pelos mineiros do território de São Paulo. A atenção é direcionada aos elementos geográficos principais, como rios, caminhos e serras, com destaque especial para a imponente Serra da Mantiqueira, que emerge como uma fronteira natural proeminente. Os rios são representados como veias que penetram o território, com suas denominações. Observa-se a proximidade dos locais de povoamento com os corpos d'água, indicando a dependência histórica das comunidades em relação aos recursos hídricos para sua subsistência e desenvolvimento, e a importância dos cursos d'água na demarcação e na delimitação dos limites territoriais.

A demarcação territorial entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais é um reflexo de interações que vão além das disputas políticas entre as capitanias, ela evidencia a preeminência da relação entre espaço, paisagem, agência histórica e natureza na formação da sociedade colonial na região. Primeiramente, ao considerar a presença da imponente Serra da Mantiqueira como uma fronteira natural entre as duas capitanias, percebemos que ela não só delimitava os territórios, mas também influenciava as rotas de comércio, as estratégias de colonização e as dinâmicas sociais das comunidades que habitavam suas encostas e vales. Além disso, a presença dos rios e as características do relevo influenciavam diretamente as atividades econômicas e a distribuição da população.

Dessa forma, a demarcação territorial é um exemplo claro da interseção entre os elementos naturais e sociais. As fronteiras políticas e econômicas são moldadas pelas características do ambiente, enquanto as ações humanas, em suas disputas pelo controle e ocupação do território, reconfiguram a paisagem e deixam marcas históricas duradouras. Essa relação dinâmica entre elementos geográficos e sociais é essencial para compreender a formação e evolução da sociedade colonial na região das fronteiras sul da Capitania de Minas Gerais.

### 2.2.1 - A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca e suas capelas filiais.

De acordo com informações fornecidas no Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais, elaborado por Waldemar de Almeida Barbosa, a Freguesia de Aiuruoca foi estabelecida no ano de 1718, com a instituição da Paróquia no ano anterior, em 1717, e posteriormente foi elevada a colativa em 1752. Aiuruoca foi alçada à condição de vila em 14 de agosto de 1834 e, posteriormente, recebeu o título de cidade em 20 de julho de 1868 <sup>162</sup>.

O autor destaca a presença de uma capela primitiva, conhecida como “freguesia velha”, situada aproximadamente a um quilômetro abaixo da atual cidade, nas proximidades do Rio Aiuruoca. Referências adicionais, como o testamento datado de 1772 do Sargento Mor Francisco Barbosa Lima, corroboram a existência e a importância histórica deste local, onde cita:

um sítio na paragem denominada Freguesia Velha da Aiuruoca, que se compõem de casas de vivenda, coberta de telha, paiol e senzalas, coberta de capim, com suas árvores de espinho, capoeiras e logradouros, que parte com José Francisco de Siqueira e com Francisco da Cunha Gago e com o Capitão Roque de Souza Magalhães.<sup>163</sup>

No livro “Diocese da Campanha”, escrito por Monsenhor Lefort, destaca-se o relato do “descobrimento” das minas de ouro de Aiuruoca por João de Siqueira Afonso em 1706. Conforme a narrativa do religioso, Afonso foi atraído pela elevação rochosa do Pico do Papagaio, atribuindo a região esse nome devido ao suposto tagarelar das aves, embora registros documentais anteriores a Afonso contradigam essa versão, como demonstrado no capítulo anterior. Lefort descreve as técnicas rudimentares de mineração empregadas naquela época e sobre o significado da palavra Aiuruoca, que significa “casa dos papagaios”, apresenta também algumas variações de grafia. Além disso, o autor faz menção aos sertanistas Simão Gago, minerador, e Melchior Felix, que assumiu o cargo de superintendente das Minas em 20 de julho de 1708 <sup>164</sup>.

Segundo Lefort, o ano de 1717 foi marcado por uma série de iniciativas de domínio na região, como evidenciado no Códice da Delegacia Fiscal de Minas Gerais, conforme pesquisas realizadas pelo autor. Neste documento, são detalhados os residentes da localidade conhecida como “Girioca” e se destacam alguns nomes e o número de escravos sob suas posses. Entre esses indivíduos, mencionam-se Narciso de Faria e Silva, guarda-mor, Garcia

<sup>162</sup> BARBOSA, 1995. p. 27 - 28.

<sup>163</sup> INVENTÁRIO do Sargento Mor Francisco Barbosa Lima. Museu Regional de São João del Rei. 1776. Caixa 396. Transcrito por Edriana Aparecida Nolasco.

<sup>164</sup> LEFORT, José do Patrocínio. *A Diocese da Campanha*. Belo Horizonte : Impr. Oficial de Minas Gerais. 1993, p.35-39.

Paes e Miguel Sutil, cada um com três cativos, João Siqueira Paes, Nazário Fernandes Homem e João Gonçalves Tavares, com dois escravizados cada, além de André de Siqueira, com um, João Veloso, com oito, e o Capitão Manuel de Campos, com quinze cativos<sup>165</sup>.

O autor menciona a instituição da Paróquia de Aiuruoca em 1717, embora os primeiros registros encontrados por ele remontem apenas a 1728, como é o caso do considerado primeiro livro do tomo de Aiuruoca. Este livro registra a primeira visita canônica em 1728, realizada pelo Doutor Manuel da Rosa Coutinho, vigário da Vara de São João del Rei, designado pelo Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe, do Rio de Janeiro. Lefort também destaca os elogios ao Vigário de Aiuruoca, Padre Francisco Leite Lobo, por sua vocação religiosa e cuidado com a população local, com base nos registros de Frei José da Santíssima Trindade.

De acordo com Lefort, posteriormente foram realizadas mais duas visitas pastorais à Aiuruoca. A primeira teve lugar em 10 de março de 1730, conduzida pelo Padre Manuel Freire Batalha, responsável pelas igrejas de Vila Rica e de São João del Rei. Nessa ocasião, o Padre Inocêncio de Araújo Meneses foi designado como o segundo pároco de Aiuruoca. Já a terceira visita, em 1734, foi realizada pelo Padre Alexandre Nunes Cardoso e ficou marcada pela fundação da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Para enfatizar a importância da localidade, o autor apresenta uma lista com os nomes de diversos homens que residiam em Aiuruoca em 1734, com base nas assinaturas encontradas no livro da Irmandade. Lefort relata um aumento significativo da população após a implementação do sistema do Quinto, decorrente da exploração de minas na região, o que gerou um aumento considerável da atividade econômica para suprir o pagamento do imposto. Assim, houve a necessidade de expandir meios alternativos ao ouro, o que levou ao maior desenvolvimento da agricultura local<sup>166</sup>.

No Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha, encontra-se um documento intitulado “Relação dos Vigários havidos em Ayuruoca a contar de 1718 a 1890”<sup>167</sup>, o qual apresenta uma lista detalhada de todos os párocos que exerceram suas funções ao longo desses anos, totalizando 17 sacerdotes. Trata-se de uma fotocópia impressa em sulfite do manuscrito original. O primeiro nome na lista é o de Manoel Rabello, que assumiu em abril de 1718 e desempenhou suas funções por sete anos e nove meses até dezembro de 1725, quando foi sucedido por Francisco Leite Lobo.

---

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> Ibid.

<sup>167</sup> RELAÇÃO dos Vigários havidos em Ayuruoca a contar de 1718 a 1790. Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Fotocópia impressa. Pasta “Aiuruoca”.

No Códice Costa Matoso, são mencionados os templos religiosos já edificadas na Capitania de Minas Gerais quando dados foram coletados em 1721. Dentre as igrejas e capelas existentes na comarca do Rio das Mortes, destaca-se a referência à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Aiuruoca, cujo vigário no período era o padre José Matol<sup>168</sup>. Essa menção ressalta a relevância da Paróquia como uma instituição central na vida religiosa e social da região sul da Comarca naquela época.

A inclusão da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Aiuruoca no documento sugere que ela já havia se estabelecido como uma instituição fundamental na comunidade local em um curto período de tempo desde sua construção, indicando a consolidação da presença religiosa e política na área e a importância da Paróquia como um centro de atividades religiosas, culturais e comunitárias para os habitantes.

Em 1824, Dom Frei José da Santíssima Trindade visitou a Freguesia de Aiuruoca e compilou informações de significativa importância. Trindade exerceu o episcopado em Mariana de 1820 a 1835. Entre os meses de julho e novembro dos anos de 1821 a 1825, empreendeu cinco viagens pela região episcopal, nas quais elaborou documentos detalhados acerca de suas atividades e dos lugares visitados. Os organizadores do livro destacam na introdução a escolha dos meses por conta do clima mais ameno e a baixa probabilidade de chuvas. No total, foram 632 dias de viagem ao longo destes anos, onde passou por 65 freguesias e percorreu aproximadamente 624 léguas pelas Minas Gerais, o que corresponde a 4117 quilômetros. Em sua quarta viagem, no ano de 1824, percorreu em 162 dias um total de 167 léguas, correspondente a 1064 quilômetros e passou por 19 freguesias, o maior número dentre as cinco excursões, incluindo a Freguesia de Aiuruoca.

Ao visitar Aiuruoca, o Frei José da Santíssima Trindade destacou a força e a excelência religiosa da Paróquia da Conceição de Aiuruoca, com seus sacerdotes, capelas e fiéis. Segundo os registros, neste ano haviam 11.484 habitantes e 14 sacerdotes. Estes números são bastante elevados em comparação às freguesias vizinhas, como Ibitipoca, com 7.272 habitantes e 7 sacerdotes, Baependi, com população de 7.560 pessoas e apenas 1 religioso, Pouso Alto, onde apesar de maior número populacional, em 13.516, possuía apenas 5 sacerdotes e Carrancas, com 4.000 habitantes e 6 sacerdotes<sup>169</sup>. Dentre os 14 religiosos da Paróquia de Aiuruoca, 1 era vigário, 1 coadjutor, 2 capelães e 10 não foram definidos<sup>170</sup>.

---

<sup>168</sup> CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 817

<sup>169</sup> VISITAS Pastorais do Frei José da Santíssima Trindade. Tabela número dois: Relação das Freguesias com total de habitantes, fogos, sacerdotes e côngruas. p. 49 - 50.

<sup>170</sup> VISITAS Pastorais do Frei José da Santíssima Trindade. Tabela número quatro: Total de vigários, coadjutores, capelães e demais sacerdotes por freguesia a cada visita. p. 60 - 61.

O religioso destaca que a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição foi criada por ato episcopal em 1718, confirmada em 1750, declarada colativa por alvará régio de janeiro de 1752. Segundo o livro, o templo é anterior a 1718 e em 1728 foi criada a Irmandade do Santíssimo Sacramento<sup>171</sup>. Em meados do XVIII iniciou-se a construção de uma Igreja melhor, da qual foi substituída por uma nova matriz em 1903. No provimento deixado pelo Frei para ser lido em três missas festivas na Freguesia, ele elogia o zelo do Pároco José de Abreu e Silva com os Santuários, a admiração e devoção dos fiéis, além de traçar recomendações de fé e orações seguidas de bênçãos ao povo da Freguesia <sup>172</sup>. Trindade descreve que:

A igreja matriz, distante da capela curada do Varadouro 2 léguas e das dos Serranos 4, é fabricada de taipa em uma baixa cercada de morros, e perto dela passa o rio Aiuruoca, e por isso tem pequeno arraial. Tem cinco altares dourados e pintados, menos um colateral que está só em talha, mas estavam já as tintas prontas para concluir. O retábulo do altar-mor é de madeira bem pintada e dourada. Tem outro altar em capela separada em que está uma boa imagem do Senhor dos Passos com muita decência, mas o forro da igreja acha-se em madeira com acabamento arruinado. Tem boa sacristia e bons caixões de ornamentos, dos quais está bastantemente provida, e com muita limpeza e gravidade tanto nestas como nas mais alfaias para o sacrifício, vasos dos santos óleos e âmbula do sacrário. Tem cemitério por detrás da capela-mor. Segundo uma informação do pároco em visitação, recebem na matriz o pasto espiritual 1.950 pessoas, e tem de menores 324, que ao todo fazem 2.274.<sup>173</sup>

No contexto histórico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, um conjunto de capelas filiais desempenhou um papel crucial na vida religiosa e comunitária das regiões circundantes. Estas capelas, dispersas ao redor da paróquia sede, representavam centros de devoção e congregação para as populações locais, estabelecendo uma rede espiritual que ligava as comunidades rurais à matriz religiosa de Aiuruoca. Em 1824 havia 15 templos distribuídos no território da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca<sup>174</sup>, onde as capelas da Guapiara, de Serranos, do Varadouro, do Turvo, de São Vicente, da Lagoa, do Livramento e de Bocaina emergiram como pilares da fé católica, ao mesmo tempo em que desempenhavam ações na organização social e política das áreas ao seu redor. Era o maior número de templos entre as freguesias da região<sup>175</sup>.

---

<sup>171</sup> LIMA, José Arnaldo Coelho de Aguiar; OLIVEIRA, Ronald Polito de. (orgs.). *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

<sup>172</sup> Ibid., p. 205.

<sup>173</sup> Ibid., p. 203.

<sup>174</sup> Ibid., p. 53 - 54.

<sup>175</sup> Considerando as freguesias vizinhas: Baependi, Ibitipoca, Pouso Alto e Carrancas.

Trindade registra que:

Tem esta freguesia, inclusa a matriz, 8 templos públicos e 7 oratórios, e a sua extensão é, de norte a sul, de 16 a 22 léguas, de este a oeste, de 10 a 12, vindo a distar da matriz as capelas curadas limítrofes: ao Turvo 9 léguas, a São Vicente 6, ao Livramento 7, à Lagoa 5, e das centrais 4 ao Serrano, 2 ao Varadouro e 2 a Guapiara, e entre si, do Turvo a São Vicente 4, dista ao Serrano 4, dista ao Varadouro 2, dista ao Livramento 5, dista à Guapiara 6, e dista à Lagoa 3. Note bem: o pároco José de Abreu e Silva deu a quase todas as suas capelas ornamentos novos para o comum. <sup>176</sup>

No trecho de Trindade, a capela de Nossa Senhora do Rosário de Bocaina não é mencionada, pois ele se restringe às “capelas curadas limítrofes”, e a de Bocaina ainda não havia sido curada. No entanto, ela é descrita posteriormente pelo Frei como uma das oito capelas existentes em 1824 na Freguesia de Aiuruoca. Além disso, é a única, dentre essas, elevada no século XIX.

Saint-Hilaire visitou Aiuruoca dois anos antes de Santíssima Trindade e registrou que o vigário informou-lhe que “a sede da paróquia tem vinte e oito léguas de norte a sul; dezoito de leste a oeste, compreende sete capelas”<sup>177</sup>. Na visita de Trindade, registrou-se uma capela a mais e pode-se inferir que na passagem de Saint-Hilaire, que se deu no mesmo ano da ereção da capela de Nossa Senhora do Rosário da Bocaina, esta ainda não havia sido contabilizada pelo vigário, por não ter sido finalizada na data da visita do naturalista.

No acervo do Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha, encontra-se um manuscrito intitulado “Mappa da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca/ Comarca do Rio das Mortes/ Bispado de Mariana dado em 1826” <sup>178</sup>. Neste documento é possível encontrar informações detalhadas sobre a população de cada capela, bem como a cobrança de dízimos. São mencionadas as mesmas oito capelas citadas anteriormente, assim como em documento semelhante do ano de 1829.

Em relação às estatísticas populacionais, nota-se o aumento de 1.009 habitantes em dois anos, em comparação aos dados da Freguesia apresentados em 1824 por Santíssima Trindade, em 1826 foram registrados 12.493 habitantes no extenso território de Aiuruoca. A população é dividida no documento entre livres e cativos, subdividida em homens, mulheres e menores, além de constar o número de fogos na Freguesia, os nomes dos Coadjuutores da Matriz e das capelas de Serranos, São Vicente, Turvo e Alagoa. A Capela do Turvo possuía o maior número de habitantes, com 4.129 pessoas, enquanto a Paróquia possuía apenas 1.638.

<sup>176</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 205.

<sup>177</sup> SAINT-HILAIRE, 1974 p. 101.

<sup>178</sup> MAPPA da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca/ Comarca do Rio das Mortes/ Bispado de Mariana dado em 1826. 1826. Envelope “Aiuruoca” - Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - MG.

Além da tabela populacional, há informações sobre a arrecadação de dízimos e valores de aplicação.

FIGURA 6 - Recorte do manuscrito “Mappa da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca/ Comarca do Rio das Mortes/ Bispado de Mariana dado em 1826”

	Pessoas Livres		Pessoas Escravas		Total	Fogos	Casas	
	Homens	M. <sup>as</sup>	Homens	M. <sup>as</sup>				
<i>Matriz de N. Sra. da Conceição</i>	475	215	262	254	122	110	1638	265
<i>Capella de Saradouro</i>	83	65	49	51	42	17	307	50
<i>Capella dos Ferrões</i>	443	388	261	452	365	110	2092	263
<i>Capella de São Vicente</i>	240	207	107	128	117	58	867	121
<i>Capella de São</i>	265	216	366	723	677	282	4129	527
<i>Capella do Livramento</i>	335	311	182	193	162	86	1229	193
<i>Capella da Bocaina</i>	91	84	30	37	23	11	276	57
<i>Capella da Alagoa</i>	437	364	203	113	101	84	1302	241
<i>Capella de Guapirara</i>	191	174	112	107	76	61	721	143
<i>Soma</i>	3260	2924	1734	2068	1685	822	12493	1872

FONTE: Envelope “Aiuruoca” - Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - MG.

Ademais, há dois manuscritos idênticos datados de 27 de janeiro de 1830, intitulados “Statistica Política e Civil da Parochia de N. Senhora da Conceição da Aiuruoca”<sup>179</sup>, ambos assinados pelo Vigário José de Abreu e Silva. No documento, um dado significativo apresentado é referente às “Estatísticas da Freguesia e suas capelas”. Nessa seção, constam números precisos do total de indivíduos, fogos e casas dentro dos limites da Matriz e de cada capela filial. Os indivíduos são classificados por gênero, sendo subdivididos em “livres” e “escravos” e o número total de cada grupo. Já os fogos e as casas são divididos entre os povoados e distritos.

Com base nos dados apresentados no documento, pode-se observar que o número de indivíduos livres na Freguesia é superior ao de escravizados, totalizando 8.574 livres e 4.929 cativos. A distinção feita se refere à situação de liberdade dos indivíduos, e não à sua cor de pele, podendo estarem inclusos alforriados, negros e pardos entre os livres. A população total da Freguesia é de 13.523 pessoas, sendo 7.150 homens e 6.373 mulheres.

<sup>179</sup> STATISTICA Política e Civil da Parochia de N. Senhora da Conceição da Aiuruoca. 1830. Envelope “Aiuruoca” - Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - MG.

Notavelmente, a sede da Paróquia permanecia sem abrigar a maior quantidade de fiéis, com 1.625 pessoas, sendo a Capela do Turvo a localidade com maior número de habitantes, totalizando 4.019 pessoas, além de abrigar o maior número de cativos, com um total de 1.648 indivíduos. A Capela do Turvo também contava com o maior número de fogos e casas, sendo responsável por 1.177 fogos e 1.264 casas. No total, a Freguesia contabiliza 1.815 fogos e 1.975 casas em seu território. Tais documentos fornecem importantes informações sobre a organização eclesiástica e a demografia da região em questão, permitindo uma melhor compreensão do contexto histórico da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca no século XIX<sup>180</sup>.

FIGURA 7 - Recorte do manuscrito “Statistica Política e Civil da Parochia de N. Senhora da Conceição da Aiuruoca em 1830”

Ecclesiastica das suas Capellas	N.º de indivíduos						N.º de Fogos			N.º de Casas			
	Homens			Mulheres			Total de Fogos	Nos Paroquias	Nos Distritos	Total	Nos Paroquias	Nos Distritos	Total
	Libres	Pres. <sup>os</sup>	Total	Libres	Pres. <sup>as</sup>	Total							
Madriz	551	280	831	569	225	794	1625	65	168	233	110	149	259
Varadouro	127	156	283	137	97	234	495	-	59	59	-	59	59
Summa	678	436	1114	706	322	1028	2120	65	227	292	110	218	328
Vicaria	390	510	900	409	161	570	1276	42	489	531	48	4	529
Turvo	1671	1006	2677	1500	664	2164	4019	3	149	152	14	15	173
Sivamonte	356	207	563	361	139	500	1003	3	27	112	23	27	112
Bocaina	215	75	290	217	69	286	577	23	191	215	38	146	206
Magar	580	118	698	607	159	766	1525	-	130	130	-	130	130
Guapara	337	171	508	315	129	444	930	248	1368	1816	418	1557	1173
Summa	4241	2917	7158	4533	2020	6553	13523	248	1368	1816	418	1557	1173

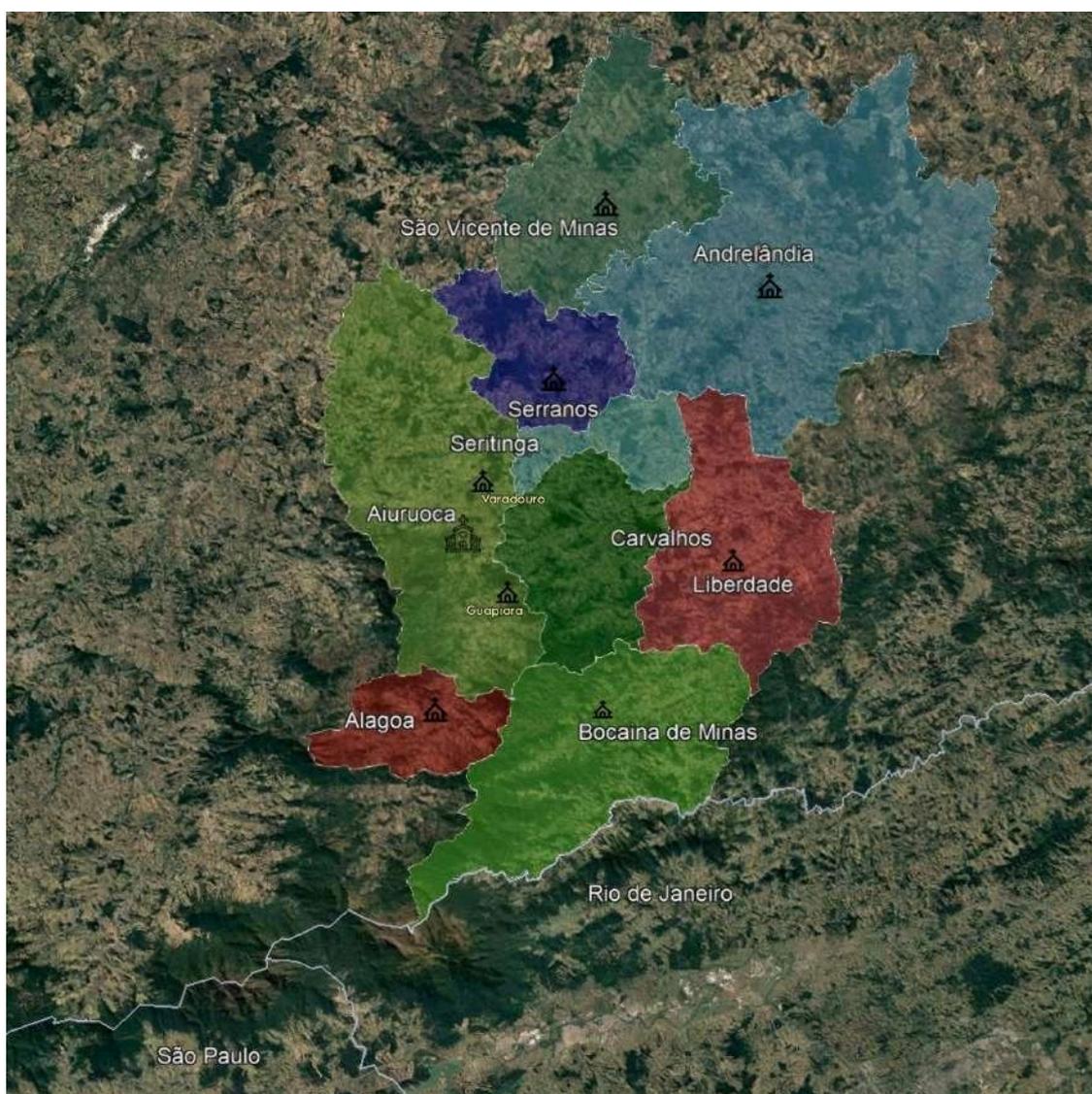
FONTE: Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - MG.

No verso do mencionado documento, encontra-se a seção intitulada “2ª divisão: Governo eclesiástico e sua residência”, na qual é mencionado que há dez religiosos no total, sendo que o pároco possui residência na matriz, e outros sacerdotes nas proximidades das capelas filiais ou mesmo na matriz. Trindade apontou o número de quatorze sacerdotes no ano de sua visita, seis anos antes. Por fim, na seção “3ª divisão: Rendas públicas eclesiásticas”, são descritas as fontes de renda provenientes de dízimos, arrecadações em geral e outros valores.

<sup>180</sup> Embora a análise dos possíveis motivos subjacentes ao aumento populacional seja de grande relevância, é importante ressaltar que essa questão ultrapassa o escopo da presente discussão. É preciso aprofundar análises através de futuros estudos, considerando uma variedade de fontes, bibliografias e abordagens do contexto político, econômico e social do período.

O mapa abaixo mostra a localização aproximada das capelas mencionadas em relação aos territórios dos atuais municípios. É possível observar a vasta extensão territorial da antiga Freguesia de Aiuruoca, onde as distâncias consideráveis entre os diversos templos são evidentes, o que ressalta a ampla área de influência e o poder de cada capela e sublinha o significativo deslocamento até a sede. Esse cenário ilustra a distribuição geográfica, a organização religiosa e social da região, além de destacar a importância de cada capela como um centro de poder e devoção local.

FIGURA 8 - Localização das capelas de Aiuruoca em relação aos atuais municípios.



FONTE: Elaborado por Gabriel Abrahão e pela autora.

## 2.2.2 - Descrição das capelas pertencentes a Paróquia de Aiuruoca.

O estudo das capelas pertencentes à Paróquia de Aiuruoca revela importantes aspectos sobre as relações de poder, a distribuição geográfica e as conexões com as fazendas da região. No período colonial e imperial, as capelas não eram apenas centros religiosos, mas também pontos de convergência social e política. As elites locais, frequentemente proprietárias de terras e fazendas, desempenhavam papéis decisivos na construção, manutenção e controle dessas capelas, refletindo suas posições de poder e influência na freguesia. A distribuição geográfica das capelas na freguesia de Aiuruoca era estrategicamente planejada para atender às necessidades espirituais da população dispersa pela extensa área rural. Essa proximidade facilitava a participação dos trabalhadores e moradores das fazendas nas atividades religiosas, reforçando a coesão social e a hierarquia estabelecida pelos proprietários.

A seguir, serão apresentadas descrições desses templos durante o período em questão, com um foco particular nos registros do Frei José da Santíssima Trindade em 1824. Esses registros oferecem uma visão sobre as capelas da Paróquia de Aiuruoca, capturando aspectos geográficos, arquitetônicos, sociais e religiosos dessas estruturas. Por meio dessas anotações, é possível obter uma compreensão vívida da importância desses templos na vida cotidiana da região, bem como de suas conexões com as dinâmicas de poder da época.

A capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso dos Serranos<sup>181</sup> figura como a mais antiga dentre as mencionadas. O antigo Arraial estava localizado às margens do Rio Aiuruoca, sua primeira capela foi erguida em 1725 por Antônio de Oliveira, filho de Domingos de Oliveira, em devoção ao Menino Jesus e Nossa Senhora do Bom Sucesso, curada em 1750. No ano de 1734 foi solicitada uma licença para a construção de uma segunda capela, curada em 1753, onde no mesmo ano, outra licença foi requisitada para a construção da terceira capela, que se tornou a matriz em 1840<sup>182</sup>. De acordo com os registros pastorais de Frei José da Santíssima Trindade:

A capela de Nossa Senhora da Conceição do Serrano, a 5 léguas grandes distante do Turvo, com 1.800 almas {suposto que no mapa de 1822 dava-lhe 1.368). Esta capela é toda de pedra sobre um alto com boa vista, mas pequeno arraial. Tem 3 altares com alguma decência, na sacristia dois cálices, porém um para dourar que se mandou retirar. Tem âmbula boa com sua capa decente, custódia para a exposição, relicário para levar o Viático aos enfermos e ornamentos com limpeza. Tem pia batismal de pedra, mas os vasos dos santos óleos de chumbo, que se ordenou a sua reforma.<sup>183</sup>

<sup>181</sup> BARBOSA, 1995, p.493/ LEFORT, 1993, p.297-300.

<sup>182</sup> No Arquivo eclesiástico da Diocese da Campanha, há um documento referente a elevação de Serranos a Paróquia e descrição de sua história religiosa.

<sup>183</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 196.

Já em 1730, foi elevada a Capela de Nossa Senhora do Rosário da Lagoa, onde hoje é o município de Alagoa. Segundo Trindade:

A capela de Nossa Senhora do Rosário da Lagoa é capela grande e de taipa, novamente construída pela total ruína da primeira, que foi confirmada em 1752. Tem um só altar, o seu cemitério ainda não está tapado pelas poucas forças dos aplicados, e a mesma capela apenas tem a capela-mor coberta. Tem um cálice e uma âmbula de prata com os copos sobre dourados, 4 cápsulas novas para o diário das 4 cores e duas mais antigas das mesmas 4 cores, pluvial e pálio branco e tudo com muita decência. Dista esta capela da matriz 5 léguas. Fazem ter, pelo mapa de 1822, 1.010 almas. Foi visitada pelo pároco e nela crismou 796 pessoas.<sup>184</sup>

Além destas informações, a capela se tornou curato em setembro de 1758, Matriz em 1855 e a atual Igreja foi construída em 1930. Alagoa pertenceu a Aiuruoca até o ano de 1923, foi anexada a Itanhandu até 1938 quando passou para o domínio de Itamonte. Apenas em 1962 se tornou um município independente<sup>185</sup>. Itanhandu<sup>186</sup> e Itamonte<sup>187</sup> são municípios novos que se desenvolveram a partir do século XIX próximas a Pouso Alto, no sentido de São Paulo, embora tenham sido locais de passagem de bandeirantes desde o fim do século XVI nas travessias da Mantiqueira.

Cabe-se destacar a importância da Guapiara<sup>188</sup>, atualmente, bairro rural de Aiuruoca, cuja capela de Santana, padroeira dos garimpeiros, foi construída em 1749, confirmada em 1752 e curada em 1758, o que revela a importância social e econômica da localidade. Ao buscar o significado do topônimo, encontram-se diversas referências, segundo Gilberto Furriel, no artigo “Região Sul do Município de Aiuruoca: Origem e Evolução Histórica”, trata-se da expressão em Tupi para “ouro na serra” ou “ouro na enseada”. Guapiara vem de Grupiara, cujo um dos significados é “lavra de ouro entre pedras não roladas; cascalho superficial”<sup>189</sup>. Esta definição muito se aproxima da própria descrição de pintas de ouro encontradas nos ribeirões de Aiuruoca, presente na carta de Bento Corrêa de Sousa Coutinho de 1694.

Frei José da Santíssima Trindade relata que:

A capela de Santana do Guapiara, curada; capela pequena, de taipa, com um altar, ereta pelos mineiros às margens do rio Aiuruoca e confirmada em 1752, acha-se em desamparo pelos poucos e pobres aplicados. Contém 453 aplicados. Foi visitada por

<sup>184</sup> Ibid.

<sup>185</sup> BARBOSA, 1995, p.28-29/ LEFORT, 1993, p. 43-46.

<sup>186</sup> Ibid., p.223 / Ibid., p.193-195.

<sup>187</sup> Ibid., p.232 / Ibid., p.187-189.

<sup>188</sup> BARBOSA, 1995, p.207.

<sup>189</sup> FURRIEL, Gilberto. *Região Sul do Município de Aiuruoca: Origem e Evolução Histórica*. 2016. Aiuruoca - MG. p. 03.

Sua Excelência Reverendíssima e nela crismou o pároco 418 pessoas. Tem um cálice e dois ornamentos para as 4 cores e não tem pia batismal, nem cemitério. Dista da matriz duas léguas.<sup>190</sup>

Furriel aponta que no decorrer do século XVIII, a fundação da capela na Guapiara atraiu ainda mais garimpeiros, especialmente portugueses e paulistas, que estabeleceram grandes fazendas na região, centradas na mineração. A intensificação dessas atividades resultou em um aumento significativo da população, onde segundo o autor, ultrapassou mil habitantes na metade dos setecentos. Furriel destaca que em 1776, havia lá um Registro encarregado de reprimir o contrabando de ouro para o Rio de Janeiro. Este Registro, localizado ao sul de Aiuruoca, era conhecido como “Destacamento da Picada da Juruoca”. Uma Ordem Régia de Dom José I, Rei de Portugal, datada de 1756, ordenava a prisão e punição daqueles que fossem encontrados em outras picadas ou caminhos não oficiais<sup>191</sup>.

As terras que hoje compõem a cidade de Carvalhos pertenceram ao antigo Distrito da Guapiara até o ano de 1911. De acordo com Manoel Lourenço Motta do Amaral no livro “Raízes de Carvalhos”, naquele ano, a sede distrital foi transferida para a região em desenvolvimento ao redor da recém-construída Estação Ferroviária e da Capela de Nossa Senhora Aparecida, erguida em 1888 nas terras doadas por Maria Joaquina Mendes de Carvalho e foi criado o Distrito de Carvalhos, que se tornou município independente de Aiuruoca em 1948. O nome da cidade deriva da antiga Fazenda dos Carvalhos, a mesma da qual foi doado o patrimônio da Capela, situada em parte do atual perímetro urbano do município<sup>192</sup>.

Nesse contexto, é relevante destacar que, por mais de um século, não havia templos religiosos na área que corresponde atualmente a Carvalhos, situada entre a Capela de Santana da Guapiara e a Capela de Bom Jesus do Livramento. Entretanto, a falta de templos não indica a inexistência de habitantes, pois registros de sesmarias datados da primeira metade do século XVIII atestam a presença humana nessas terras. Um exemplo é a carta doada ao Capitão Antônio de Corrêa Lacerda em 1744, nas “paragens dos Três Irmãos, próxima ao Ribeirão do Francês”<sup>193</sup>. Lacerda, posteriormente, recebeu outra sesmaria na região que hoje compreende o município de Bom Jardim de Minas, onde construiu a primeira capela e é reconhecido como o “fundador” da cidade.

---

<sup>190</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998.

<sup>191</sup> FURRIEL, 2016, p. 04.

<sup>192</sup> AMARAL, Lourenço Motta. *Raízes de Carvalhos*. 2ª edição. Varginha: Gráfica e editora Bom Pastor. 2009.

<sup>193</sup> CARTAS de Sesmaria. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial de Minas Gerais. v. 9. n. 1. 1781 .p. 524 - 525. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1781.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1781.pdf). Acesso em 04 de fevereiro de 2023.

A menção ao “Ribeirão do Francês” na carta de sesmaria, juntamente com a presença documentada da Fazenda do Francês, desde o início do século XIX, sugere diversas possibilidades relacionadas à presença de colonos de origem francesa na região antes mesmo da emissão da carta de sesmaria, que ao citar o Ribeirão, denota que o nome já estava consolidado na época da doação. Amaral levanta a possibilidade de que os primeiros ocupantes poderiam ser de origem francesa e protestantes, por isso a ausência de capelas no século XVIII relaciona esta possibilidade com a ausência de igrejas católicas, levantando a hipótese de que poderiam ser franceses protestantes<sup>194</sup>.

No que tange a documentação, há nos arquivos da Paróquia de Aiuruoca uma certidão de casamento datada de 1761. O documento é referente à união de Pedro da Silva e Francisca Vieira Pedrosa, sendo Pedro descrito como francês natural da Freguesia de St. Ag. La Bielle, Bispado de Olo(ron) Reino da França, morador do distrito da Guapiara, da qual o território dos “Franceses” fazia parte. O registro pode ser considerado ponto inicial para a investigação da presença francesa na região, uma vez que até o momento este foi o único encontrado<sup>195</sup>.

Ao leste de Carvalhos, encontra-se a atual cidade de Liberdade, que até 1923 era denominada como Livramento. Nos relatos das visitas pastorais de Frei José da Santíssima Trindade consta que:

A capela do Bom Jesus do Livramento, distante da matriz 6 léguas, com 1.500 almas segundo o mapa acima, foi visitada pelo pároco, o qual crismou na mesma 1.047 204 pessoas. Esta capela é grande e de adobe, com 3 altares, e foi fundada em 1773 por provisão ordinária. Obteve beneplácito régio em 1814, que se perdeu na Câmara Episcopal. Tem pia batismal e o cemitério, que era de terraço, está arruinado, mas cuidam da reforma. Tem ornamentos decentes e foram proibidas algumas coisas por não estarem conforme aos decretos, para se reformarem.<sup>196</sup>

Trindade também menciona a existência de um documento de 1748 pedindo bençãos a uma capela construída perfeitamente<sup>197</sup>. Para além, com base na leitura de Barbosa, constata-se que a capela foi elevada a matriz em maio de 1855<sup>198</sup>.

Posteriormente, a igreja foi elevada à condição de Santuário de Bom Jesus do Livramento, envolto em mistérios e relatos de milagres relacionados à imagem do padroeiro. De acordo com tradições transmitidas oralmente na cidade, a construção da capela teve início na primeira metade do século XVIII e inicialmente abrigava uma pequena imagem portuguesa

---

<sup>194</sup> AMARAL, 2009.

<sup>195</sup> LIVRO de registros matrimoniais. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Aiuruoca - MG. Encontrado e transcrito por Gilberto Furriel.

<sup>196</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 196.

<sup>197</sup> Ibid., p. 364.

<sup>198</sup> BARBOSA, 1995, p.267.

de Bom Jesus trazida de Portugal. Os fiéis buscavam uma imagem maior quando um homem chegou à localidade oferecendo-se para esculpir a nova imagem. Um grande cedro foi cortado para a realização da escultura. Após ser fornecida a ele a madeira, ferramentas de carpintaria e um local fechado para trabalhar, os habitantes perceberam que o homem não havia deixado o recinto após alguns dias. Ao abrirem a porta, encontraram uma imagem concluída de um metro e noventa centímetros. O homem desapareceu misteriosamente após esse evento, deixando apenas relatos de milagres na comunidade. Essas histórias de fé e devoção oferecem importantes meios para analisar as crenças e formas de sociabilidade religiosa ao longo de diferentes períodos históricos, bem como sua persistência ao longo do tempo por meio da memória, oralidade e fé.

Segundo Barbosa, Liberdade, ainda chamada de Livramento, foi emancipada de Aiuruoca em 1938. Nesse momento, o atual município de Passa Vinte foi anexado à nova cidade, ampliando seu território. Antes disso, em 1867, Santo Antônio do Passa Vinte foi elevado a Freguesia, após se tornar distrito de Aiuruoca em 1857. Já em 1953, Liberdade e Passa Vinte se desmembraram <sup>199</sup>.

Confinante com Liberdade, está o atual município de Bocaina de Minas, que se separou de Aiuruoca em 1867 e posteriormente esteve sob domínio administrativo de Santa Rita do Jacutinga e Liberdade. Bocaina está localizada na divisa do estado do Rio de Janeiro com Minas Gerais, a Freguesia é datada de 1858 e possui o distrito de Mirantão desde 1943 <sup>200</sup>. Segundo registros de Frei José da Santíssima Trindade:

A capela de Nossa Senhora do Rosário da Bocaina, ereta por provisão ordinária de 1822 com um ano livre para a sua construção, é pequena ermida de madeira e só tem feita a capela-mor; tem dois ornamentos das 4 cores novos e cemitério já fechado; o cálice ainda não está dourado e tem pia batismal decente, porém ainda não tem uso. Dista da matriz 4 ou 5 léguas. Foi visitada pelo pároco, e nela crismou-se 604 pessoas, e não é curada. <sup>201</sup>

Já ao nordeste de Liberdade, está Andrelândia, que segundo Barbosa, fez parte de Aiuruoca até 1868, com o nome de Vila Bela do Turvo. Sua capela foi construída em 1749 em devoção a Nossa Senhora Dores do Turvo, por iniciativa de André Silveira, que inspirou o nome da cidade, sua esposa Maria do Livramento e Manoel Caetano da Costa <sup>202</sup>. Elevada a curato em setembro de 1758 e a Paróquia em 1832. Trindade complementa que:

---

<sup>199</sup> Ibid., p.345.

<sup>200</sup> Ibid., p.74-75.

<sup>201</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 197.

<sup>202</sup> BARBOSA, 1995, p.35-36.

A capela de Nossa Senhora da Conceição do Porto da Salvação do Turvo, curada e filial de Aiuruoca, distante da de Santana do Garambéu da freguesia de Ibitipoca 5 léguas e meia, com 3.000 almas aplicadas (suposto que no mapa de 19 de julho de 1822 dava-lhe 2.592). Esta capela é toda de pedra, com bom adro fechado. Está em um agradável arraial entre o rio Turvo Pequeno, que lhe passa em muito pequena distância, e por trás da mesma capela, a meia légua passa-lhe o rio Turvo Grande. É a capela muito capaz para uma nova freguesia. Tem 5 altares com seus retábulos pintados e dourados, acha-se toda forrada por cima e pintada na capela-mor, porém não o corpo da capela, está toda campada e tem decente sacristia com ornamentos novos para as quatro cores, que lhe deu o pároco da freguesia de esmola para servirem no diário. Tem 3 cálices dourados, pia batismal de pedra, porém os vasos dos santos óleos de chumbo ou de estanho fino, que ficaram os zeladores advertidos para mandarem fazer de prata.<sup>203</sup>

Cláudia Damasceno Fonseca menciona que em 1755, o Padre Francisco de Cerqueira abençoou a Capela de Nossa Senhora do Porto do Turvo e que ela “lhe pareceu com decência e com os parâmetros das quatro cores<sup>204</sup> e com tudo o mais que é preciso para se celebrar o santo sacrifício da missa”<sup>205</sup>. A Capela do Turvo contava com o maior número de fiéis da Freguesia.

Andrelândia abrangia os territórios dos atuais municípios de Minduri, Bom Jardim de Minas e São Vicente de Minas até 1938, e de Madre Deus de Minas até 1953. A Capela de Madre Deus foi erigida em 1753 por Antônio Rosa e inicialmente fazia parte da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, da Vila de São João del Rei. Em 1859 foi elevada à condição de Freguesia<sup>206</sup>.

Apesar de estar vinculada à paróquia de São João del Rei, a Capela de Madre Deus, devido à sua proximidade com a área coberta pela Paróquia de Aiuruoca, servia a uma população de cerca de 250 pessoas residentes em suas proximidades. Além disso, havia aproximadamente 240 fiéis dentro dos limites da própria capela<sup>207</sup>. Esse fenômeno demonstra a flexibilidade das fronteiras religiosas na época e o papel significativo exercido pela população e pelas dinâmicas sociais na definição das circunscrições religiosas, ilustra como as comunidades frequentemente moldavam e adaptavam as estruturas eclesiais existentes às suas necessidades e realidades locais. A influência da geografia, das relações sociais e da identidade comunitária desempenhou um papel crucial na organização religiosa das regiões, muitas vezes superando os limites administrativos e hierárquicos estabelecidos pelas autoridades eclesiais.

<sup>203</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 195

<sup>204</sup> Fonseca explica que os parâmetros das quatro cores se referem de maneira genérica às quatro cores tradicionais do calendário litúrgico, verde, branco, vermelho e roxo. (FONSECA, 2011, p. 602)

<sup>205</sup> FONSECA, 2011, p.116.

<sup>206</sup> BARBOSA, 1995, p.272-273.

<sup>207</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 237.

Já em São Vicente, sob os limites de Aiuruoca, a primeira Capela foi criada em 1797, confirmada em fevereiro de 1814 e se tornou Paróquia em maio de 1856. Segundo Trindade:

A capela de São Vicente, distante da matriz 6 léguas, com 656 almas pelo mapa de 1822, e nela crismou o pároco 630 pessoas. Esta capela é pequena, de madeira, com um só altar com pia batismal e cemitério tapado de pedra. Foi fundada em 1797 com provisão do ordinário, obteve beneplácito régio a 17 de fevereiro de 1814 e provisão ordinária a 17 de julho de 1824. Tem dois ornamentos das 4 cores, capa de asperges branca e tudo em bom uso. Dista do Turvo 4 léguas.<sup>208</sup>

Por fim, a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Varadouro, estava situada no atual bairro rural de mesmo nome no município de Aiuruoca, foi construída por volta do século XVIII e elevada a curato em setembro de 1758. A provisão para a ereção da capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, está preservada no Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. O documento, datado de 24 de agosto de 1748, contém as disposições e a autorização para a construção da referida capela no local conhecido como “sítio do Varadouro”. Ele foi redigido por Monsenhor Cônego Júlio de Paula Dias Bicalho, auto denominado como “camareiro honorário de sua Santidade o Papa Leão XIII e escrivão da Câmara Eclesiástica do Bispado de Mariana”<sup>209</sup>.

Para uma análise mais abrangente e contextualizada, é fundamental considerar as paróquias das freguesias vizinhas. Essa abordagem mais ampla possibilita identificar padrões e diferenças na distribuição geográfica e nas características locais, além de compreender as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que se cruzavam entre as localidades da região sul da Comarca do Rio das Mortes.

### 2.2.3 - Freguesias adjacentes a Aiuruoca.

Baependi, localizada no sul de Minas Gerais, obteve significativo destaque regional nos séculos XVIII e XIX. Na fronteira com Aiuruoca, a localidade foi historicamente referenciada com diferentes grafias, incluindo Mapendi, Maipendi, Mbaependi, Baependy, dentre outras, termos oriundos do tupi que significam “clareira na mata”, em alusão a um ponto de fácil travessia após a Serra da Mantiqueira<sup>210</sup>.

De acordo com Lefort e Barbosa, a região foi descrita pelos mesmos sertanistas taubateanos que, em 1692, chegaram a Pouso Alto, onde encontraram “ouro de lavagem” em

<sup>208</sup> Ibid, p. 196.

<sup>209</sup> PROVISÃO de ereção de uma capela da invocação de Nossa Senhora da Conceição. 1748. Envelope “Aiuruoca” - Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - MG.

<sup>210</sup> BAEPENDI. Dicionário Tupi Ilustrado. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/baependi/>. Acesso em 01 de março de 2023.

pequena quantidade. No início da segunda década do século XVIII, uma capela foi construída pelo Capitão-Mor Tomé Rodrigues Nogueira de Ô em suas terras. Baependi foi elevada à categoria de Freguesia em 1723, de Vila em 1814 e de Cidade em 1856<sup>211</sup>.

Segundo o livros as visitas pastorais do Frei José da Santíssima Trindade:

Em meados dos setecentos, estando a capela primitiva ameaçada de ruína, iniciou-se a construção da nova matriz que, segundo documentos, teve seu patrimônio constituído por Luiz Pereira Dias e sua esposa Maria Nogueira do Prado, filha do capitão-mor fundador da primeira capela. A construção da nova igreja, hoje preservada, foi concluída por volta de 1770.<sup>212</sup>

Neste período, a Freguesia de Santa Maria de Baependi contava com 7560 habitantes e apenas 1 vigário colado para administrar seus 7 templos, sendo 3 capelas indefinidas e quatro oratórios, de acordo com tabela presente no livro citado<sup>213</sup>. Dentre seus distritos, estava Passa Quatro, anteriormente chamado de Passa Trinta, da qual foi erguida uma Capela em 1750, de acordo com Waldemar de Almeida Barbosa<sup>214</sup>.

Ao lado de Baependi, encontra-se Caxambu, cuja origem do nome oscila entre referências a tambores africanos e expressões indígenas. Parte da Freguesia de Baependi, de acordo com os dados de Barbosa e Lefort, os primeiros sinais de colonização nas terras do atual município de Caxambu foram uma sesmaria doada em 1711 a João Batista de Carvalho e outra em 1728 a Sebastião Fernandes. A construção da primeira capela foi solicitada em 1747 por Estácio de Sá e autorizada no ano seguinte. Caxambu tornou-se muito conhecida por suas fontes de água mineral, cujos primeiros registros, encontrados por Barbosa, datam de 1814, embora já fossem amplamente utilizadas pelas comunidades indígenas para fins medicinais e religiosos<sup>215</sup>. O morro Caxambu foi frequentemente mencionado nas disputas territoriais entre as Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo ao longo do século XVIII como marco geográfico.

Ainda na Freguesia de Baependi, encontrava-se a região da “Encruzilhada”, atual município de Cruzília, mencionada em uma sesmaria de 1726 concedida a Manoel de Sá, nas divisas com “Jeruoca”. Barbosa menciona que, em 1736, Manoel da Costa Gouveia e outros requereram uma licença para abrir um atalho no Caminho Velho, com início nas terras de Manoel de Sá na Encruzilhada, em direção ao caminho para Goiás. O autor relata que Saint-Hilaire descreve o povoamento que surgiu ao redor da Capela de São Sebastião, erguida

<sup>211</sup> BARBOSA, 1995, p.55-56 / LEFORT, 1993, p.49-53.

<sup>212</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998, p. 364

<sup>213</sup> Ibid, p. 43 - 55.

<sup>214</sup> BARBOSA, 1995, p.344.

<sup>215</sup> BARBOSA, 1995, p.122-123 / LEFORT, 1993, p.117-121.

no sítio de Sá. O distrito de São Sebastião da Encruzilhada foi elevado à categoria de Freguesia em 1873 e desmembrou-se de Baependi apenas em 1948<sup>216</sup>.

A localização da cidade de Pouso Alto, em área fronteiriça com Aiuruoca, é citada, segundo Barbosa e Lefort, nas expedições bandeirantes de Antônio Delgado da Veiga, João da Veiga e Miguel Garcia. Em 1738, Pouso Alto já possuía uma Companhia de Ordenança, sendo elevada à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Pouso Alto em 1748, colada em 1752, e mais tarde anexada à Vila de Baependi, à qual pertenceu até 1874<sup>217</sup>. De acordo com as tabelas organizadas no livro das visitas pastorais do Frei José da Santíssima Trindade, a Freguesia de Pouso Alto possuía, em 1824, 13.516 habitantes, sendo a mais populosa da região. Contava com cinco sacerdotes, sendo um vigário colado, um coadjutor, um capelão, um fazendeiro e um indefinido, distribuídos em cinco templos, dos quais três eram capelas curadas, uma capela sem definição e um oratório.<sup>218</sup>

Nas divisas ao norte de Aiuruoca, encontra-se Carrancas, antiga Freguesia de Nossa Senhora das Carrancas, elevada a essa categoria em 1749 e colada em 1752, fazendo divisa com Aiuruoca. Os autores analisados apontam que seus registros datam da primeira metade do século XVIII, quando expedições paulistas comandadas pelo Capitão-Mor João de Toledo Piza e seu irmão, Padre Lourenço de Toledo Taques, juntamente com os genros do Capitão, suas famílias e escravizados, se instalaram e povoaram Carrancas, construindo a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Grande<sup>219</sup>. De acordo com o Livro de Frei Trindade, a Freguesia de Carrancas possuía 4.000 habitantes e seis sacerdotes, sendo um vigário colado, um coadjutor, um capelão e três indefinidos, que cuidavam de cinco capelas<sup>220</sup>.

O território da atual cidade de Lavras pertenceu ao Distrito de Carrancas até 1751, quando obteve permissão para a construção de uma capela dedicada a Santana, ao redor da qual o povoamento se desenvolveu. A Capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Grande, de Carrancas, permaneceu como filial de Lavras até 1814<sup>221</sup>. De acordo com Trindade, a Freguesia de Lavras do Funil contava com oito capelas, sendo sete curadas, e dez sacerdotes, dos quais apenas um era vigário colado, um era coadjutor, dois eram fazendeiros e seis estavam em situação indefinida<sup>222</sup>.

---

<sup>216</sup> Ibid., 151-155.

<sup>217</sup> BARBOSA, 1995, p.383-384.

<sup>218</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 43 - 55.

<sup>219</sup> BARBOSA, 1995, p.116.

<sup>220</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 43 - 55.

<sup>221</sup> BARBOSA, 1995, p.265-266.

<sup>222</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 43 - 55.

As fronteiras ao leste de Aiuruoca apresentavam delimitações menos precisas no século XVIII, devido à localização entre os caminhos oficiais, o Velho e o Novo da Estrada Real, uma área de circulação restrita e maior controle do contrabando. Essas fronteiras se situavam entre Ibitipoca e Barbacena.

De acordo com Trindade, a Matriz de Ibitipoca foi

ereta de acordo com resolução de setembro de 1818, com substituição à primitiva capela setecentista, sendo preservada nos dias de hoje. Em janeiro de 1820, foi elevada à categoria de matriz. O antigo arraial é o atual distrito de Conceição de Ibitipoca, no município de Lima Duarte.<sup>223</sup>

Com base nos verbetes de Barbosa, a região onde estão localizadas Lima Duarte e Ibitipoca foi registrada pelo Padre João de Faria Fialho em 1692. O mencionado religioso percorreu Aiuruoca, Bento Rodrigues, Camargos e outras localidades mineiras na mesma época. A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca se desmembrou de Barbacena em 1818, com curato a partir de 1750<sup>224</sup>.

A relação entre Aiuruoca e Ibitipoca também é evidenciada na patente de nomeação de Melchior Felix como capitão-mor e superintendente das Minas de Juruoca e Ibitipoca em 20 de julho de 1708, previamente mencionada. A patente foi concedida dois anos após a chegada de João de Siqueira Afonso, que também ficou conhecido pela exploração da região de Guarapiranga em 1704, embora esta localidade já possuía um altar dedicado a Nossa Senhora da Conceição dez anos antes, elevado pelo Frei José de Jesus três anos após a chegada de Francisco Rodrigues de Siqueira e Manoel Pires Rodovalho, em 1691, como aponta Mateus Rezende de Andrade<sup>225</sup>.

Quanto à carta patente citada, foi concedida por Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro. Nela é dito que:

[...] faço saber aos que esta minha carta patente virem que por quanto sou informado que no distrito da Juruoca e Ibitipoca a serra do mar dos Órgãos vertentes para o Paraíba a novos descobrimentos que prometem grandes haveres [...]<sup>226</sup>

Após essa colocação, o Capitão Melchior Felix foi nomeado com honra e méritos de descobrimentos, com destaque a sua posição de nobreza como neto do primeiro povoador da região e o documento prossegue com suas obrigações no novo cargo. Esta carta representa o

<sup>223</sup> Ibid., p. 362.

<sup>224</sup> BARBOSA, 1995, p.267 - 268.

<sup>225</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais* (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804 – 1856. Tese doutorado UFMG – 2018. p. 68.

<sup>226</sup> DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. LII. São Paulo: AESP, 1930, f. 107.

reconhecimento régio do potencial da região, visto que conforme descrição, vai de Aiuruoca até a Serra dos Órgãos, ou seja, percorre as fronteiras de Minas com São Paulo e Rio de Janeiro. Estas primeiras medidas administrativas reforçam diretamente a formação de uma sociedade colonial e exploradora pelas vertentes da Mantiqueira e do Rio Grande.

Nas proximidades oeste de Ibitipoca, há a atual cidade de Bom Jardim de Minas, já chamada de Mantiqueira. Bom Jardim se desenvolveu após a chegada do Capitão Antônio Corrêa de Lacerda, que lá se instalou pouco depois de receber a Sesmaria na paragem dos Três Irmãos, no atual município de Carvalhos. A Capela de Bom Jesus do Bom Jardim foi erguida por ele em 1755, porém elevada a paróquia apenas em 1856. O município foi criado em 1938, quando se separou de Taboão e Andrelândia. A atual cidade de Arantina, desenvolvida às margens da linha férrea e da estação ferroviária, permaneceu ligada a Bom Jardim até 1943 <sup>227</sup>.

Com base nas informações registradas no livro das Visitas Pastorais de Frei José da Santíssima Trindade, observa-se que a capela primitiva de Bom Jardim de Minas estava sob a jurisdição da Freguesia de Barbacena, o que evidencia a vizinhança entre a Freguesia de Barbacena e a de Aiuruoca. No entanto, é importante ressaltar que a sede da Freguesia de Aiuruoca se encontrava a uma distância menor. Essa proximidade geográfica entre a Capela de Bom Jardim e a Paróquia de Aiuruoca sugere uma relação mais estreita entre essas duas localidades em termos administrativos, sociais e religiosos. A proximidade física pode ter facilitado a comunicação e a interação entre os moradores dessas localidades, pois com uma viagem mais curta até a sede da freguesia, o até mesmo as capelas próximas, como a do Turvo, de Bocaina e de Livramento, os habitantes de Bom Jardim poderiam ter acesso mais fácil aos serviços e recursos disponíveis, o que poderia impactar no desenvolvimento econômico e na integração com o restante da região.

Segundo registro sobre a capela de Bom Jesus do Bom Jardim:

A primitiva capela foi erigida a pedido do capitão Antônio Pereira Correia de Lacerda, por provisão episcopal de maio de 1755. Elevada a paróquia em maio de 1856, tornou-se colativa em 1860. É edificação demolida. O templo atual foi construído no início dos anos 70 deste século. O antigo arraial de Bom Jesus do Bom Jardim deu origem ao atual município de Bom Jardim de Minas.<sup>228</sup>

A Freguesia de Ibitipoca foi desmembrada da de Barbacena em 1818, e em complemento, nota-se que:

---

<sup>227</sup> BARBOSA, 1995, p.77.

<sup>228</sup> VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1998. p. 374.

Registra-se que a capela de Bom Jardim foi desmembrada da freguesia da Conceição de Ibitipoca, passando a integrar, em 1832, a recém-criada freguesia do Senhor dos Passos do Presídio do Rio Preto. Presume-se que tenha sido reconstruída em 1856, data inscrita no adro do templo atual. É edificação demolida, substituída por templo construído nos anos 20 deste século, recebendo, nos dias de hoje, a invocação de Capela dos Passos. O arraial deu origem ao atual município de Bom Jardim.<sup>229</sup>

As duas citações estão presentes na seção do livro onde os organizadores classificaram as capelas de cada freguesia visitada por Trindade e acrescentaram breves descrições sobre elas. No texto de Trindade, ao fazer referência à Freguesia de Barbacena, ele menciona a reconstrução da capela do Bom Jesus, que, no trecho citado, é identificada como o templo original erguido pelo sesmeiro Capitão Antônio Corrêa Lacerda em Bom Jardim de Minas. Por outro lado, no texto sobre a Freguesia de Ibitipoca, é mencionada a capela de Bom Jardim, localizada a sete léguas de distância da sede. Na passagem citada, também é mencionado que essa capela pertence ao município de Bom Jardim.

Nessa análise preliminar, pode-se levantar algumas hipóteses para explicar essa aparente duplicidade de referências. Uma possibilidade é que se trate da mesma capela, mencionada duas vezes devido ao fato de Ibitipoca ter se separado de Barbacena em 1818 e levado consigo a capela de Bom Jardim. Essa separação poderia ter resultado na duplicação das referências à capela nos registros. Outra possibilidade é que sejam capelas diferentes, mas próximas.

De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa, a história colonial da Freguesia de Barbacena remonta a 1726, quando o Bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio de Guadalupe, visitou a povoação e elevou a capela de Nossa Senhora da Conceição à condição de Matriz. Em 1748, uma nova igreja foi concluída e, após petições e disputas políticas entre as elites locais, o Arraial da Igreja Nova se desenvolveu ao seu redor, sendo oficialmente estabelecido em 1753. Uma nova igreja foi finalizada em 1764 por iniciativa do vigário Pe. Feliciano Pita de Castro. A Vila de Barbacena foi criada em 14 de abril de 1791 e elevada à categoria de cidade em 1840, após significativas contribuições para o país, de acordo com o autor<sup>230</sup>. Durante a mesma viagem em que passou por Aiuruoca no ano de 1824, Frei José da Santíssima Trindade também visitou Barbacena. Em seus registros, ele menciona a presença de 14 capelas curadas, 3 em situação indefinida e 6 ermidas<sup>231</sup>.

---

<sup>229</sup> Ibid., p. 363.

<sup>230</sup> BARBOSA, 1995, p. 62 - 63.

<sup>231</sup> VISITAS Pastorais do Frei José da Santíssima Trindade. p. 48/ 188 - 189.

### **2.3 - Criação de Vilas, Julgados e o Bispado de Mariana em Minas Gerais.**

No contexto da expansão do controle territorial nos sertões mineiros, a criação de Vilas e Comarcas foi estabelecida como estratégia administrativa para organizar o espaço. Cláudia Damasceno Fonseca destaca, no início do século XVIII, a significativa necessidade de um controle mais efetivo do território, especialmente nas áreas de mineração e nos pontos de conflito entre reinóis e paulistas. Com a implementação de Vilas e a instauração de câmaras municipais nos principais pontos de disputa e concentração populacional, tornou-se possível a nomeação de juizes para administrar a justiça em primeira instância e a formação de corpos de milícias para o controle dos territórios concelhios. Ademais, ocorreu a distribuição dos ofícios judiciários e administrativos entre as figuras de destaque locais. Essas medidas visavam assegurar a ordem e refletiam interesses políticos e econômicos, o que fortalecia a estrutura de controle e administração territorial, facilitando a exploração dos recursos naturais<sup>232</sup>.

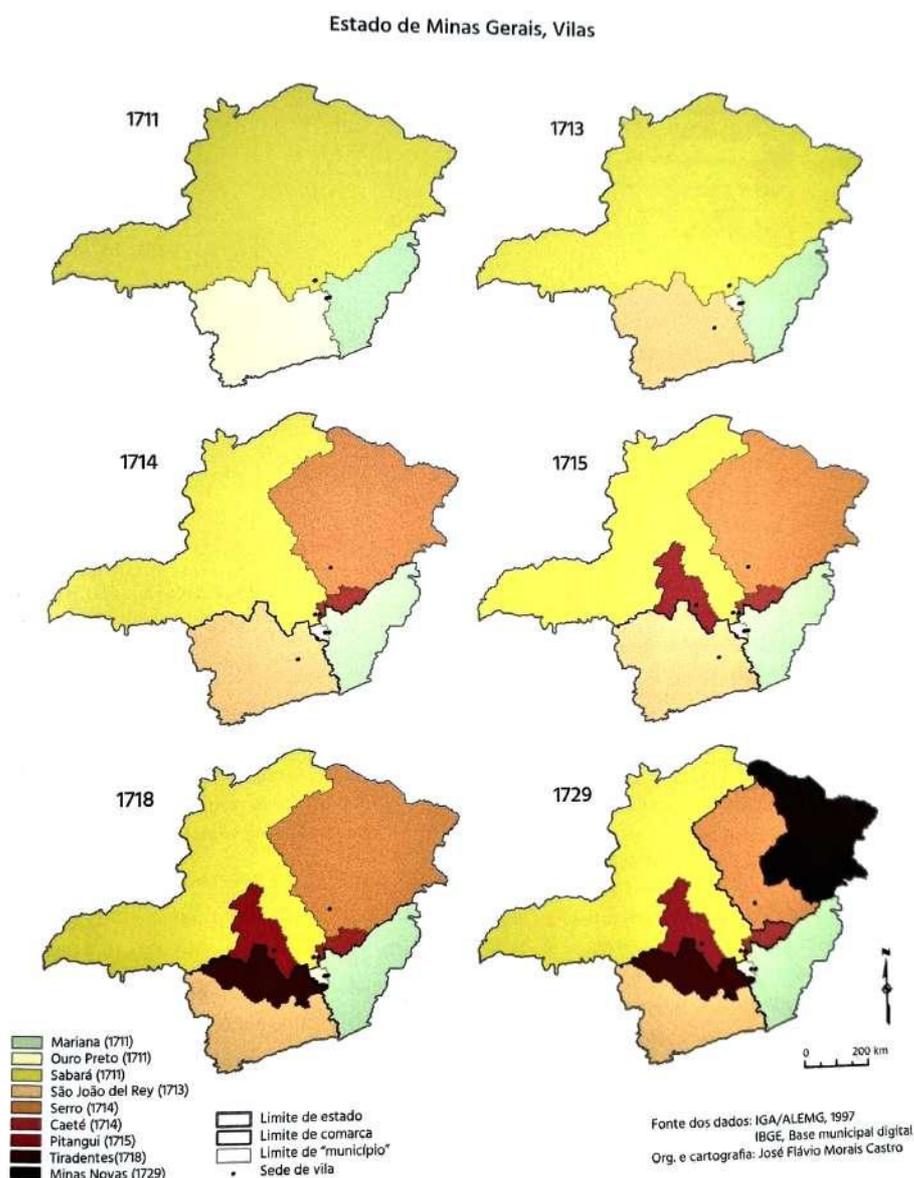
As primeiras Vilas foram estabelecidas em 1711 pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Elas foram denominadas Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Dois anos mais tarde, Braz Baltazar da Silveira fundou a Vila de São João del Rei, seguida, no ano subsequente, pela criação da Vila Nova da Rainha e da Vila do Príncipe. Em 1715, foi estabelecida a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui. A Vila de São José foi criada em 1718 pelo governador Pedro de Almeida, enquanto que em 1729 foi fundada a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí<sup>233</sup>.

---

<sup>232</sup> Ibid., p. 139.

<sup>233</sup> Ibid., p. 144 - 171.

FIGURA 9 - Limites de Vilas da Capitania de Minas Gerais, no quadro atual do estado de Minas Gerais, entre 1717 e 1729

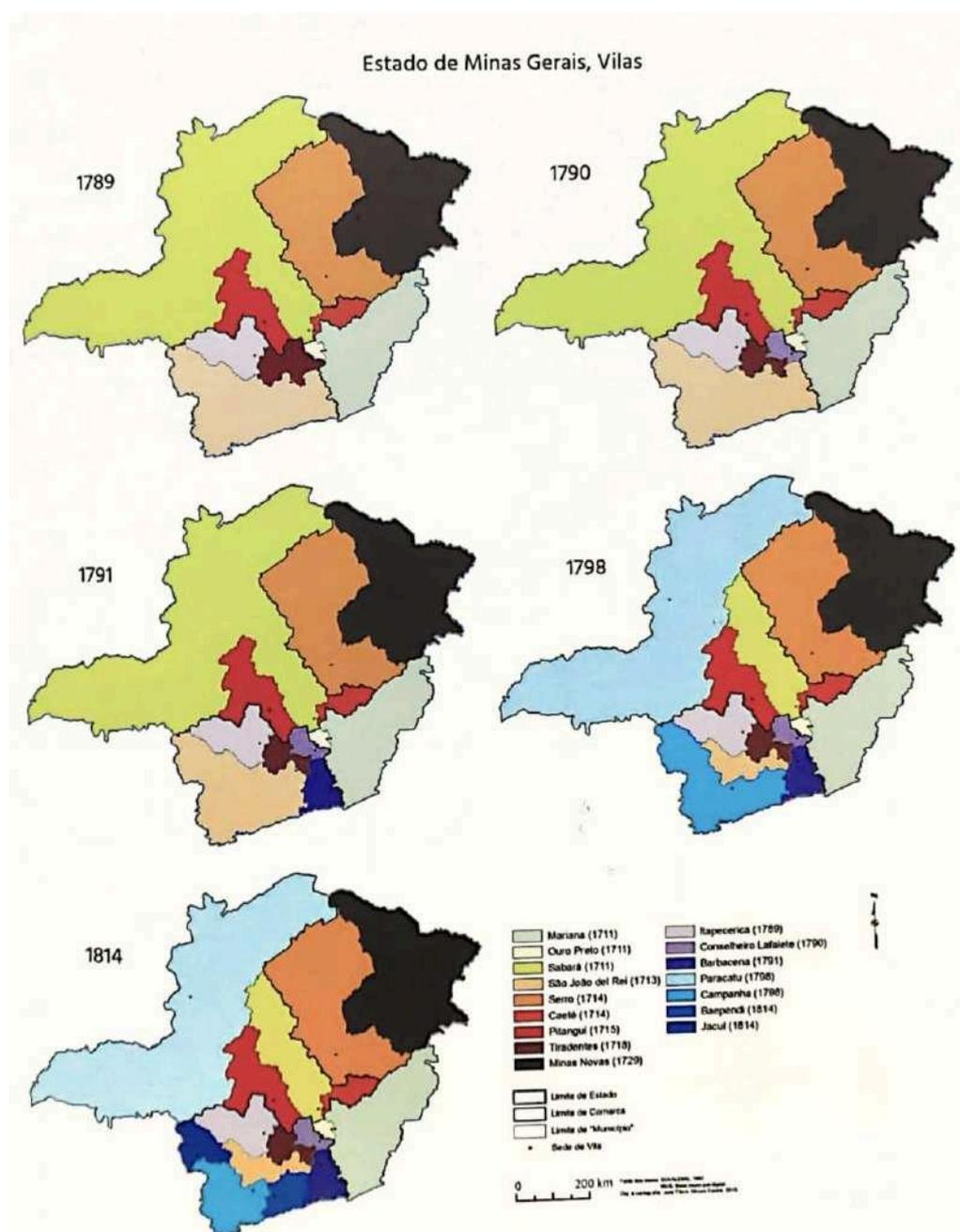


FONTE: CASTRO, José Flávio Morais. Limites de Vilas da Capitania de Minas Gerais, no quadro atual do estado de Minas Gerais, entre 1717 e 1729. Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte. Editora PUC Minas, 2017. p. 51.

Durante o século XVIII, observou-se um intervalo de sessenta anos na criação de novas vilas, sendo este retomado somente em 1789. Entre os anos de 1789 e 1791, o governador Dom Luís Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, foi responsável pela criação das Vilas de São Bento do Tamanduá (Itapecerica), Queluz (Conselheiro Lafaiete) e Barbacena. Em 1798, o governador Bernardo José de Lorena

estabeleceu a Vila de Campanha da Princesa e Paracatu do Príncipe. Posteriormente, em 1814, Dom João VI instituiu a Vila de Santa Maria do Baependi e São Carlos do Jacuí<sup>234</sup>

FIGURA 10 - Criação de Vilas, no quadro atual do estado de Minas Gerais, entre 1789 e 1814.



FONTE: CASTRO, José Flávio Morais. Criação de Vilas, no quadro atual do estado de Minas Gerais, entre 1789 e 1814. Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte. Editora PUC Minas, 2017. p. 119

<sup>234</sup> Ibid., p. 177.

Ao refletir sobre a criação dessas novas vilas, Fonseca destaca a importância de considerar o contexto geopolítico e econômico da capitania de Minas Gerais, em conjunto com as reformas pombalinas ocorridas entre 1750 e 1777. Estas reformas, promovidas pelo Marquês de Pombal, visavam modernizar e centralizar o controle do Império Português. Como evidencia Fonseca, a influência dessas reformas em Minas Gerais foi particularmente marcante devido à intensa atividade econômica na região, especialmente relacionada à exploração do ouro. Uma das áreas mais afetadas foi a administração pública. Pombal reestruturou as instituições governamentais coloniais, introduzindo novas divisões administrativas e estabelecendo uma burocracia mais eficiente e centralizada. Isso implicou na criação de novos cargos administrativos e na nomeação de funcionários diretamente vinculados ao governo central em Lisboa.

As reformas pombalinas também tiveram um impacto significativo no sistema judiciário. Pombal implementou medidas para aumentar o controle do Estado sobre a justiça colonial, buscando assegurar o cumprimento das leis e regulamentos estabelecidos por Lisboa. Isso envolveu a criação de novas instâncias judiciais e a nomeação de juizes alinhados com os interesses do governo central. Essas mudanças influenciaram as décadas subsequentes em Minas Gerais e reverberaram por toda a colônia, moldando aspectos administrativos, judiciários e territoriais<sup>235</sup>.

No âmbito econômico, as reformas pombalinas foram direcionadas para aumentar a produção e a arrecadação de impostos nas colônias portuguesas. Em Minas Gerais, essas políticas se manifestaram através de medidas destinadas a impulsionar a mineração de ouro e a intensificar a fiscalização sobre a atividade econômica na região. Simultaneamente, Pombal implementou ações para combater o contrabando e reprimir o comércio ilegal, com o objetivo de garantir que os recursos coloniais beneficiassem principalmente a metrópole. Isso incluiu iniciativas como a demarcação e o controle territorial.

Portanto, as reformas pombalinas exerceram uma influência profunda no contexto geopolítico e econômico de Minas Gerais. Elas reestruturaram a administração colonial, fortaleceram o controle do Estado sobre a justiça e a economia, e desempenharam um papel crucial na criação das novas vilas como parte da estratégia de expansão e controle territorial de Portugal na América. Mais do que simples medidas temporárias, essas reformas representaram transformações de longo prazo, cujos efeitos continuaram a se fazer sentir nas décadas subsequentes.

---

<sup>235</sup> Ibid.

Em áreas onde a criação de vilas não era praticável, mas onde se fazia necessária uma maior presença judiciária, foram estabelecidos os julgados. Esses julgados representavam os territórios sob a jurisdição de um juiz ordinário, ou seja, de um juiz “leigo” (sem título de bacharel) de primeira instância, como coloca a autora. Suas atribuições eram menos abrangentes do que as dos juízes ordinários das vilas: enquanto estes últimos tinham jurisdição completa sobre assuntos civis, criminais e administração de bens dos órfãos, os julgados tinham uma autonomia judiciária parcial. Isso significa que os julgados dependiam, em certa medida, de um concelho vizinho para certos aspectos administrativos <sup>236</sup>. Por exemplo, em questões que não podiam ser resolvidas localmente, os julgados precisavam recorrer a uma autoridade administrativa de uma vila próxima. Vale ressaltar que a autonomia dos julgados, assim como de outros órgãos de poder, variava consideravelmente de acordo com o local. Fonseca destaca que a maioria das Vilas e Julgados criados na segunda metade do século XVIII estavam concentrados na Comarca do Rio das Mortes e em direção ao oeste da capitania <sup>237</sup>.

No caso específico de Aiuruoca, juntamente com Itajubá e Jacuí, seu julgado foi estabelecido no final do mandato de Gomes Freire e correspondia ao território paroquial dessas áreas<sup>238</sup>. Essas regiões, situadas em um contexto de fronteira entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais, muitas vezes foram alvos de intensos interesses por parte das autoridades civis e eclesiásticas. A proximidade com a Serra da Mantiqueira, uma área estratégica e rica em recursos naturais, tornava essas localidades alvos cobiçados para a expansão territorial e o controle econômico. As autoridades de São Paulo, em particular, viam nesses territórios uma oportunidade de ampliar sua influência e domínio sobre regiões vizinhas, consolidando assim sua autoridade sobre os territórios limítrofes<sup>239</sup>.

Com a criação da Vila de Campanha, foram implementadas mudanças que afetaram negativamente a autonomia dos julgados. Fonseca menciona que Dom João IV determinou que os termos das duas novas Vilas, Campanha da Princesa e Paracatu do Príncipe, “deveriam compreender todos os arraiais que se encontram mais próximos das novas vilas do que das sedes dos concelhos limítrofes” <sup>240</sup>. Isso resultou na anexação dos julgados de Aiuruoca, Sapucaí, Itajubá e Jacuí ao termo de Campanha.

---

<sup>236</sup> Ibid., p. 189.

<sup>237</sup> Ibid., p. 193 - 194.

<sup>238</sup> Ibid., p. 193.

<sup>239</sup> Ibid., p. 198.

<sup>240</sup> Ibid., p. 231.

Essa anexação teve como consequência a supressão dos cargos de juizes ordinários locais, com a submissão dessas áreas a um único juiz de fora que residia na sede da Vila. Isso representou uma redução significativa na autonomia dos julgados, pois agora os habitantes dessas regiões precisavam percorrer uma grande distância até a Campanha para resolver todas as suas questões legais, administrativas e fiscais <sup>241</sup>. Essa centralização do poder judicial em uma única vila distante das áreas anteriormente atendidas pelos julgados causou insatisfação e dificuldades adicionais para os habitantes locais, evidenciando os desafios enfrentados durante esse período de reorganização administrativa.

Entre 1804 e 1807, o Conselho Ultramarino recebeu várias petições de habitantes de Aiuruoca e Jacuí, contestando a destituição dos juizes ordinários e a anexação ao termo de Campanha<sup>242</sup>. Esse problema persistiu até a instalação da Corte no Rio de Janeiro em 1808. Fonseca destaca que, como medida para resolver essa questão, Dom João VI “retalhou o imenso território de Campanha da Princesa” <sup>243</sup>. Isso culminou na criação, em 1814, das últimas vilas do período colonial, Santa Maria de Baependi e São Carlos de Jacuí <sup>244</sup>. Essas novas vilas representaram uma resposta às demandas dos habitantes locais por maior autonomia judicial e administrativa, encerrando assim um período de controvérsias e insatisfação com a organização territorial estabelecida anteriormente.

O mapa a seguir foi apresentado ao Conselho Ultramarino pela câmara de São João del-Rei, indicando as paróquias e julgados anteriormente contidos em seu território municipal, os quais haviam sido anexados pelo juiz de fora da Campanha da Princesa. Por volta de 1800, o termo de São João del-Rei ficou reduzido à superfície colorida de rosa, na extremidade direita do desenho, conforme aponta Fonseca<sup>245</sup>. Nele, a divisão do território das freguesias é demarcada por cores distintas, com seus nomes e algumas informações enumeradas na legenda, além da menção a serras e divisas.

No caso de Aiuruoca, o mapa descreve que “em campo verde, a Freguesia de Juruoca e Julgado, que foi abolido e que faz presentemente parte do Termo da Campanha”. Esta descrição evidencia a reestruturação administrativa da região, indicando a absorção de territórios e a redistribuição das áreas paroquiais e judiciais.

---

<sup>241</sup> Ibid., p. 231 - 232.

<sup>242</sup> Ibid.

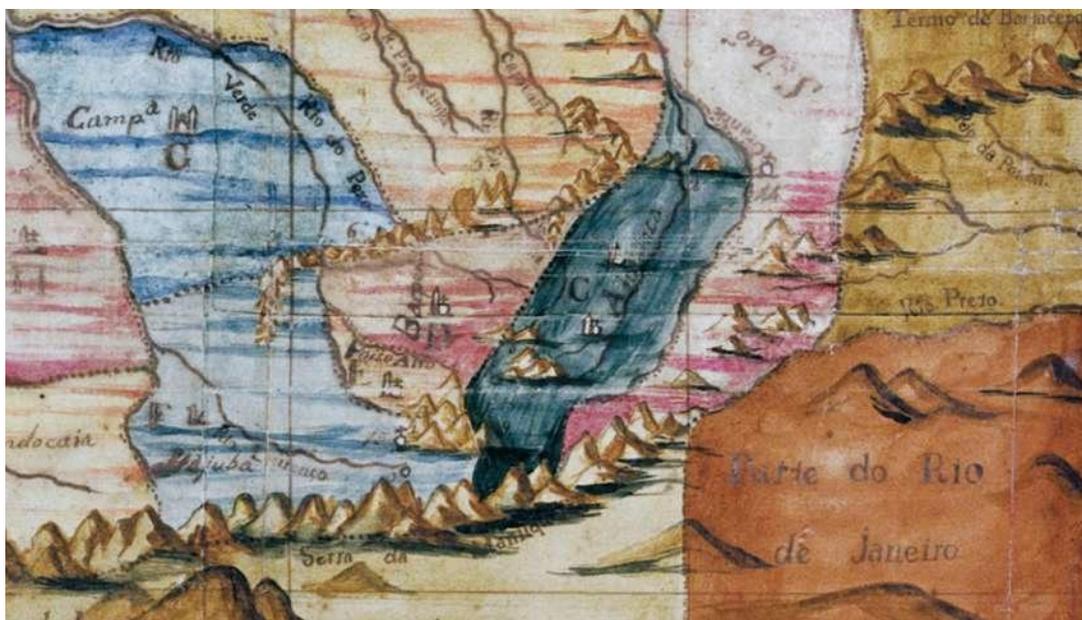
<sup>243</sup> Ibid., p. 233.

<sup>244</sup> Ibid.

<sup>245</sup> Ibid., p. 481.



FIGURA 12 - Recortes Mapa apresentado ao Conselho Ultramarino pela câmara de São João del-Rei, indicando as paróquias e julgados antes contidos em seu território municipal.



C. em campo verde afreguezia do Juruoca, e Juloa do q'foi abolida, e q'sta presente. do Termo da Campanha.

N.ª Serra do Papagaio.

FONTE: documento da Mapoteca do Itamaraty, publicado em: Fonseca, 2011.

Um aspecto crucial na organização e controle territorial de Minas Gerais foi a criação do Bispado de Mariana em 1745 pelo Papa Bento XIV, sendo Dom Frei Manuel da Cruz o primeiro bispo, e em 1752 já contava com 51 paróquias. De acordo com Íris Kantor em “Ritualidade pública no processo de implementação do bispado de Mariana (Minas Gerais - 1745 - 1748)”, a instituição do bispado marcou o surgimento de novos processos geopolíticos na região e desencadeou conflitos entre autoridades civis e religiosas devido à definição das fronteiras eclesiásticas, conforme menciona a autora. Os limites do bispado eram menores do que os da Capitania de Minas Gerais, o que evidenciava a possibilidade de disputas territoriais, a diversidade de poder e, ao mesmo tempo, a centralização do controle sobre a região mineradora onde estavam localizados os limites religiosos de Mariana<sup>246</sup>.

<sup>246</sup> KANTOR, Íris. *Ritualidade Pública No Processo De Implantação Do Bispado De Mariana* (Minas Gerais -1745-1748). Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 28, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10438>.

Nesse contexto geopolítico complexo, emergiu uma interação dinâmica entre as autoridades civis e eclesiásticas, ambas ávidas pelo controle territorial e administrativo. Esse embate não apenas delineou as fronteiras físicas e simbólicas da região, mas também moldou profundamente sua organização e governança durante o período colonial. A criação do Bispado de Mariana representou além de uma divisão religiosa, mas também uma divisão de poderes e interesses na região mineradora de Minas Gerais. As disputas sobre as fronteiras eclesiásticas refletiram as tensões subjacentes entre o poder secular e o religioso, com implicações que ultrapassavam as esferas políticas e abrangiam aspectos socioeconômicos e culturais.

Além disso, a centralização do controle religioso sobre a região mineradora, mesmo com limites territoriais menores que os da Capitania de Minas Gerais, evidenciou a complexidade das relações de poder na época. Isso sugere que a influência da Igreja não se limitava apenas ao âmbito espiritual, mas se estendia ao controle de terras, recursos e população, desempenhando um papel fundamental na estruturação da sociedade colonial.

O aspecto apresentado pela autora sugere que a sobreposição de competências entre as autoridades civis e religiosas não necessariamente enfraqueciam a soberania portuguesa no ultramar <sup>247</sup>. Essa sobreposição, interpretada como uma “concorrência entre poderes” <sup>248</sup>, pode ser vista como uma estratégia para fortalecer o controle centralizado do governo português sobre as áreas coloniais, especialmente as regiões mineradoras.

Ao permitir essa inter-relação entre as competências e jurisdições, autoridades civis e religiosas, o governo central poderia exercer um controle mais eficaz sobre as colônias. Isso porque, ao manter uma flexibilidade e ambiguidade nas relações de poder, a Coroa portuguesa poderia evitar que as autoridades locais adquirissem um excesso de poder e autonomia <sup>249</sup>. Por outro lado, essa situação gerou instabilidades entre os bispados, vilas e comarcas com as reivindicações e disputas por limites e territórios, o que ressalta o olhar direcionado para as áreas econômicas centrais.

---

<sup>247</sup> Ibid.

<sup>248</sup> Ibid.

<sup>249</sup> Ibid.



De acordo com as tabelas presentes no livro das visitas pastorais de Frei José da Santíssima Trindade, Campanha, em 1824, contava com 8788 habitantes, 9 sacerdotes divididos entre 1 vigário colado, 1 coadjutor, 3 capelães, 2 membros do tribunal eclesiástico e 2 indefinidos, eles atuavam em 8 templos, sendo 7 capelas curadas e 1 capela indefinida.<sup>251</sup>

A Vila de Campanha da Princesa, elevada em 1798, abrangia uma vasta extensão territorial ao sul da Capitania de Minas Gerais. De acordo com Patrícia Vargas Lopes de Araújo em sua tese intitulada “Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais - 1798-1840” mesmo após o alvará de 1798 e a auto de declaração de criação da vila em 1799, o território ainda não havia sido devidamente demarcado, e intensas disputas ocorriam com a Câmara da Vila de São João del Rei<sup>252</sup>. A autora relata que em 20 de fevereiro de 1800, ocorreu na Câmara de Campanha um auto de demarcação do termo. A conclusão foi de que pertenceria a Vila:

todo o espaço incluído pelo Rio Grande e pelos Registros que fecham os limites desta Capitania [...], que os lugares mais próximos a esta vila do que a confinante de São João, eram bem conhecidamente todos que estão situados dentro do círculo do dito Rio Grande, os quais por isso devem ficar dentro deste Termo [...].<sup>253</sup>

Ressalta-se que, segundo Fonseca, não havia uma oposição em si de São João del Rei com a emancipação de Campanha, mas sim um pedido em relação aos limites territoriais, que solicitavam que fossem restritos ao território da Freguesia de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde. O que não foi acatado. O juiz de fora da Vila de Campanha, José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, buscou provar a necessidade do território reivindicado por São João de pertencer a Campanha<sup>254</sup>. A autora demonstra que ele defendia desde 1760 que pretendia administrar “todo o espaço incluído e circulado pelo Rio Grande e pelos registros que fecham os limites da Capitania”<sup>255</sup>.

Tal aspecto pode ser observado nos mapas que demonstram os limites da Vila de Campanha. A autora menciona que, resguardados pelo Alvará de 1798, o território da Campanha compreendia não apenas os limites do antigo Julgado, mas todos os outros lugares

<sup>251</sup> VISITAS Pastorais do Frei José da Santíssima Trindade. p. 43 - 45.

<sup>252</sup> ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840*. Tese de doutorado UNICAMP - Campinas - SP, 2008. p. 136. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/vila-campanha-princesa-urbanidade-civilidade-minas-gerais-seculo-xix-1798-1840>. Acesso em 19 de abril de 2023.

<sup>253</sup> MEMÓRIAS Municipais — V. Campanha. Revista do Arquivo Público Mineiro. 1: 457-647, 1896, p. 538-540. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=24&op=1>

<sup>254</sup> FONSECA, 2011, p. 303.

<sup>255</sup> Ibid., p. 304.

que povoavam sua vasta extensão, onde se devia administrar a justiça por juízes de fora. E que

os distritos que estavam sob jurisdição do Capitão-Mór da Campanha, por patente de 5 de dezembro de 1763, eram os do Rio Verde no centro, os que estavam de um lado e outro do Rio Sapucaí ao sul e o distrito de Aiuruoca no norte. Solicitavam então que se estabelecesse o termo da vila pelo Rio Grande.<sup>256</sup>

Nas “Informações da Câmara de São João del Rei”, publicada nas “Memórias Municipais — V. Campanha”, pela Revista do Arquivo Público Mineiro em 1896, menciona-se que foi solicitado que os limites da nova Vila se estendesse pelo Rio Capivari, onde se encontra com o Rio Grande, se avizinha com a Serra de Carrancas, até o Rio Aiuruoca, que segue a Serra da Mantiqueira, Rio Grande abaixo, se reencontra com o Rio Capivari pelas divisas com a Capitania e Comarca de São Paulo<sup>257</sup>.

Observa-se a seguir o “Mappa de toda a extensão da Campanha da Princesa”, delineado pelo Rio Grande e pelos registros que delimitam a capitania de Minas. O mapa destaca as fronteiras com o Bispado de São Paulo, as paróquias e capelas subordinadas à Vila de Campanha, como marcos de povoamento, além de evidenciar os rios, pontos-chave na demarcação territorial. Fonseca ressalta que neste mapa são visíveis as delimitações de um território “fechado”, onde as fronteiras são representadas como muralhas, simbolizando obstáculos concretos e contínuos. Isso indica a dificuldade de transpor essas barreiras naturais, como o Rio Grande e a Serra da Mantiqueira, assim como os marcos de registros e postos militares, representados por portões e barreiras<sup>258</sup>.

Além disso, a escolha de representar as povoações com símbolos de hierarquias religiosas no mapa diz muito sobre a estrutura de poder da época, onde a influência eclesiástica desempenhava um papel significativo na organização social e política. Essa prática evidencia a estreita relação entre o poder religioso e secular, demonstrando como a igreja exercia autoridade sobre as comunidades locais e contribuía para a demarcação territorial, influenciando diretamente as relações de poder na região.

---

<sup>256</sup> Ibid.

<sup>257</sup> Ibid., p. 463.

<sup>258</sup> Ibid, p. 327.

FIGURA 14 - Mappa de toda a extensão da Campanha da Princeza, feixada pelo Rio Grande, e pelos registros que limitam a capitania de Minas.

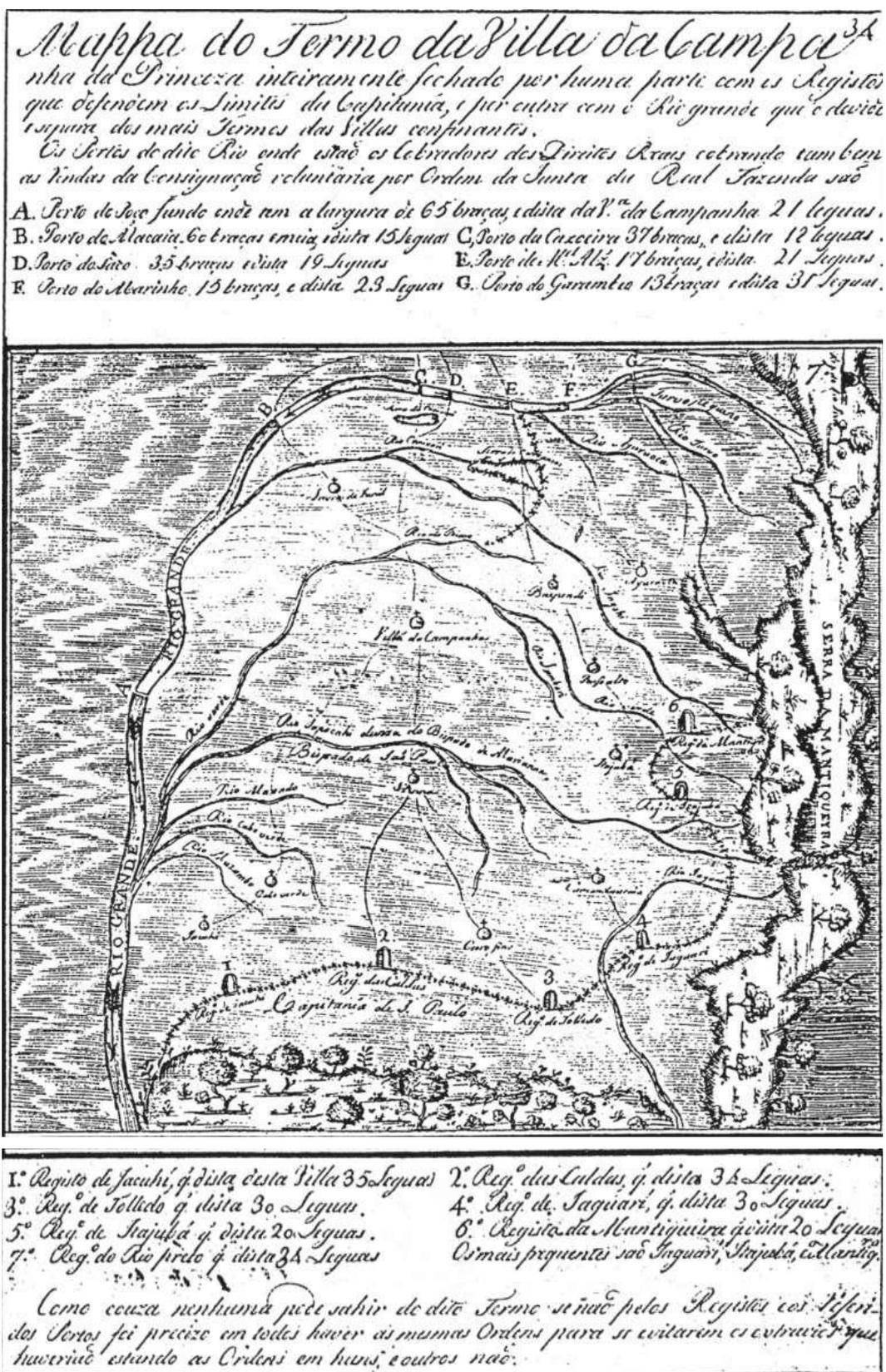


FONTE: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU-CU-088-02166\_m0046.

No caso de Aiuruoca, a sede da Paróquia estava localizada a dezesseis léguas de distância de Campanha e a vinte e duas de São João del Rei. No mapa, também estão marcadas as distâncias em léguas entre os templos religiosos. Destacam-se no recorte abaixo algumas das capelas que compunham a Freguesia de Aiuruoca. É notável que os desenhos das capelas não incluem a torre lateral, em contraste com a representação da Matriz de Aiuruoca e Baependi presentes no recorte. As capelas do Varadouro, Serranos, Turvo, Bom Jesus (Livramento), Guapiara e Alagoa estavam subordinadas à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca.



FIGURA 16 - Mappa do termo da Vila da Campanha, limitado por barreiras militares (registros) e pelo rio Grande.



FONTE: Documento incluído no códice "Accordão da Câmara da Vila da Campanha da Princeza", BNRJ

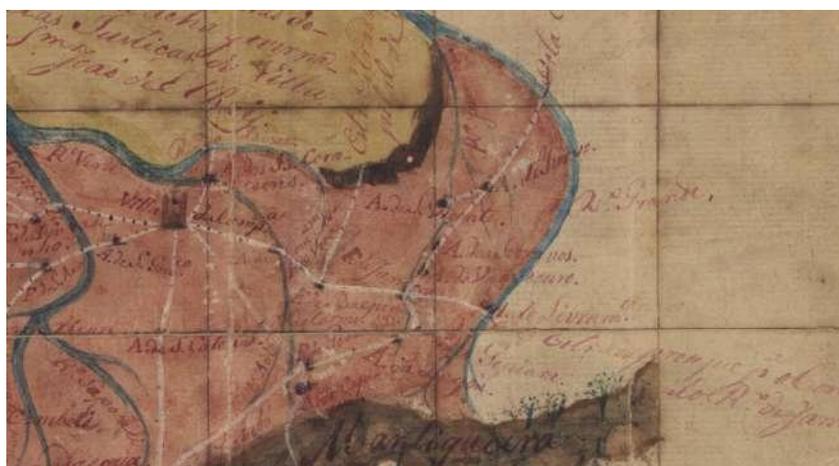


FIGURA 18 - Mappa Do Termo Da Villa Da Campanha Da Princêza Comarca Do Rio Das Mortes De Minas Geráes (...) Que Só Serve Para Mostrar A Extensão Do Mesmo Termo, Os Lugares Mais Notáveis, Distancias Entre Estes, Estradas Mais Principais Que O Atravessão.



FONTE: APM. SC - 003.

FIGURA 19 - Recorte do Mappa Do Termo Da Villa Da Campanha Da Princêza Comarca Do Rio Das Mortes De Minas Geráes (...) Que Só Serve Para Mostrar A Extensão Do Mesmo Termo, Os Lugares Mais Notáveis, Distancias Entre Estes, Estradas Mais Principais Que O Atravessão.



FONTE: APM. SC - 003.

Desse modo, nota-se que a análise de fontes cartográficas emerge como uma ferramenta indispensável para a pesquisa histórica, revelando não apenas a geografia física de uma região, mas também as intencionalidades representativas dos cartógrafos e dos poderes coloniais. Essas fontes expõem as dinâmicas sociais, políticas e econômicas de determinada época, oferecendo reflexões sobre a organização territorial, as prioridades administrativas e as estratégias de controle e exploração. Ao examinar mapas históricos, é possível identificar padrões de colonização, áreas de conflito e cooperação, e as influências culturais que moldaram a produção cartográfica. Além disso, a cartografia histórica permite uma compreensão mais profunda das relações entre o ambiente natural e as atividades humanas ao evidenciar como os elementos geográficos foram utilizados para delimitar fronteiras, estabelecer rotas de comércio e comunicação, e implementar políticas de gestão territorial.

Portanto, a partir dos fatores aqui apresentados, constata-se que a formação da paisagem política de Aiuruoca resultou de uma complexa interação entre o desenvolvimento de assentamentos, a distribuição de terras, a instalação de templos religiosos, a organização social e as influências do meio natural. A doação de sesmarias, a criação de fazendas, a instituição da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca e a edificação de capelas foram fatores interligados que moldaram a estrutura territorial e social da região. Esses elementos, conjuntamente, facilitaram a ocupação e a exploração dos recursos naturais, mas também estabeleceram uma rede de poder local intrinsecamente ligada às características geográficas e ambientais.

A instituição da Freguesia de Aiuruoca desempenhou um papel central na organização social e religiosa do território e consolidou a paisagem como um espaço de poder articulado. As capelas, distribuídas estrategicamente pelo território da Freguesia, atuavam como locais de prática religiosa, sociabilidade e administração local. Estas edificações marcavam a presença do poder religioso, reforçavam a coesão social e a autoridade das elites locais. Nesses espaços era presente uma forte dinâmica de autonomia e dependência em uma rede de relações internas e externas. Internamente, a interação social estabelecia uma rede de poder interdependente, sustentada pela geografia local e pela capacidade de exploração dos recursos naturais. Externamente, a Freguesia estava inserida na lógica administrativa e econômica do império colonial português, influenciada por diretrizes e pressões que moldavam suas práticas locais, como a submissão a Comarca do Rio das Mortes, ao Bispado de Mariana e posteriormente a Vila de Campanha da Princesa, considerando o fato de estar em uma zona fronteira com as Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Sendo assim, ao longo do tempo, a transformação da paisagem de Aiuruoca refletiu um processo no qual os elementos geográficos, demarcados pela Serra da Mantiqueira e pelo Rio Grande com suas vertentes, se entrelaçaram com a constituição de um espaço de poder por meio da demarcação de fronteiras, surgimento de núcleos populacionais, edificação de capelas, desenvolvimento de fazendas e abertura de estradas, dentre outros aspectos. A interação entre os recursos naturais e as iniciativas humanas resultou em uma paisagem que, além de produtiva, foi resiliente e adaptável às exigências sociais, econômicas e políticas da época. Dessa forma, as transformações na paisagem de Aiuruoca não evidenciam uma ruptura, mas sim mudanças contínuas relacionadas à constituição de um espaço de poder colonial intimamente ligado às condições naturais, que influenciaram e foram influenciados pela organização territorial e social da freguesia.

### CAPÍTULO 3

#### A Convergência entre a Permanência e a Dominação

Por entre as árvores da vida  
     O rio riu, ri  
 Por sob a risca da canoa  
     O rio viu, vi  
 O que ninguém jamais olvida  
     Ouvi, ouvi, ouvi  
     A voz das águas  
     Asa da palavra  
     Asa parada agora  
     Casa da palavra  
     Onde o silêncio mora  
     Brasa da palavra  
     A hora clara, nosso pai  
     Hora da palavra  
 Quando não se diz nada <sup>259</sup>

Inspirados no conto “A Terceira Margem do Rio” de Guimarães Rosa, Milton Nascimento e Caetano Veloso expressam na canção o sentimento de estar na terceira margem. Esta metáfora representa um espaço que transcende a dualidade da vida, que se contrapõe às margens visíveis e convencionais. O silêncio que permeia sobre as margens e a força das palavras representa tudo aquilo que é mostrado ou permanece implícito, assim como os locais nos mapas e as escolhas de topônimos, que não apenas delineiam territórios, mas também portam significados e intenções políticas. Tanto o que é detalhado, quanto o que foi mantido no espaço do silêncio carrega uma intencionalidade.

Os rios e as serras, elementos naturais frequentemente destacados nas cartografias coloniais, atuavam como importantes marcos geopolíticos e testemunhas silenciosas das transformações e conflitos. A atenção ao que eles dizem – ou ao silêncio que mantêm – revela uma dimensão mais profunda de interpretação. Os elementos naturais, então, não são apenas obstáculos ou recursos, são entidades dinâmicas que interagem com a vida humana, moldando e sendo moldadas por ela. Na análise, é necessário olhar “por entre as árvores da vida”, buscar enxergar o que “o rio viu” e refletir sobre o que “ninguém jamais ouviu”.

Pensar a colonização de Minas Gerais a partir de uma ótica que considera o mundo natural e suas transformações envolve percorrer algumas dimensões, da parte prática e funcional, da mítica e religiosa, da afetiva e social. No livro “O Jardim das Hespérides: Minas e as Visões do Mundo Natural no Século XVIII”, Laura de Mello e Souza delineia quatro

<sup>259</sup> NASCIMENTO, Milton, VELOSO, Caetano. *A Terceira Margem do Rio*. 1991. 2:23 min.

dimensões nas quais a natureza pode ser concebida no contexto colonial do século XVIII: a dimensão mítica, trágica, prática e afetiva. Ao entrecruzar essas dimensões, torna-se possível estabelecer conexões, uma vez que, como apontado pela própria autora

Múltiplas percepções do espaço e da natureza se constituíram a partir da realidade concreta, [...] elas não se sucederam cronologicamente, mas coexistiram e se interpenetram, alternando-se, ora sobressaindo sua feição mítica, ora trágica, ora a prática, ora aquela dominada pelos afetos.<sup>260</sup>

Segundo Souza, essas dimensões são claramente visíveis nas produções diversas que refletem o período colonial e cita Diogo de Vasconcelos, que descreve esse cenário de forma vívida: “Era o país das serranias impenetráveis, dos rios enormes, das riquezas minerais, das feras, dos monstros, uma espécie das Hespérides antigas guardadas por dragões”<sup>261</sup>. A citação alude aspectos palpáveis de Minas Gerais como as “serranias impenetráveis”, os “rios enormes” e as “riquezas minerais”. Esses elementos representam, simultaneamente, os desafios e as oportunidades enfrentados pelos colonizadores. As serranias impenetráveis simbolizam as adversidades geográficas que necessitavam ser superadas para a exploração do território. Os rios enormes funcionavam tanto como barreiras naturais quanto como vias essenciais para a vida, para a movimentação e o transporte de pessoas e mercadorias. As riquezas minerais, particularmente o ouro e os diamantes, constituíram o principal motor da colonização, atraindo um grande número de pessoas, fomentando o desenvolvimento econômico e propiciando a formação de núcleos populacionais.

Assim como o título do livro de Souza, Vasconcelos faz uma analogia direta com as “Hespérides” ao remeter o mito grego onde pomos dourados eram guardados por um dragão. Essa comparação mítica sugere que as riquezas minerais de Minas Gerais eram vistas como tesouros preciosos e guardados por perigos, o que tornava a exploração algo quase épico, uma busca heroica cheia de desafios e recompensas. Esse tipo de narrativa ajudava a criar uma aura de fascínio e mistério, incentivava mais aventureiros a tentar a sorte, sobretudo no século XVI e início do XVII. O mítico, também se aproxima do trágico ao considerar as consequências da exploração colonial, a busca incessante por riquezas trouxe grande sofrimento, sobretudo para os povos indígenas e africanos escravizados que foram trazidos para as minas e sofreram diversos tipos de violências.

Ainda no caráter mítico, a perspectiva da necessidade de controle da natureza em prol do desenvolvimento humano tem raízes profundas em bases religiosas. Segundo a autora, essa

---

<sup>260</sup> SOUZA, 2022. p. 134.

<sup>261</sup> SOUZA, 2022, p. 07 apud VASCONCELOS, 1948.

perspectiva se origina em parte, do princípio bíblico da criação do mundo, onde, em decorrência do castigo divino atribuído à humanidade pela desobediência de Eva, a natureza passou a ser concebida como hostil, ameaçadora e trágica, contrastando com a plenitude paradisíaca. A narrativa mítica, como salienta a autora, transcende a mera invenção individual ou fantasia criadora, ao invés disso, ela se fundamenta na transmissão da memória coletiva, preservando e perpetuando visões de mundo e entendimentos profundos sobre a relação entre o homem e o ambiente natural.<sup>262</sup>

Essa compreensão, derivada da interação entre humanidade e natureza, reflete-se nos elementos que compõem o espaço, tais como montanhas, rochas, rios, ribeirões e riachos. Esses elementos tendem a resistir à passagem do tempo, permitindo uma sobreposição de temporalidades. Essa característica transcende o mero aspecto geográfico, transformando-os em testemunhas vivas da história e em símbolos da conexão entre os seres humanos e o mundo que os rodeia. Desde sua função prática na rotina econômica até sua representação mítica em diversas culturas, ao passar pelas dificuldades trágicas e pelos vínculos afetivos com a paisagem, esses elementos encarnam uma multiplicidade de significados e experiências humanas. No “Canto gntílico” de José Alvarenga Peixoto, em relação as montanhas, ele coloca que

Elas conservam nas ocultas veias/ A força das potências majestosas/ Tem as ricas entranhas todas cheias/ De prata e ouro, e pedras preciosas/ Aquelas brutas e escalvadas serras/ Fazem as pazes, dão calor às guerras.<sup>263</sup>

Esta passagem poética evoca a exploração dos recursos minerais, fator que mais impulsionou a colonização das Minas Gerais. As “ocultas veias” e “ricas entranhas” destacam a abundância de minérios, que são a “força das potências majestosas”, que movimentaram tanto a colonização quanto a economia portuguesa. No entanto, as montanhas “escalvadas”, ou seja, desgastadas e desfiguradas pela mineração intensa, refletem o impacto ambiental negativo dessa atividade. A transformação brutal da paisagem natural de Minas Gerais é um testemunho eloquente do custo ecológico da colonização e da busca incessante por riqueza, algo que ecoa até os dias atuais com a indústria mineradora. Os minerais preciosos desempenharam um papel dual na sociedade colonial: enquanto proporcionavam recursos e oportunidades, também alimentavam disputas e violências.

As riquezas de Minas Gerais, portanto, representavam uma dicotomia entre prosperidade e destruição, paz e guerra. Elas cravam as dimensões trabalhadas por Laura, práticas pelas possibilidades econômicas que ofereciam, trágicas devido às violências

<sup>262</sup> SOUZA, 2022, p. 123 apud VERNANT, 1999, p.10.

<sup>263</sup> SOUZA, 2022, p. 39.

explícitas ou implícitas que desencadeavam, míticas no fascínio que exerciam, e afetivas, como salienta a autora, onde “o afeto é a expressão do vínculo”<sup>264</sup>, relacionadas ao laço emocional e a noção de pertencimento que se estabelecia entre a paisagem e os habitantes de uma região.

A dimensão afetiva presente nas reflexões de Laura de Mello e Souza, se faz presente nas relações com o mundo natural e também se manifesta nos adornos artísticos que proliferaram pela Capitania, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, tais como literaturas, artes, arquiteturas e decorações. Esses elementos refletem vínculos emocionais com a colônia e uma crescente valorização do que é considerado belo, à medida que se desenvolve a ideia de uma “civilidade colonial”.

Essa noção de “civilidade” se estende à representação cartográfica, como nos mapas de José Joaquim da Rocha, na qual elementos como Paróquias, capelas, vilas, picadas e outros são representados. A presença desses elementos na cartografia não apenas indicava a expansão e organização do território colonial, mas também expressava uma ideia de ordem e civilização. As paróquias e capelas representavam a presença e influência da Igreja Católica, enquanto as Vilas e picadas simbolizavam o estabelecimento de comunidades organizadas e a abertura de novas vias de acesso.

Os mapas, adornados com imagens da flora, fauna e povos indígenas, reforçam a ideia de integração e controle sobre o ambiente natural, onde mesmo que belos nos padrões setecentistas, os elementos refletem subjugação e domínio, pois não são mais feras selvagens como nas narrativas seiscentistas, eles permanecem como parte do exotismo colonial, porém de maneira mais ambientada. Assim, quando a autora diz que o afeto é a expressão do vínculo, nota-se que o vínculo se intensifica a partir da familiaridade e o controle do ambiente, o que trouxe até mesmo inspirações artísticas e poéticas que mesclam as dimensões que correm pela história de Minas Gerais.

As reflexões sobre a relação entre ser humano e natureza ecoam os sentimentos expressos por Ailton Krenak em seu livro “Futuro Ancestral”<sup>265</sup>. Apesar de contextualizado na contemporaneidade, Krenak traz uma perspectiva que transcende as barreiras do tempo. Ao defender o elo existente entre as temporalidades pela própria natureza, Krenak sugere que a compreensão do passado e a projeção do futuro estão entrelaçadas com os ciclos naturais e as experiências humanas ao longo da história.

---

<sup>264</sup> Ibid. p. 17

<sup>265</sup> KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Assim, ao discutir sobre a civilidade colonial, as representações cartográficas e toponímicas da época, pode-se enxergar paralelos com a visão de Krenak sobre a continuidade da vida em meio a transformação, onde a natureza e seus elementos servem como testemunhas vivas de uma história compartilhada. O autor enuncia logo no início da obra que “Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”<sup>266</sup>. Pois os rios continuam a fluir, as montanhas permanecem imponentes, e a natureza continua a ser uma fonte de possibilidades. Ao reconhecer a presença e a influência desses elementos ao longo da história, reforça-se o caráter de interdependência com o mundo natural, aliados ao de permanência e transformação.

Nesse contexto, em “Saudações aos rios”, o autor destaca a importância das águas na escolha dos locais para a instalação humana desde os primórdios dos tempos, mas também menciona que as águas foram reprimidas em prol do ouro. Sagradas, as águas representavam fonte de sustento, cuidado e bênçãos para as populações que viviam às margens dos rios. No entanto, foram reduzidas as necessidades dos cursos de exploração. A relação de unidade entre a natureza e o ser se esgota para dar lugar a uma relação de dependência e exploração.

Os elementos naturais, sobretudo os corpos d’água e o relevo, desempenhavam um papel fundamental na representação e organização do território na cartografia colonial. Além de elementos geográficos, eram símbolos de poder, controle e exploração. Os mapas da época frequentemente destacavam os rios como linhas divisórias entre territórios, delimitavam fronteiras entre as possessões coloniais, e mencionavam alguns territórios indígenas.

Em complemento, os topônimos adquiriam uma riqueza de significados que vai além da demarcação física do ambiente, mas atuam como reflexos das relações culturais, políticas e simbólicas que os colonizadores estabeleciam com as terras recém-descobertas. A escolha desses nomes revelava as complexidades das interações entre colonizadores e a natureza, bem como suas percepções e valores subjacentes. Muitos desses topônimos derivaram de expressões indígenas, outros eram inspirados pelo relevo e pela hidrografia locais, além de nomes baseados em figuras históricas ou religiosas.

A determinação dos topônimos catalogava a geografia física e constituía uma forma de narrativa cultural e política, moldava a percepção do território e legitimava a presença e a autoridade dos colonizadores sobre a terra. Assim, os topônimos se configuram como marcadores geográficos que testemunham as dinâmicas de poder, dominação e resistência que permearam o período colonial. Nesse contexto, o estudo dos topônimos pode proporcionar

---

<sup>266</sup> KRENAK, 2022, p. 11.

uma visão da interação entre os colonizadores, o ambiente natural e os povos indígenas. A presença de nomes de origem Tupi em muitos lugares reflete claramente a influência e o legado das culturas nativas na configuração da paisagem colonial, pois remetem aos processos de adaptação e apropriação cultural, bem como as tensões, conflitos subjacentes, e a percepção do espaço. Ao examinar os topônimos, é possível traçar os padrões de ocupação do território, as estratégias de exploração dos recursos naturais e as diferentes formas de interação entre os diversos grupos que habitavam a região. Assim, os nomes dos locais se configuram como vestígios históricos para compreender as complexas redes de significado e poder no âmbito colonial.

Nesse processo, observar a toponímia e a presença indígena permite um olhar mais sensível às dimensões que vão além das narrativas exclusivamente pautadas nas fontes coloniais, produzidas por e para colonizadores. Os povos indígenas possuíam um conhecimento profundo sobre a geografia, a flora e a fauna locais. Esses conhecimentos foram frequentemente utilizados pelos colonizadores, que se beneficiaram das rotas, técnicas de sobrevivência e informações sobre locais ricos em minerais fornecidos pelos indígenas. Nesse viés, a toponímia pode conservar a memória histórica e cultural, incluindo a influência indígena nos topônimos, que muitas das vezes são referências a elementos geográficos. Esse olhar permite uma melhor assimilação dos locais nas fontes, e também a pensar as influências por trás das escolhas dos nomes e a importância daquele elemento geográfico no local para sua nomeação.

A cartografia histórica desempenhou um papel essencial como um registro documental dos topônimos, das rotas, caminhos, núcleos coloniais e assentamentos indígenas ao longo do tempo. No entanto, é importante abordar essas fontes com um olhar crítico, reconhecendo que são permeadas por intencionalidades e ideologias específicas. Cada mapa ou carta geográfica reflete não apenas uma representação objetiva do espaço, mas também as visões e interesses dos cartógrafos e daqueles que os financiaram. Portanto, uma análise cuidadosa das fontes cartográficas requer uma consideração das narrativas subjacentes e das lacunas que podem existir para uma compreensão mais profunda das complexidades da colonização e das dinâmicas de poder envolvidas na produção e interpretação dessas representações espaciais.

### **3.1 - A Cartografia na Capitania de Minas Gerais**

Os registros cartográficos desempenham um papel essencial em pesquisas que buscam compreender a formação territorial de uma determinada localidade. Eles não apenas

fornece uma visão geográfica, mas abre espaço para discussões mais amplas sobre a natureza política e social em questão. Ao explorar esses mapas, pode-se refletir sobre a configuração física do ambiente e suas relações com as dinâmicas históricas e culturais que moldaram esse espaço ao longo do tempo. Os registros cartográficos permitem examinar criticamente as motivações por trás de sua produção, as interações entre poderes, o conhecimento territorial e as representações que moldaram a concepção do espaço e seu uso político. As escolhas práticas dos locais demarcados nos mapas setecentistas revelam um entendimento pragmático e intencional do território, enquanto as ornamentações refletem uma visão europeia do Novo Mundo, imbuída de fascínio e mistério.

Luiz Gustavo Molinari, em seu trabalho intitulado “De José Joaquim da Rocha e Friedrich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778 - 1855)”<sup>267</sup>, destaca a importância fundamental dos mapas como instrumentos de conhecimento para a Coroa e órgãos administrativos durante os processos de colonização. Para o autor, os mapas refletem as dinâmicas culturais e políticas de sua época. Molinari enfatiza a necessidade de analisar a cartografia histórica como um produto cultural e político e levar em conta os interesses por trás das representações, as mudanças ao longo do tempo, os fenômenos que as provocaram e os objetivos implícitos e explícitos por trás de sua produção. Além disso, ele ressalta a importância das legendas nos mapas, que indicam os locais pertinentes a serem representados e demarcados, o que pode revelar os processos exploratórios, a expansão do poder eclesiástico e o controle territorial em curso.

Nos mapas, cada elemento representado e sua localização são decisões cuidadosamente ponderadas que demonstram as intenções do cartógrafo e das autoridades ligadas à produção. A escolha de incluir ou excluir determinados elementos comunica uma variedade de mensagens. Por exemplo, ao destacar certas rotas comerciais ou recursos naturais, os mapas atuavam como meio de oficialização da posse do local ou até mesmo como ferramentas de divulgação para promover o comércio ou a exploração de recursos em determinadas regiões. Da mesma forma, a exclusão de certos elementos é tão significativa quanto à inclusão. A ausência de representações de territórios indígenas ou de comunidades marginalizadas reflete políticas de colonização e domínio, e sugere uma tentativa de apagar ou minimizar a presença desses grupos. No contexto colonial, a escolha de não representar

---

<sup>267</sup> MOLINARI, Luis Gustavo. *De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778 – 1855)*. Orientador: Prof. a Dr. a Junia Ferreira Furtado. 186 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-82CLQ8/1/disserta\\_\\_o\\_luis\\_molinari\\_final.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-82CLQ8/1/disserta__o_luis_molinari_final.pdf). Acesso em: 18 fev. 2023.

certos espaços poderia implicar até mesmo em sua subordinação ou negligência por parte das autoridades coloniais, onde territórios que não foram representados ou mapeados podem ter sido percebidos como periféricos aos interesses.

A escolha de não representar um determinado lugar em um mapa também pode ser estratégica, especialmente em contextos onde a descoberta de novas terras e recursos geraria interesse e competição entre potências coloniais. Ao manter certas áreas ocultas ou não mapeadas, as autoridades evitavam chamar a atenção para regiões que possivelmente abrigavam riquezas naturais valiosas, como minerais preciosos ou terras férteis. Essa estratégia de ocultação era especialmente relevante em áreas fronteiriças ou distantes dos centros de poder colonial para manter um controle restrito sobre o acesso e a exploração de recursos. Assim, os mapas não são reflexos neutros da geografia, mas sim produtos culturais e políticos que moldam e são moldados pelas perspectivas de quem os produz e consome.

Na dissertação “Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)”<sup>268</sup>, Carmem Marques Rodrigues aprofunda a análise das diferentes abordagens na produção de mapas durante o período colonial. Os mapas sertanistas apresentavam um enfoque mais prático e simplificado, utilizados principalmente como ferramentas de orientação e registro espacial durante expedições exploratórias. Fundamentados em pontos naturais e geográficos de fácil identificação, esses mapas priorizavam a praticidade e a utilidade para os exploradores em campo, sem foco na estética ou precisão cartográfica. Os mapas sertanistas refletiam as influências culturais e individuais de seus produtores, resultando em uma diversidade de estilos e técnicas cartográficas.

Cláudia Damasceno Fonseca menciona que os primeiros mapas das Minas Gerais são muito esquemáticos devido aos conhecimentos geográficos ainda em processo de assimilação. Esses mapas iniciais, elaborados no início do século XVIII, refletem as limitações técnicas e científicas da época, pois nesse período, a cartografia estava fortemente influenciada pelas descrições orais e relatos de exploradores e viajantes, muitos dos quais eram imprecisos ou incompletos. Além disso, as técnicas de medição e os instrumentos disponíveis não permitiam uma representação precisa do território.

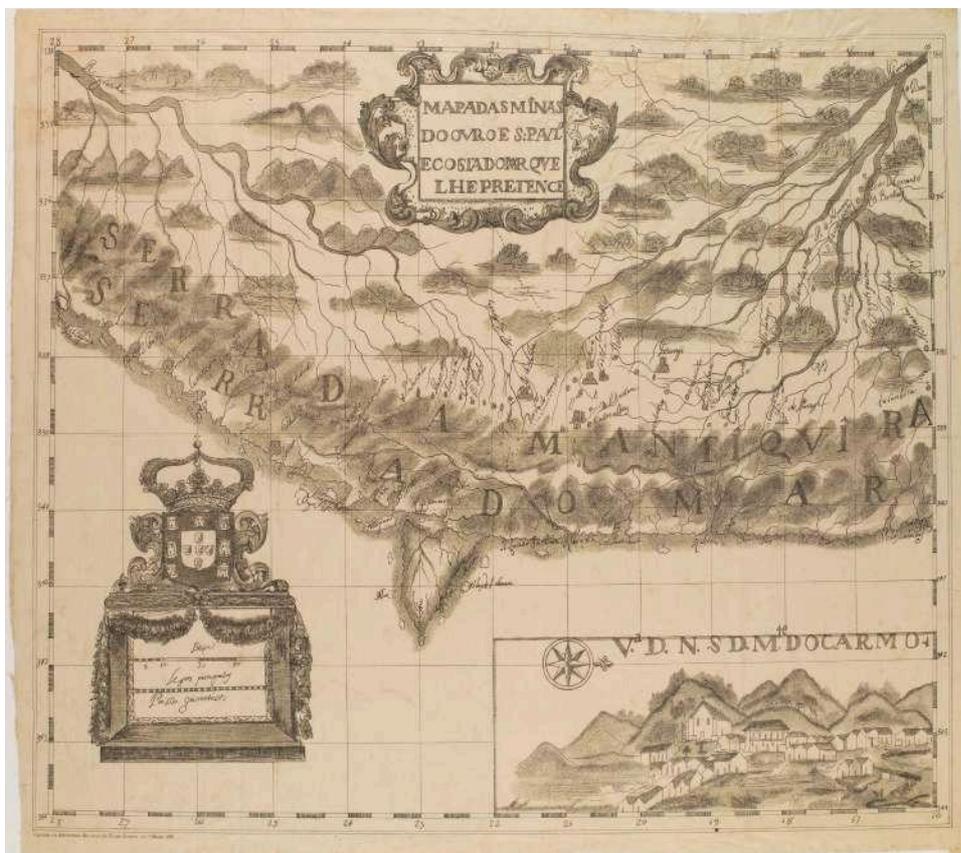
---

<sup>268</sup> RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)*. Orientador: Prof.a Dr.a Júnia Ferreira Furtado. 172 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A3GHWE/1/disserta\\_\\_o\\_dep\\_sito\\_final.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A3GHWE/1/disserta__o_dep_sito_final.pdf). Acesso em: 18 fev. 2023.

Os mapas esquemáticos serviam principalmente para atender a necessidades práticas, como atestar a existência de locais específicos, registrar e demarcar as regiões ricas em minerais preciosos e os relevos de destaque. No entanto, esses mapas não tinham a intenção de fornecer uma representação precisa do território ou guiar caminhos, eram mais utilizados como registros que confirmavam a presença de determinados recursos, características geográficas e povoações, sem a preocupação com a exatidão das distâncias e das proporções.

Esses registros contavam com um valor significativo para os administradores e exploradores da época, pois permitiam uma visão geral e rápida das áreas de interesse, destacando as riquezas e os pontos estratégicos que poderiam ser explorados. No contexto colonial, tais mapas serviam como uma forma de documentação que validava a descoberta e a ocupação de novos territórios, bem como a identificação de zonas potencialmente lucrativas para a exploração mineral, como ferramentas práticas e funcionais. Um exemplo é o “Mapa das Minas do Ouro e São Paulo e Costa do mar que lhe pertence”<sup>269</sup>, datado de 1717.

FIGURA 20 - Mapa das Minas de Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence



Fonte: CUNHA, Felix de Azevedo Carneiro e. Biblioteca Nacional, reprodução do Museu Paulista. 1717.

<sup>269</sup> FONSECA, 2011, p. 195.

A disposição dos elementos cartográficos revela a interconexão entre os aspectos naturais da geografia física e os padrões de expansão territorial humana. Essa relação pode ser observada na forma como as características naturais influenciam o desenvolvimento de áreas urbanas, a agricultura, as rotas de transporte, e outros aspectos da ocupação do solo. A análise detalhada desses elementos em um mapa permite entender melhor como o ambiente natural e a ação humana se moldaram mutuamente ao longo do tempo, evidenciando as dinâmicas transformação das paisagens.

Nota-se o destaque a duas importantes serras: a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira. Ambas são representadas paralelamente e com dimensões semelhantes, o que reflete sua importância geográfica e estratégica, não sua localização precisa. Elas atuam como marcos que delimitam áreas de interesse e pontos de referência cruciais para a exploração e ocupação territorial. As localidades situadas além das Serras estão dispostas paralelamente, de modo semelhante a outras situadas nos limites dessas elevações.

A presença dos rios como elementos estruturantes no mapa enfatiza seu papel na exploração e colonização dos sertões. Os rios, representados pelas margens laterais, são como raízes que penetram os sertões, e suas configurações no mapa os destacam como artérias vitais para o transporte e como indicadores de terras férteis. Esse detalhamento demonstra que o mapa não tinha a finalidade de orientação espacial convencional, mas possuía uma função específica de representar os locais relevantes no contexto da exploração das Minas Gerais, partindo do litoral e do interior paulista.

Destaque especial é dado à Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana. O desenho na parte inferior do mapa, com a Paróquia e o povoamento, enfatiza a presença colonial já consolidada no território mineiro, o que se intensificou cada vez mais com o estabelecimento de novas Vilas, Paróquias e Comarcas. Esses novos centros de poder refletiam o crescimento demográfico e econômico da região, atuavam como bases administrativas e religiosas e fortaleciam o controle português sobre o território, assegurando a presença da Coroa em áreas estratégicas e facilitando a exploração dos recursos naturais, especialmente dos minerais preciosos, que eram abundantes em Minas Gerais. Assim, a ênfase na Vila de Nossa Senhora do Carmo no mapa não apenas destaca sua relevância imediata, mas também ilustra o processo de expansão e consolidação do poder colonial português no interior do Brasil.

Carmem Rodrigues, em sua dissertação, traz também as perspectivas dos mapas oficiais elaborados por engenheiros militares e padres matemáticos, que seguiam métodos padronizados e estruturas uniformizadas. Esses mapas não eram meramente representações

gráficas do território, mas instrumentos científicos e administrativos de grande importância. Eram parte de uma iniciativa mais ampla do governo português, inspirada nos ideais iluministas de Dom João, que visava criar um novo atlas da América Portuguesa. Este projeto tinha como objetivo ampliar a compreensão geográfica, otimizar a administração e o controle sobre o vasto território colonial. Assim, a cartografia oficial tornou-se um elemento central para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e para a integração econômica e administrativa das diferentes regiões da colônia.

Destaca-se o papel dos padres matemáticos Diogo Soares e Domenico Capacci, nomeados em 1729 por Dom João V com a finalidade de mapear a capitania de Minas Gerais, especialmente a área mineradora. José Flávio Morais Castro, no livro “Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX”<sup>270</sup>, aponta que, no início dos setecentos, os mapeamentos até então realizados não atendiam às necessidades de representação e conhecimento territorial. Nesse contexto, os jesuítas foram nomeados para produzir documentos precisos e detalhados<sup>271</sup>. Esses mapas proporcionavam conhecimento territorial e faziam parte de um projeto de reordenação do território, como destaca Cláudia Damasceno Fonseca<sup>272</sup>.

Castro menciona o Alvará Régio de 18 de novembro de 1729<sup>273</sup>, que instrua a forma como os mapas deveriam ser produzidos, contendo uma parte referente à cartografia, outra sobre os inquéritos econômicos e etnográficos, e a última sobre os traçados e limites entre as capitanias e os bispados. Os mapas produzidos pelos padres partiam do Rio de Janeiro em direção à Comarca do Serro Frio, com foco nas minas de ouro e diamantes, também assinalavam cidades, vilas, catas de ouro e lugares de povoação portuguesa e indígena, guiados pelos graus de longitude e latitude<sup>274</sup>. Nos anos de 1734 e 1735, foram elaborados quatro mapas das Minas pelos religiosos, que representavam as regiões circundantes de Ouro Preto, Diamantina, Rio Paraopeba, Rio das Velhas, Rio Jequitinhonha e Rio Araçuaí<sup>275</sup>.

---

<sup>270</sup> CASTRO, José Flávio Morais. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII – XIX*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 53.

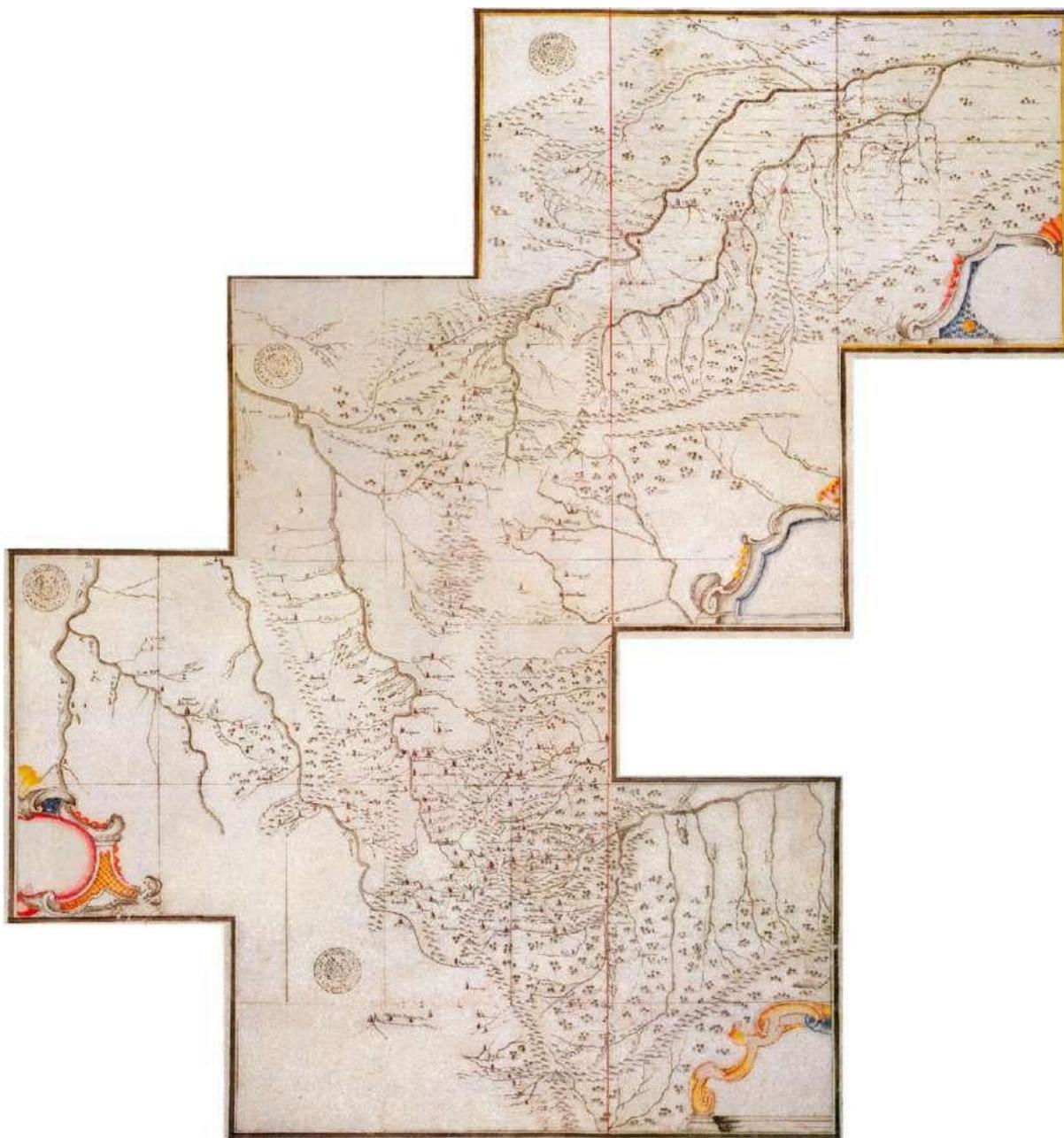
<sup>272</sup> FONSECA, 2011, p. 274 - 275.

<sup>273</sup> ALVARÁ Régio de 18 de novembro de 1729. AHU. Documentos Avulsos, Rio de Janeiro, 1729.

<sup>274</sup> CASTRO, 201, p. 54.

<sup>275</sup> *Ibid.* p. 55.

FIGURA 21 - Montagem do conjunto dos quatro mapas do território das minas entre as latitudes 16° 30'S e 21° 30'S, atribuídos a Diogo Soares e Domingos Capassi.



Fonte: COSTA, A.G.; RINGER, F.E.; FURTADO, J.F. e SANTOS, M.M. D. dos. Cartografia das Minas Gerais – da Capitania à Província. Belo Horizonte: Editora UFMG, 83 p. e 29 pranchas, 2002.

É crucial considerar que essas representações resultam de escolhas e exclusões deliberadas, moldadas pelos interesses políticos e econômicos daqueles que detinham o poder, tanto administrativo quanto narrativo. Ao examinar a cartografia histórica em conjunto com os relatos de descobrimento, pode-se ampliar o entendimento além dos limites geográficos estabelecidos, especialmente em um período em que as noções de fronteiras estavam em constante transformação. Molinari sugere que essa abordagem permite enxergar as disputas territoriais e os processos de dominação em curso, incluindo os discursos civilizatórios que buscavam legitimar a expansão colonial ao representar territórios reclamados, desenhar fronteiras, distribuir recursos estratégicos, e incluir infra-estruturas coloniais. Mapas históricos incorporam simbologia e narrativas que justificam a missão civilizatória dos colonizadores, renomeiam lugares para impor dominação cultural, e documentam mudanças territoriais resultantes de conflitos e tratados. Produzidos de uma perspectiva eurocêntrica, esses mapas refletem os interesses das potências coloniais e evidenciam suas estratégias de controle e exploração.

Em um contexto marcado por diversas disputas territoriais entre as autoridades civis e religiosas, era essencial o conhecimento do território. Diversos mapas foram criados a fim de demonstrar, organizar, sistematizar e institucionalizar a divisão da Capitania de Minas Gerais com suas comarcas, divisas com outras capitanias e bispados, vilas, freguesias, capelas, fazendas, registros, pontos geográficos e demais elementos pertinentes. As legendas dos mapas hierarquizam as localidades e evidenciam a interconexão entre os aspectos administrativos e religiosos. Assim, torna-se evidente a importância de analisar os mapas em conjunto com outras fontes documentais e teóricas, a fim de compreender as relações, críticas e questões pertinentes ao período histórico e à própria produção cartográfica.

A “Carta geographica da Capitania de Minas Geraes, e partes confinantes”, datada de 1767, já demonstra um conhecimento mais avançado do território mineiro e a extensão da ocupação colonial. Embora careça de uma legenda formal, ela evidencia pontos religiosos e militares demarcados e sublinha a importância dessas instituições na estrutura administrativa e defensiva da colônia. A presença desses pontos revela a estratégia dos colonizadores de consolidar sua presença por meio de uma rede de igrejas, capelas e postos militares, que atuavam como centros de controle e influência sobre a população local.

FIGURA 22 - Carta geographica da Capitania de Minas Geraes, e partes confinantes.



FONTE: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, AHEx-RJ. 1767.

O destaque aos rios e serras no mapa é significativo. Como já mencionado, os rios são frequentemente representados por suas funções essenciais como vias de transporte e fontes de água, enquanto as serras são importantes tanto como barreiras naturais quanto como pontos de orientação. Essas características geográficas são fundamentais para a navegação e o planejamento de rotas comerciais e militares, o que reforça o caráter estratégico do mapeamento. A ornamentação do mapa, com elementos tropicais e representações de indígenas adornando o brasão português, é mais do que decorativa. Ela reforça a narrativa colonial de exotismo e dominação, simboliza o controle das culturas indígenas a partir de uma idealização de uma relação harmônica para com os mesmos, o que transmite uma mensagem de poder e legitimidade. Além disso, o traçado de meridianos e paralelos no mapa confere-lhe um caráter mais científico e de orientação espacial. Esse detalhamento indica um avanço na precisão cartográfica, alinhando-se com os métodos europeus de mapeamento que buscavam não só descrever, mas também medir e compreender o espaço de forma sistemática. A inclusão desses traços pode demonstrar uma tentativa de integrar o território colonial no sistema global de coordenadas geográficas.

Em suma, o mapa de 1767 vai além de um instrumento de orientação geográfica, mas um reflexo das ambições coloniais portuguesas. Ele encapsula a expansão territorial ao mostrar as áreas exploradas e conquistadas, bem como a organização administrativa através da demarcação precisa das vilas, paróquias e comarcas. A imposição cultural e religiosa é evidente na iconografia do mapa, que destaca igrejas, missões e outros símbolos da presença colonial portuguesa. Além disso, o detalhamento do mapa, incluindo a representação de rotas, recursos naturais e topografia, demonstra como documentavam e planejavam o controle do território. A demarcação das fronteiras com as capitanias adjacentes define limites administrativos e evidencia as disputas e negociações entre diferentes poderes coloniais.

Já os mapas produzidos na segunda metade do século XVIII, como aqueles elaborados por José Joaquim da Rocha, contavam com uma maior precisão de detalhes. Rocha, foi um engenheiro militar português que serviu no Brasil durante a segunda metade do século XVIII, conforme descrito por Júnia Ferreira Furtado em seu artigo “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”, onde a autora analisa as produções de Rocha dentro de um contexto marcado pela Inconfidência Mineira. José Flávio Morais Castro<sup>276</sup> traz a figura de Rocha como parte da necessidade da Coroa em buscar sanar problemas geopolíticos na América Portuguesa, sobretudo em um contexto no século XVIII, em que as coroas portuguesa e espanhola expandiram ao máximo seus domínios, e havia a

---

<sup>276</sup> CASTRO, 2017, p. 69 - 75.

pretensão de demarcar soberanias. Nesse contexto, o governador Luís Diogo Lobo da Silva nomeou José Joaquim da Rocha, um especialista em estratégias e seguranças, a fim de realizar levantamentos topográficos e geográficos da Capitania de Minas Gerais com as divisões de comarcas, câmaras e termos.

Uma característica notável dos mapas de de Rocha, destacada também por Furtado, é a sua clareza e precisão. Suas representações espaciais são bem proporcionadas, organizadas e detalhadas, com elementos que se harmonizam de forma a compor um todo coeso, inclusive com elementos decorativos que refletiam a imagem idealizada do Brasil na época, como imagens de animais selvagens, figuras indígenas e afrescos coloniais europeus. Essas representações buscavam transmitir uma narrativa visual que refletisse a exuberância da natureza tropical, a diversidade cultural e a presença europeia na região, tornavam os mapas mais esteticamente atraentes e os transformava em artefatos culturais significativos, encapsulando as percepções e aspirações da época em relação ao Novo Mundo.

A criação das Comarcas desempenhou um papel crucial na organização territorial mineira, pois figuraram como as principais circunscrições fiscais. Por meio da provisão de 6 de abril de 1714, foram instituídas as comarcas do Ouro Preto, Rio das Velhas e Rio das Mortes, localizadas nas três principais bacias hidrográficas da Capitania de Minas Gerais. A Comarca de Ouro Preto abrangia a bacia do Rio Doce, a do Rio das Velhas englobava a do São Francisco, e a do Rio das Mortes correspondia à bacia do Rio Grande e Paraná. Em 1720, a Comarca do Rio das Velhas foi subdividida, resultando na criação da Comarca do Serro Frio, situada na bacia do Jequitinhonha. Essa divisão reforça a influência dos corpos d'água tanto na seleção dos locais de povoamento quanto na demarcação territorial<sup>277</sup>.

Fonseca destaca que a definição dos limites das comarcas tinha como principal objetivo a delimitação das zonas mineradoras e atribuiu a cada uma a jurisdição correspondente. Nesse contexto, os limites eram delineados com maior precisão nas regiões de interseção entre as comarcas, pois era onde as atividades mineradoras se sobrepunham. Nessas áreas, havia uma atenção meticulosa para garantir uma demarcação clara e precisa. No entanto, em regiões menos habitadas e não cultivadas, a preocupação, o interesse e a necessidade em demarcar limites eram menos acentuados<sup>278</sup>.

Um interesse menos enfático na demarcação de limites territoriais em regiões menos habitadas e não cultivadas poderia acarretar complicações. Primeiramente, a falta de clareza nos limites resultava em conflitos territoriais potenciais entre jurisdições, à medida que essas

---

<sup>277</sup> FONSECA, 2011, p. 143.

<sup>278</sup> Ibid., p. 142 - 144.

áreas se tornavam mais desenvolvidas e disputadas. Além disso, a incerteza legal decorrente da ausência de fronteiras bem definidas gerava discussões relacionadas à propriedade da terra, cobrança de impostos, jurisdição religiosa e judicial, o que dificultava a aplicação consistente da lei e dos regulamentos. Castro aponta que até 1780, os limites territoriais eram demarcados por

comissões ad hoc, formadas pelo governador, pelas autoridades das vilas e das comarcas em litígio, pelos pilotos (medidores) e pelos louvados (árbitros), que percorriam as terras examinando as distâncias e rumos, e decidiam os limites permanentes, cômodos, racionais e benéficos para os habitantes <sup>279</sup>

Nesse contexto, a elaboração de registros cartográficos se fazia essencial. Mesmo as comarcas tendo sido estabelecidas na segunda década do século XVIII, com a expansão econômica e de povoamento, demarcá-las era de grande importância. Os mapas das últimas décadas do século XVIII demonstram esse território amplamente conhecido e colonizado. Eles delinham o espaço físico e refletem o avanço da ocupação colonial, a organização administrativa e militar, e a exploração econômica das Minas Gerais. A cartografia revela as estratégias de controle e ordenação territorial pela Coroa Portuguesa e evidencia como os mapas eram usados como ferramenta para consolidar o poder colonial, integrar o território e assegurar a exploração dos recursos naturais.

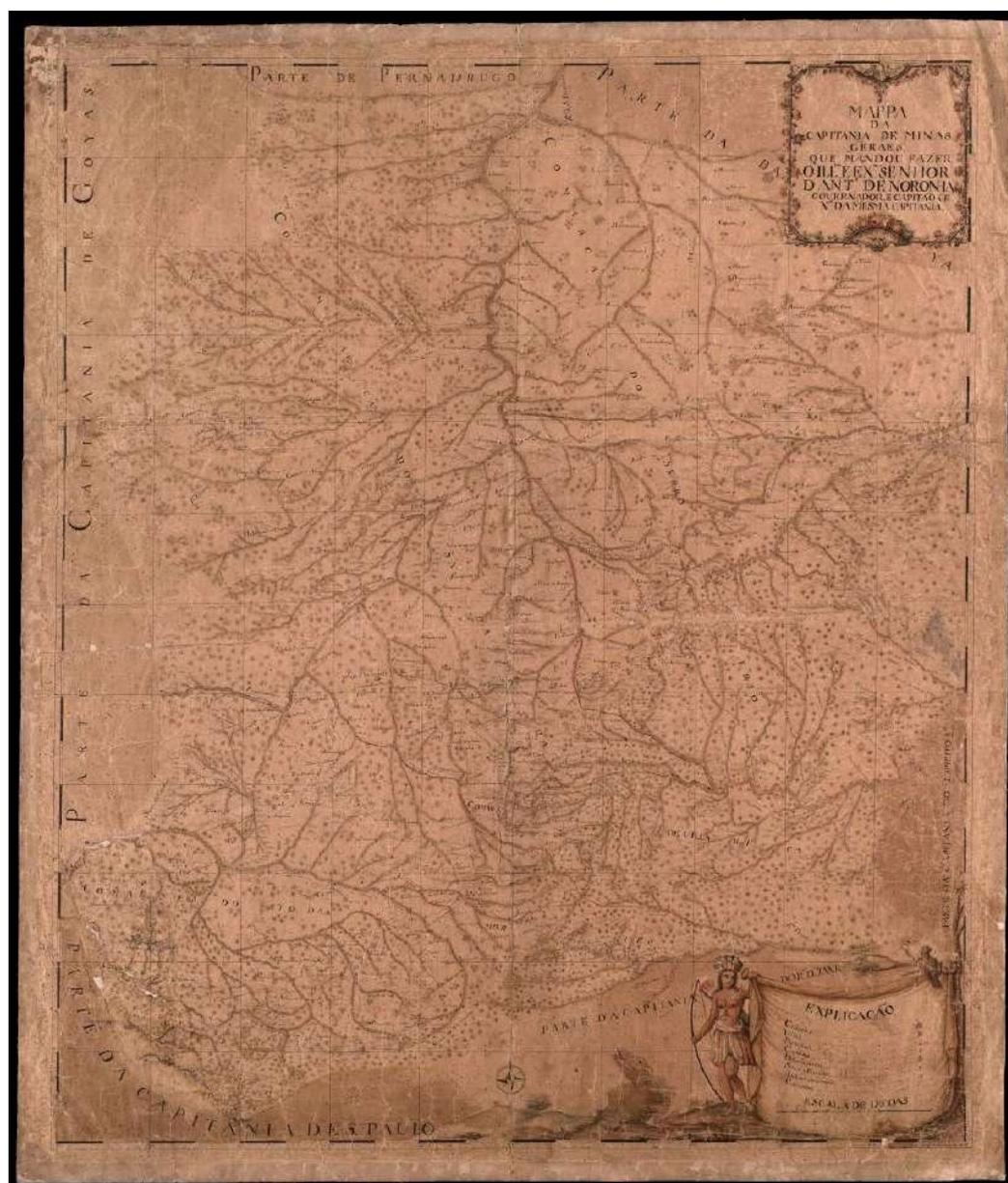
O “Mappa da Capitania de Minas Gerais que mandou fazer o Ilmo. Exmo. Senhor D. Antônio de Noronha Governador e Capitão General da mesma Capitania”, feito por José Joaquim da Rocha em 1777, assim como os mapas individuais das Comarcas do Rio das Mortes, Vila Rica, Serro Frio e Sabará, elaborados em 1777 e 1778 e entregues ao então governador Dom Rodrigo José de Menezes em 1780<sup>280</sup>, contam com uma maior precisão. Conforme apresentado nas legendas, são detalhadas as cidades, vilas, paróquias, capelas, destacamentos de soldados, sítios, fazendas, aldeias de gentios e caminhos. Em complemento, as ornamentações trazem elementos associados à colônia, como animais, vegetação e representações dos povos indígenas.

---

<sup>279</sup> CASTRO, 2017, p. 70 apud FONSECA, 2011, p. 165.

<sup>280</sup> CASTRO, 2017, p. 70.

FIGURA 23 - Mappa da Capitania de Minas Gerais que mandou fazer o Ilmo. Exmo. Senhor D. Antônio de Noronha Governador e Capitão Genl. da mesma Capitania”



FONTE: ROCHA, José Joaquim. Biblioteca Nacional (BN Digital). 1777.

O Mapa da Comarca do Rio das Mortes, produzido no mesmo ano, traz a localização da sede da Paróquia de Aiuruoca e outros pontos da Freguesia, assim como o Mapa completo da Capitania anteriormente apresentado. Destaca-se em ambos a sede da Freguesia, grafada como “Jeruoca”. A menção a “Lacerda”, demarcado como “Sítios e Fazendas”, faz referência às terras do Capitão Antônio Corrêa de Lacerda que recebeu em 1744 uma Sesmaria na “Paragem dos Três Irmãos”, onde hoje é área rural do município de Carvalhos, o que atesta a relevância da Fazenda e do donatário no contexto setecentista, assim como a Fazenda do

Capitão Jacinto em situação semelhante. As capelas representadas são as da Guapiara, de Serranos e da Lagoa de Juruoca (Alagoa). Há a Picada da Juruoca nas divisas com São Paulo. Além disso, destaca-se o Rio Grande, a Serra da Mantiqueira e localidades vizinhas, como a Freguesia de Baependi, Pouso Alto e Ibitipoca.

FIGURA 24 - Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais [Cartográfico] : que mandou descrever o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap. am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações



FONTE: ROCHA, José Joaquim. Biblioteca Nacional (BN Digital). 1777.

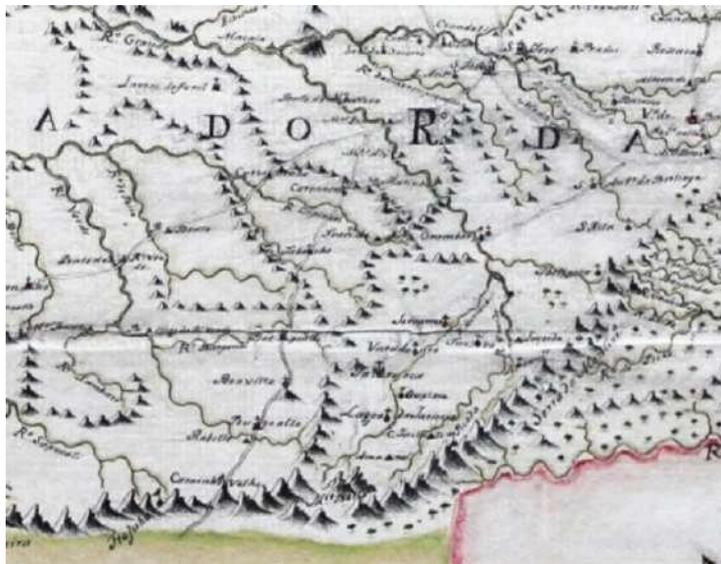


FIGURA 26 - Mappa da Capitania de Minas Gerais



FONTE: ROCHA, José Joaquim da. Biblioteca Pública Municipal do Porto, BPMP-PO-PT.

FIGURA 27 - Recorte do Mappa da Capitania de Minas Geraes.



FONTE: ROCHA, José Joaquim da. Biblioteca Pública Municipal do Porto, BPMP-PO-PT.

Já o mapa seguinte, intitulado “Mapa topografico e hidrografico da capitania de Minas Geraes”, de autoria não mencionada, apresenta-se em condição legível e de produção mais simples em comparação aos anteriores. Sem ornamentos elaborados, as serras são representadas de forma mais sutil e estilizada, conferindo ao mapa uma aparência mais clara e funcional. A organização dos locais é mais meticulosa, com um destaque contínuo aos rios e às divisas com as capitancias vizinhas de Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Pernambuco e Bahia. As legendas mantêm a mesma estrutura de organização, indicam uma continuidade na representação dos elementos-chave do território. Apesar das diferenças estilísticas, o mapa ainda preserva o padrão colonial estabelecido, com uma organização clara dos elementos geográficos e políticos. As serras, rios e fronteiras com outras capitancias continuam a ser elementos centrais, sublinham a importância dessas características na definição e controle do território. No que se refere ao território de Aiuruoca, são mantidos os mesmos locais representados por Rocha nos mapas de 1777.

A manutenção de certos padrões e convenções cartográficas demonstra a persistência de uma tradição de mapeamento que visa tanto à precisão quanto ao controle territorial. A simplicidade e a ausência de adornos decorativos evidenciam uma abordagem diferente daquela utilizada por José Joaquim da Rocha. Enquanto os mapas de Rocha eram ricos em detalhes ornamentais e simbólicos, refletindo um estilo barroco que enfatizava a

grandiosidade e a complexidade do território colonial, este mapa opta por uma representação mais prática e direta.

FIGURA 28 - Mapa topografico e hidrografico da capitania de Minas Geraes [Cartográfico] : toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Serro.



FONTE: Biblioteca Nacional (BN Digital).

FIGURA 29 - Recorte do “Mapa topográfico e hidrográfico da capitania de Minas Geraes [Cartográfico] : toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Serro”.

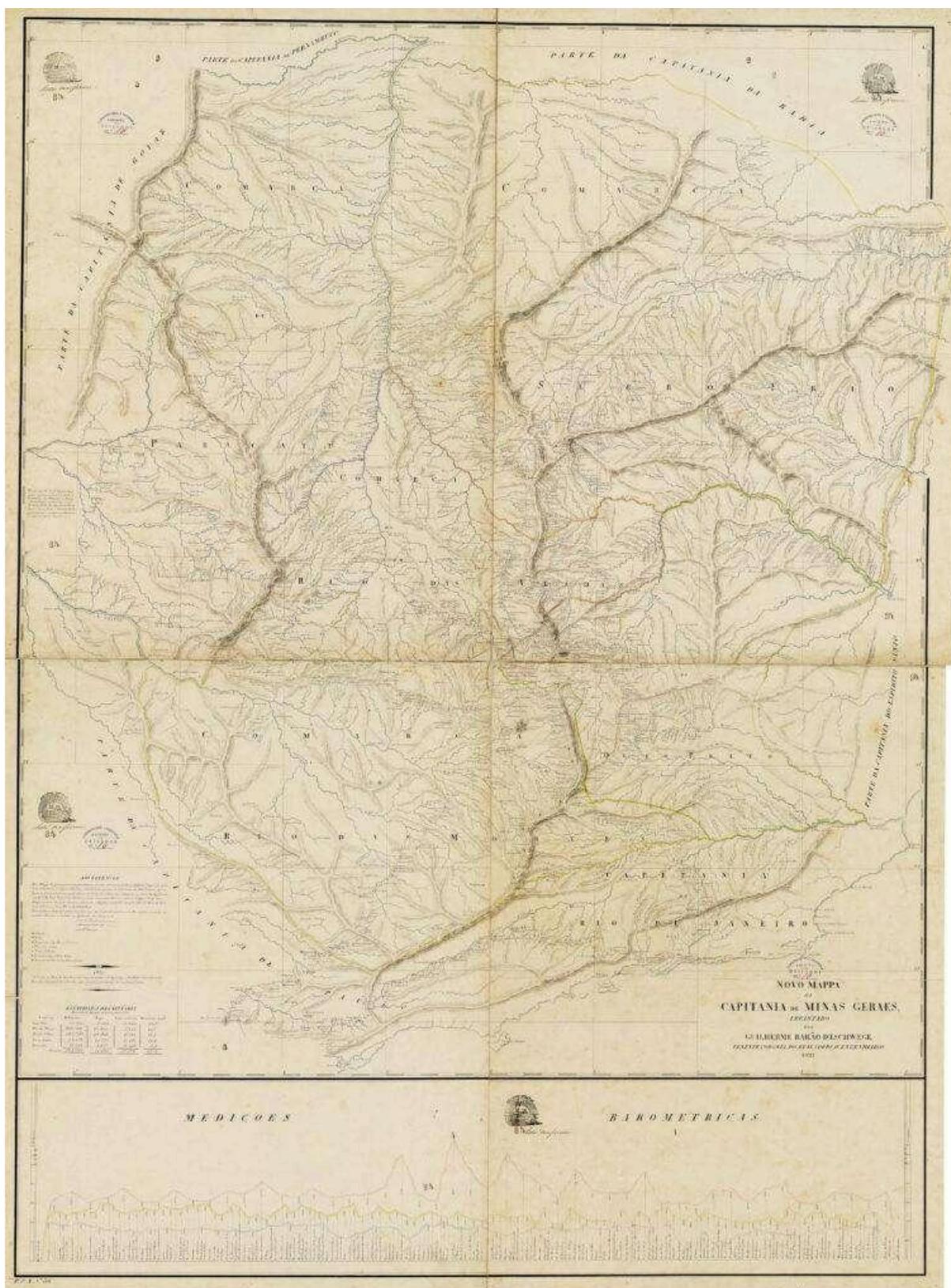


FONTE: Biblioteca Nacional (BN Digital)

O intitulado “Novo Mappa da Capitania de Minas Gerais”, datado já do século XIX e produzido a partir do levantamento do Barão D'Eschwege, representa um afastamento ainda maior do estilo de José Joaquim da Rocha, pois adota uma abordagem técnica e sistematizada. Embora mantenha o padrão de legendas, o mapa incorpora medições barométricas, um indicativo significativo do avanço científico e matemático do período.

A inclusão dessas medições revela o desenvolvimento das técnicas cartográficas e o crescente interesse pela precisão científica. Elas permitiam uma representação mais acurada do relevo e das altitudes, proporcionando uma visão detalhada do território que era essencial para diversas finalidades práticas, como a exploração mineral, a construção de infraestruturas e a administração eficiente. A preocupação com a exatidão reflete um esforço para criar mapas que não apenas orientassem a ocupação, mas que também fossem ferramentas indispensáveis para o planejamento e o desenvolvimento econômico. O trabalho do Barão D'Eschwege, um engenheiro e geólogo alemão a serviço de Portugal, exemplifica a integração de conhecimento científico europeu nas práticas administrativas.

FIGURA 30 - Novo Mappa da Capitania de Minas Gerais levantado por Guilherme Barão D'Eschwege, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros.



FONTE: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar-GEAEM. Lisboa, Portugal. 1821.

Portanto, é possível constatar que no contexto do século XVIII e XIX, a cartografia desempenhou um papel fundamental na exploração, colonização e administração dos territórios. Os mapas atuam como fontes primárias valiosas para entender não apenas a geografia física, mas também as relações políticas, sociais e econômicas daquele período, seja por representações ou ausências.

Ao examinar a cartografia, pode-se observar o caráter de permanência em relação aos aspectos geográficos, como as representações dos rios e serras, que desempenharam um papel significativo na configuração e estruturação do território. Eles testemunham a presença e o controle colonial, mas também a resistência e adaptação das comunidades locais a esses elementos permanentes da paisagem. Observar esses locais na atualidade permite visualizar dinâmicas que se perpetuaram no tempo, traçar contornos de rios e estradas de forma mais sensível, realizar trajetos entre as capelas que permanecem preservadas e os locais das fazendas, e assim tornar as narrativas e elementos dos mapas mais palpável aos sentidos. Essa convergência entre a permanência e a dominação colonial reflete a complexidade das relações entre colonizadores e colonizados, destacando a interação dinâmica entre o poder político e a geografia física. Assim, a cartografia histórica documenta o passado e as transformações das interações entre humanos e natureza, aliada à toponímia.

### **3.2 - A Toponímia como Resgate Histórico**

A toponímia é a parte da onomástica que se dedica ao estudo dos topônimos<sup>281</sup>. Esses estudos são fundamentais para compreender a origem, significado e evolução dos nomes de lugares ao longo do tempo, incluindo mudanças culturais e aspectos históricos, geográficos, sociais e linguísticos. Através dos topônimos, é possível entender elementos e cosmovisões relacionados a um determinado lugar e à sua história. A análise toponímica engloba a compreensão das motivações por trás da nomeação, como as intenções ou influências do meio para denominação. Maria Olívia de Quadros Saraiva, Gabriele Cristine Carvalho e Carolina

---

<sup>281</sup> Entre os anos de 2016 e 2019 esteve vigente o Projeto Atlas toponímico de Minas Gerais (ATEMIG), vinculado ao modelo teórico de Maria Vicentina Dick (1990). Ele possui como objetivos básicos: a) reconhecer remanescentes lexicais na rede toponímica mineira cuja origem remonta a nomes portugueses, africanos, indígenas, dentre outros. b) estudar o padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas e de imigração). c) buscar a influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos) Tendo, pois, como objeto de trabalho a unidade lexical, a metodologia empregada em nossa pesquisa é a mesma adotada pelas demais equipes de pesquisadores que integram o ATB em outros estados, ou seja: a) o “método das áreas” utilizado por DAUZAT(1926) que propõe o remapeamento da divisão municipal, de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão; b) a distribuição toponímica em categorias taxonômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, sugerida por DICK (1990)”. (SEABRA, 2008, p. 1945)

Ribeiro Diniz, no artigo “Análise dos topônimos indígenas das ruas do centro de Belo Horizonte”<sup>282</sup>, destacam que os topônimos são signos linguísticos motivados por características externas ou semânticas, como elementos geográficos naturais ou feitos pelo ser humano, ou características internas relacionadas à filiação linguística, formação étnico-histórica do Brasil e influências culturais diversas.

Refletir e questionar a existência e a escolha dos topônimos, assim como suas permanências ou abandonos ao longo do tempo, permite um olhar mais profundo para a identidade local. Além disso, buscar as motivações que atravessam a simples referência e demarcação espacial aproxima o pesquisador de agentes muitas vezes silenciados na história, como os povos indígenas e afro-descendentes. Essa análise permite entender a relação desses grupos com o espaço geográfico e como suas culturas e tradições foram (ou não) incorporadas na toponímia local.

Ao considerar as motivações que deram origem aos topônimos em Minas Gerais, o autor Joaquim Ribeiro da Costa, em seu livro “Toponímia de Minas Gerais”<sup>283</sup> aponta as três principais ocorrências. A primeira delas está ligada a elementos geográficos, incluindo os reinos vegetal, animal e mineral, em língua portuguesa e Tupi. A segunda está relacionada ao calendário e à cultura cristã. E a terceira são homenagens a figuras de destaque<sup>284</sup>. Embora haja outras motivações possíveis ou mesmo uma combinação destas, os grupos destacados são predominantes e foram incorporados geralmente durante o período colonial, na demarcação de rotas e criação de fronteiras.

Com base na pesquisa realizada por Joaquim Ribeiro da Costa em seu livro, pode-se inferir que escolha da maioria dos topônimos mineiros foi motivada, em ordem decrescente de frequência, pelos seguintes fatores: aspectos naturais em língua portuguesa, expressões cristãs, palavras em Tupi relacionadas à natureza, alusões a pessoas falecidas com relevância histórica, motivações diversas, e alusões a pessoas ainda vivas na época da denominação<sup>285</sup>. Ressalta-se que essa classificação não é exaustiva, podendo haver outras motivações ou mesmo uma combinação dessas mencionadas.

Conforme apresentado por Saraiva, Carvalho e Diniz:

---

<sup>282</sup> SARAIVA, M. O. Q., CARVALHO, G. C., DINIZ, C. R. *Análise dos topônimos indígenas das ruas do centro de Belo Horizonte*. Seminário de Tópico Variável em Variação e Mudança Linguística: Fundamentos da Toponímia. FALE/ UFMG. Belo Horizonte. 2006. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_401.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_401.pdf). Acesso em 14 de março de 2023.

<sup>283</sup> COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Imprensa Oficial do Estado. Belo Horizonte. 1970.

<sup>284</sup> Ibid. p. 128.

<sup>285</sup> Ibid. p. 132.

A motivação toponímica ocorre no momento da designação do topônimo, por isso, com o passar do tempo, a significação que era transparente torna-se opaca em virtude do distanciamento dos condicionantes tempo-espaciais desses topônimos.<sup>286</sup>

Nesse sentido, manter viva na memória a origem do nome de determinado lugar é fundamental para preservar a identidade em torno daquele espaço, sobretudo no caso de localidades com topônimos indígenas, a fim de evitar que seus significados e origens se esvaziem ao longo do tempo, algo que é bastante comum. Pode-se observar um perecimento semântico de topônimos, especialmente aqueles que fazem referência às culturas não-brancas. Essa ocorrência pode ser verificada, por exemplo, em localidades denominadas como quilombos, nas quais frequentemente não se encontram informações sobre os antigos quilombos em si, nem há registros ou vestígios que os remetem à cultura local. O mesmo fenômeno ocorre com as denominações de origem indígena, cujos significados muitas vezes são cercados de incertezas.

Iara Quelho de Castro em sua tese “De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência”<sup>287</sup>, alega ao fazer referência às diversas violências a existência dos povos indígenas, que:

A essa trágica forma de desaparecer, outras não menos desastrosas, podem ser adicionadas, como a ocultação, no silêncio das fontes, e o “esquecimento”, e que, não obstante estarem muito mais relacionadas ao âmbito das representações e das interpretações desempenharam ativo e poderoso papel na constituição de políticas e práticas sociais que afetaram e afetam profundamente a vida de muitos povos indígenas.<sup>288</sup>

Nesse viés, a análise toponímica pode possibilitar a aproximação das origens e significados dos topônimos indígenas presentes no espaço. Dessa forma, é possível promover uma valorização da história e cultura desses povos, além de uma reflexão crítica sobre as transformações, invasões, apropriações territoriais e a preservação da memória coletiva. Adriana Gomes do Nascimento, Maria de Fátima Dutra de Ávila Carvalho e Suzana Helena Ceranto Ribeiro no artigo intitulado “Cartografia dos caminhos: entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII - XIX e os caminhos históricos indígenas”<sup>289</sup> destacam a importância do “reconhecimento das pré-existências pré-coloniais

<sup>286</sup> SARAIVA, CARVALHO, DINIZ. 2006, p. 695.

<sup>287</sup> CASTRO, Iara Quelho de. *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia), Departamento de Antropologia, Universidade de Campinas, Campinas.

<sup>288</sup> CASTRO, 2010, p. 250.

<sup>289</sup> NASCIMENTO, A. G., CARVALHO, M. F. D. A., RIBEIRO, S. H. C. “*Cartografia dos caminhos: entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII - XIX e os caminhos históricos indígenas*”. Anais do XIX Encontro Nacional da ANPUR. Blumenau - SC. 2022. Disponível em: [https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT2\\_SEM\\_357\\_633\\_20211210172857.pdf](https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT2_SEM_357_633_20211210172857.pdf). Acesso em 14 de março de 2023.

na historiografia e a produção do conhecimento territorial latino americano [...]”<sup>290</sup>, onde a toponímia pode contribuir diretamente, pois se trata de uma expressão da língua, que por sua vez está diretamente ligada à cultura e à cosmovisão.

Ana Paula Mendes Alves de Carvalho, no artigo “Os nomes sagrados na toponímia mineira: estudo linguístico e cultural”<sup>291</sup>, destaca que a língua representa uma soma das experiências de toda uma sociedade e que analisar esses léxicos “permite resgatar aspectos sócio-históricos e culturais”<sup>292</sup>. Esses topônimos muitas vezes representam o maior vestígio remanescente de uma povoação originária que pode ter sido consumida pelo tempo e pelas transformações sociais, tornando-se assim uma valiosa fonte de informação para se compreender a história e a cultura do local.

Ao analisar os topônimos de influência indígena, percebe-se que seus significados estão sempre atrelados ao Tupi, entendido como um grande tronco linguístico<sup>293</sup> que compreende diversas línguas dos povos originários, ativas, ou extintas. A compreensão<sup>294</sup> de tantas línguas reunidas em um grande grupo, se iniciou com a invasão portuguesa e com as tentativas de entender os povos indígenas. Muitos padres jesuítas se dedicaram intensamente em aprender e traduzir o Tupi, com fins de facilitar a catequização, e também contribuir com a dominação portuguesa. Assim, mais uma vez, ocorreu uma transfiguração cultural, pois as formas de comunicação desses grupos foram interpretadas, caracterizadas, ressignificadas e classificadas com base em métodos ocidentais<sup>295</sup>. Jonh Monteiro, aponta que a “primeira língua geral” proveio de um conjunto da família linguística tupi-guarani, onde houve um enfraquecimento dos traços regionais a partir de uma sistematização que transformava os dialetos em um idioma colonial com fins de dominação e evangelização.<sup>296</sup>

Além disso, Monteiro menciona a referência a “língua dos carijós” no Códice Costa Matoso como “à língua geral paulista” conhecida pelos sertanistas e utilizada nas entradas para os sertões. Neste contexto, o autor enfatiza que:

<sup>290</sup> NASCIMENTO, CARVALHO, RIBEIRO, 2022, p. 2

<sup>291</sup> ALVES, Ana Paula Mendes ; SEABRA, M. C. T. C. . *Os nomes sagrados na Toponímia Mineira: Estudo linguístico e cultural*. ANTARES: LETRAS E HUMANIDADES , v. 4, p. 158, 2012.

<sup>292</sup> CARVALHO, SEABRA. 2012, p. 159.

<sup>293</sup> Um tronco linguístico é um grupo de línguas que se originaram de uma língua ancestral comum. Essas línguas apresentam semelhanças em termos de vocabulário, gramática e estrutura, indicando uma relação entre elas. O estudo dos troncos linguísticos é fundamental para a compreensão da história e evolução das línguas ao longo do tempo, bem como para a compreensão das relações entre os povos e culturas que as falam.

<sup>294</sup> A palavra "compreensão", nesse sentido, pode ser entendida tanto no sentido do ato de comprimir quanto na capacidade de entender, de compreender.

<sup>295</sup> A dominação da língua e das formas de comunicação indígenas não se limita apenas ao idioma em si, mas sim a toda a estrutura linguística que é diretamente ligada a uma cosmovisão, Pode-se inferir que a imposição da língua e das formas de comunicação européias influenciou a forma como os povos indígenas passaram a perceber e se relacionar com o mundo.

<sup>296</sup> MONTEIRO, 2001, p. 36.

Ao longo dos relatos, é frequente a digressão etimológica dos memorialistas que, antecipando a febre tupinológica dos intelectuais do século XIX e do início do XX, buscavam explicar o significado das palavras indígenas registrados nos lugares, nas práticas sociais e nas alcunhas dos paulistas. Assim, apesar do fato de muitos dos índios “conquistados” pelos paulistas nestes sertões obviamente não serem Tupi mas na verdade Botocudos, o esforço em explicar a origem tupi dos topônimos estava associada à demarcação deste tempo antigo. Por exemplo, quando o autor de um dos relatos se refere ao local chamado Aiuruoca, ele o identifica etimologicamente como “casa dos papagaios”, por ser um lugar “em que os papagaios faziam morada naquele tempo em que os gentios habitavam aqueles lugares” (Código CM, 1999 [1752], 1:183-184, ênfase minha). É provável, contudo, que muitos desses nomes tenham sido dados pelos próprios paulistas [...]”<sup>297</sup>

Ao analisar e citar as “traduções” de termos do Tupi para o português, é importante ter o cuidado de refletir que essas traduções não representam uma equivalência exata, mas sim uma aproximação com base em interpretações de viés europeu das línguas, processo que se iniciou há mais de quinhentos anos durante as violentas tentativas de articulação em prol de uma suposta “civilização”. Portanto, deve-se ter em mente que as traduções são uma tentativa de compreender e comunicar conceitos indígenas a partir de uma perspectiva linguística e uma cosmovisão.

No contexto colonial, Laura de Mello e Souza aponta que “o ato de nomear é carregado de sentidos diversos, que ultrapassam o desígnio de circunscrever no espaço e permitir a localização”<sup>298</sup>. Observar os nomes dos locais, suas permanências, significados e possíveis motivações, é um importante caminho a se seguir para buscar compreender não só o significado de topônimos indígenas, mas também a presença desses povos no local. Maria Cristina Neves de Azevedo alega que

Claudia Damasceno Fonseca, baseando-se em Waldemar de Almeida Barbosa, diz que a toponímia indígena para as localidades nos primeiros momentos das Minas, não poderiam ser atribuídas aos nativos, “pois a maioria vem do tupi, língua dos gentios do litoral e dos índios domesticados que participavam das bandeiras paulistas”<sup>299</sup>.

Desde o início do processo colonizador, a prática de nomear territórios e lugares já denotava uma primeira ação de apoderamento. Além disso, era comum que os sertanistas estivessem acompanhados de nativos em suas expedições, a fim de facilitar as entradas em territórios desconhecidos. Nesse sentido, a própria nomeação dos espaços foi influenciada pela comunicação entre povos. A análise do léxico da ocupação permite uma aproximação tanto daqueles que já povoavam determinado espaço antes da chegada dos colonizadores, quanto da própria dinâmica de dominação exercida pelos europeus.

---

<sup>297</sup> MONTEIRO, 2001, p. 104.

<sup>298</sup> SOUZA, p. 125.

<sup>299</sup> AZEVEDO, 2020, p. 41

Em pesquisa realizada pelo Grupo Mineiro de Estudos do Léxico, da UFMG, foi possível constatar que em Minas Gerais há 8,4 mil topônimos de origem indígena, 1,3 mil de origem africana e 2,8 mil híbridos do português, indígena e africano<sup>300</sup>. Contando cidades, povoados, fazendas, rios, córregos e morros. Ao analisar os nomes dos lugares presentes em documentos históricos, mapas antigos e relatos de viagens, é possível identificar elementos significativos relacionados à origem, colonização, influências culturais e aspectos sociais da região.

No contexto da Freguesia de Aiuruoca, diversos são os topônimos associados a línguas indígenas e africanas, como o próprio topônimo Aiuruoca, Guapiara, Angaí, Coivaras, Içaras, Matutu, Muquém, Carimbá, Calambau, dentre outros. José Mauro Maciel, em seu livro “Ayuruoca nos Setecentos”<sup>301</sup>, aponta relações entre as denominações locais no território de Aiuruoca e os possíveis povos originários que lá habitavam. Segundo o autor, a Região era povoada pelos povos Ayuruãs, onde Aiuruoca significaria “terra dos Ayuruãs”, e pelos Guanhões<sup>302</sup>, com base no relato datado de 29 de julho de 1694, do Padre João de Faria Filho na carta escrita por Bento Corrêa de Sousa Coutinho, onde é citado o “Rio dos Guanhanhans”. O autor também aponta a referência aos “Carijós” em registros de batismo e registros paroquiais por ele encontrados.<sup>303</sup>

Maciel menciona que vestígios arqueológicos de povos originários foram encontrados em escavações, com destaque para uma canoa descoberta em 1999 no Rio Aiuruoca, próximo aos municípios de Andrelândia e São Vicente de Minas. Esta possui cerca de dez metros de comprimento e setenta centímetros de largura, sendo que testes realizados com Carbono 14, datam-na de um período entre 1480 a 1660<sup>304</sup>. Estudos posteriores ao livro em questão, no entanto, apontam uma maior precisão na data para a segunda metade do século XVII. Além disso, o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto do Rio Grande<sup>305</sup> (NPA) complementou, informando que outra canoa, menor, foi encontrada também na década de 1990 e transformada em cocho por um produtor rural local. Mais recentemente, em 2014, uma

<sup>300</sup> UFMG decifra origem da denominação de 85 mil lugares de Minas. 2011. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/11/19/interna\\_gerais,262843/ufmg-decifra-origem-da-denomina-cao-de-85-mil-lugares-de-minas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/11/19/interna_gerais,262843/ufmg-decifra-origem-da-denomina-cao-de-85-mil-lugares-de-minas.shtml). Acesso em: 24 de março de 2023.

<sup>301</sup> MACIEL, 2014, 198 p.

<sup>302</sup> MACIEL, 2014, p.10

<sup>303</sup> Ibid. p. 142 - 148.

<sup>304</sup> Ibid., p. 143

<sup>305</sup> O Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio, localizado no município de Andrelândia, próximo ao Rio Aiuruoca, é uma importante fonte para a compreensão das povoações indígenas que viviam na região banhada pelo Rio Grande e seus afluentes. Na Serra de Santo Antônio, encontra-se o sítio denominado de “Toca do Índio”, cujo ponto principal é um paredão de rocha quartzítica, com cerca de sessenta metros de extensão, onde estão registradas pinturas datadas entre os séculos XII e XVI. Destacam-se ainda, os sítios arqueológicos existentes em São Thomé das Letras, Baependi e Carrancas, nas proximidades da área estudada.

terceira canoa de aproximadamente nove metros foi encontrada na divisa entre Andrelândia e Santana do Garambéu, no Rio Grande em período de seca, datada de 1610 em análise realizada pelo Laboratório Beta Analytics em Miami. De acordo com o NPA, esses achados denotam um fluxo de atividades no Rio Grande e nas áreas adjacentes<sup>306</sup>.

Em síntese, a análise das relações entre o ser humano e a natureza durante os períodos de colonização revela a presença contínua dos elementos naturais como testemunhas silenciosas do passado. Ao examinar a cartografia colonial, percebe-se a complexa interação entre a representação geográfica e os interesses políticos subjacentes, que buscavam legitimar e perpetuar o controle sobre os territórios. Neste contexto, a toponímia emerge como um aspecto central, para se pensar na geografia física, mas sobretudo nas relações de poder, resistência e coexistência entre os colonizadores e os povos indígenas. Os nomes dos lugares, carregados de significado cultural e histórico, tornam-se símbolos de permanência e memória, preservando narrativas muitas vezes esquecidas ou marginalizadas. No entanto, por trás dessa aparente permanência, surge uma dinâmica mais complexa de dominação, na qual os colonizadores frequentemente impuseram sua vontade sobre a terra e seus habitantes originais. Essa convergência entre permanência e dominação destaca a necessidade premente de uma reflexão crítica sobre as relações entre sociedade, natureza e poder, especialmente em um contexto contemporâneo marcado por desafios ambientais e sociais cada vez mais urgentes.

---

<sup>306</sup> NPA. *Canoa encontrada no Rio Grande, em Andrelândia, traz revelações inéditas sobre embarcações pré-históricas*. Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto do Rio Grande. Publicada em 04 de março de 2015. Disponível em: [http://www.npa.org.br/noticias\\_listar.php?idNoticia=39](http://www.npa.org.br/noticias_listar.php?idNoticia=39). Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

## CONCLUSÃO

Os caminhos percorridos na pesquisa e escrita desta dissertação conduziram as perspectivas para o campo da história ambiental, que estuda as relações dialéticas e de mútua influência entre os seres humanos e a natureza. Inicialmente, o propósito era traçar um panorama abrangente da Freguesia de Aiuruoca. O escopo da pesquisa abarcava uma análise detalhada de seus aspectos políticos, administrativos e sociais durante o século XVIII, considerando as relações de poder, as dinâmicas de interdependência e autonomia, tanto internas quanto externas, assim como as estruturas jurisdicionais e religiosas que influenciaram sua formação.

No entanto, ao aprofundar nas fontes, tornou-se evidente a marcante presença e influência dos elementos naturais no processo de colonização, na definição das fronteiras territoriais e na formação da identidade local. Os topônimos atestam diversas possibilidades de perspectivas e revelam a profunda conexão entre o ser humano e o ambiente natural por meio de seus significados. Destaca-se, ainda, a permanência desses topônimos na atualidade, como exemplificado pelo nome de Aiuruoca. Além disso, os elementos geográficos assumem um papel preponderante na configuração da identidade local dos municípios estudados, transcendendo a representação visual e se manifestando como elementos vivos no cotidiano, enraizados na cultura e nas práticas sociais das comunidades.

A Serra da Juruoca, já mencionada na descrição de 1694 da bandeira liderada por Padre Faria, emerge como o principal elemento geográfico na identificação do território nas narrativas, assim como as referências ao Pico do Papagaio. A análise das “narrativas do descobrimento”, oriundas das incursões pelos sertões, destacou a relevância de trazer à tona os conceitos geográficos fundamentais de paisagem, território, lugar e região. Torna-se evidente que essa conceptualização foi gradativamente moldada ao longo do processo de colonização e pode ser interpretada de maneiras distintas em diferentes contextos históricos e geográficos.

A paisagem se configura como um complexo conjunto de relações que permeiam o espaço, moldada por dinâmicas sociais que interagem de forma intrínseca com a disposição física dos elementos. Nesse cenário, as narrativas desdobram-se em uma miríade de nuances que espelham vivências e perspectivas sobre o mundo. A paisagem, revela-se como um fenômeno dinâmico, no qual os elementos físicos são apenas uma parte do todo, coexistindo com ações e até mesmo com elementos intangíveis, como o clima e seus efeitos. Narrar a paisagem implica, portanto, em compreendê-la e interpretá-la a partir de subjetividades.

Na paisagem colonial de Minas Gerais, observa-se a interação dinâmica entre os elementos naturais e as ações humanas. Por exemplo, a presença das serras, como a Serra da Mantiqueira, que influenciavam não apenas a geografia física da região, mas também moldavam as rotas de acesso e as estratégias de ocupação colonial. As características topográficas dessas serras muitas vezes definiam os limites das propriedades e influenciavam as atividades econômicas, como a mineração de ouro e a agricultura.

Dentro desse contexto, onde a paisagem é concebida e moldada pelas ações humanas, é no espaço que essas ações encontram lugar para se desenrolar. Em um movimento dialético constante, o espaço não é apenas o cenário dessas ações, mas também um agente ativo que se transforma e é transformado pela interação dinâmica entre as diversas forças que o atravessam. O espaço colonial compreendia não apenas as áreas físicas ocupadas pelos colonizadores, mas também as relações sociais, econômicas e políticas que se desenvolviam dentro delas. Por exemplo, as vilas e cidades que surgiram ao redor das minas de ouro tornaram-se centros urbanos, onde ocorriam trocas comerciais, atividades administrativas e manifestações culturais. Esses espaços urbanos eram também locais de interação entre diferentes grupos sociais, como colonos, escravizados, povos indígenas e autoridades coloniais, criando uma complexa teia de relações e identidades. Assim, na ótica colonial, a paisagem e o espaço estão intrinsecamente ligados, com a paisagem moldada pelas ações humanas, e as relações sociais ocorrendo dentro do espaço físico da colônia.

Já o território é uma dimensão do espaço onde diversas frações se articulam em fluxos de atividades. Ele é caracterizado por ações técnicas que conferem significado aos objetos, os quais dependem da intervenção humana para adquirir sentido. Durante a colonização de Minas Gerais, o território pode ser exemplificado pelo conjunto das áreas exploradas e ocupadas pelas bandeiras e expedições que buscavam ouro e outras riquezas. Esse território não era apenas um espaço físico, mas uma rede de fluxos de atividades, como a extração mineral, o transporte de recursos, e a construção de arraiais e infraestruturas. A intervenção humana, através de técnicas de mineração, agricultura e construção, conferia significado aos objetos e locais dentro desse território.

O lugar, por sua vez, representa um ponto específico dentro desse recorte territorial, constituído por uma totalidade composta por múltiplos elementos. Um exemplo de lugar no contexto da colonização de Minas Gerais é Aiuruoca. Como um ponto específico dentro do recorte territorial maior da Comarca do Rio das Mortes e da Capitania de Minas Gerais, Aiuruoca constituía uma totalidade composta por múltiplos elementos, como a paisagem natural marcada pela Serra da Juruoca, o Pico do Papagaio, a Paróquia e suas capelas, a vida

social e cultural dos habitantes. Esse lugar se destacava pela sua importância na demarcação territorial e na identidade local dentro do território mineiro.

Por fim, uma região é delimitada por fluxos, ou seja, por processos dinâmicos, e por elementos fixos, que são estáveis. Estes conceitos refletem a natureza transformadora do espaço, pois são constantemente reconfigurados e adquirem especificidades a partir das ações que neles ocorrem. A exemplo da região do Sul de Minas, delimitada por fluxos e elementos fixos, desempenhou um papel fundamental durante a colonização. Caracterizada por suas montanhas, vales e rios, essa região possuía uma geografia que influenciava fortemente as atividades econômicas e sociais. Elementos fixos, como a Serra da Mantiqueira e os numerosos cursos d'água, proporcionavam recursos naturais vitais e moldavam a ocupação humana. Ao mesmo tempo, processos dinâmicos, como o fluxo de mercadorias, pessoas e informações entre as vilas mineradoras, fazendas e outras regiões de Minas Gerais, criavam uma rede de interações que sustentava o desenvolvimento econômico e cultural.

No contexto da colonização, essas ações partiram do ato de caminhar, percorrer rotas, traçar destinos e estabelecer assentamentos que conduziram à formação de entidades coloniais. A noção de hodologia emerge como um elemento central ao se considerar o papel fundamental da expansão de vias na configuração de uma paisagem redefinida e da própria ação de caminhar em si, que leva o explorador de encontro às possibilidades que ele anseia. Esta transformação é evidenciada nas narrativas exploratórias dos sertanistas e na produção meticulosa de registros cartográficos. Os caminhos que se adentravam nos sertões resultaram em uma rede de assentamentos, as quais, por sua vez, deram origem a aglomerações humanas e núcleos populacionais, tal como Aiuruoca.

Torna-se evidente a importância estratégica da Freguesia de Aiuruoca não apenas dentro dos limites da Comarca do Rio das Mortes, mas também no âmbito mais amplo da Capitania de Minas Gerais. Sua posição geográfica fronteiriça com as Capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro conferia-lhe um papel de destaque em uma região historicamente marcada por disputas territoriais. A área sul de Minas Gerais foi frequentemente palco de conflitos com os paulistas, cujas incursões em território mineiro geravam tensões constantes. Além disso, a demarcação de vilas e julgados nesta região era frequentemente objeto de debates e negociações. A posição de Aiuruoca não só a tornava um ponto estratégico, mas também um centro de intercâmbio cultural e econômico entre as diferentes jurisdições coloniais, influenciando diretamente seu desenvolvimento político, social e econômico.

A relevância de Aiuruoca é ainda mais pronunciada em um nível local, pois se distinguia como uma Freguesia com um notável conjunto de templos religiosos, em

comparação com suas áreas circunvizinhas. Esta característica revela a vitalidade espiritual da comunidade e evidencia uma sólida estrutura social. As capelas presentes na região exerciam autoridade local, desempenhando um papel crucial na demarcação territorial e na organização da vida comunitária. Mesmo distantes da sede paroquial, essas capelas mantinham uma relação íntima com a Paróquia, recorrendo a ela para a realização de importantes funções religiosas e administrativas. A distância entre as capelas conferia uma autonomia local à população ao seu entorno, permitindo que as comunidades desenvolvessem práticas e identidades próprias, ao mesmo tempo em que permaneciam conectadas ao centro paroquial para assuntos de maior relevância. Esta autonomia local fortalecia a coesão social e cultural das comunidades.

A consolidação dos núcleos populacionais ao redor das capelas existentes desde o século XVIII foi um processo gradual e lento. A presença de um número significativo de capelas distribuídas estrategicamente permitia que as comunidades locais se deslocassem das fazendas até a capela mais próxima para participar de eventos religiosos e, em ocasiões especiais, dirigissem-se à sede, Aiuruoca, para celebrações festivas ou para negócios comerciais específicos. Enquanto a atividade mineradora se manteve por algumas décadas durante o século XVIII, foi a produção agrícola e pecuária que floresceu de forma mais consistente na região. Ao examinar o contexto econômico e agrário, observa-se um grande número de fazendas dispersas por todo o território, principalmente as margens dos rios e córregos, como é possível constatar pelas cartas de sesmarias.

Os registros cartográficos desempenham um papel crucial na compreensão da história, ao observar o que foi escolhido para ser representado, o que foi omitido e as intenções por trás da produção de determinado mapa. Na cartografia setecentista, paróquias, capelas, fazendas, relevos e corpos d'água emergem como elementos proeminentes, que demonstram a organização espacial e as atividades econômicas da época. Através da análise minuciosa das representações cartográficas, é possível identificar padrões de ocupação humana e uso da terra, bem como a relação entre os assentamentos humanos e o ambiente natural circundante. Os mapas setecentistas muitas vezes destacam características geográficas significativas, como montanhas, rios e florestas, que desempenhavam papéis fundamentais na vida cotidiana das comunidades da época. Além disso, a distribuição de fazendas, plantações e outras estruturas humanas refletem as percepções e práticas culturais em relação à terra e aos recursos naturais.

Notar as omissões e distorções nos mapas pode originar importantes discussões sobre as relações entre os colonizadores e o meio ambiente. A escolha de destacar certas características geográficas enquanto se omite outras pode refletir interesses políticos,

econômicos ou sociais subjacentes, bem como concepções específicas sobre a natureza e seu papel na sociedade. Por exemplo, a representação seletiva de terras cultivadas em detrimento de áreas selvagens demonstra uma narrativa de controle e domesticação da natureza pelos colonizadores, enquanto a sub-representação de comunidades indígenas evidencia relações de poder desiguais e a marginalização desses grupos na paisagem cartografada.

Ao examinar mapas em conjunto com outras fontes coloniais, é essencial considerar a toponímia, ou seja, os nomes geográficos presentes no mapa. No contexto da Freguesia de Aiuruoca, observa-se a persistência de diversos topônimos, especialmente aqueles que fazem referência à geografia local e provém do Tupi. Essa permanência reflete a influência duradoura da natureza nas narrativas e demarcações coloniais e ressalta a importância da paisagem natural na formação da identidade local. Ao analisar a toponímia, é possível compreender mais profundamente as relações entre sociedade, cultura e natureza.

Por fim, destaco que esta dissertação foi escrita no local onde os eventos históricos pesquisados ocorreram, com ênfase especial em Aiuruoca e Carvalhos, onde nasci e cresci. Estar aqui proporcionou-me uma perspectiva crítica e única ao explorar as serras, mergulhar nos rios e cachoeiras, escalar os picos e percorrer as estradas da região. Ao analisar as narrativas de viajantes e naturalistas, juntamente com as descrições de fronteiras e demarcações de territórios, pude discernir a notável permanência da geografia e suas tantas nuances de significados que perpassam dimensões, mesmo diante das transformações ao longo do tempo. A imersão direta no ambiente natural e histórico dos locais estudados enriqueceu a compreensão dos processos investigados e permitiu observar cuidadosamente como a natureza se destaca como uma parte primordial e agente histórico. É a partir desses pontos naturais que há a principal assimilação entre as temporalidades, a demarcação do território, as confluências e interações nas fronteiras, e as relações sociais e afetivas.

Dessa forma, uma conclusão significativa que emerge é a capacidade de examinar o passado, especialmente no contexto da colonização a partir de uma abordagem historiográfica que reconhece a importância de olhar além das narrativas produzidas pelos colonizadores e observar nelas o papel da natureza como uma fonte histórica e protagonista das narrativas, considerando as múltiplas vozes e perspectivas que compõem a história. Ao reconhecer a natureza como uma fonte histórica, é possível compreender melhor as interações entre os seres humanos e o ambiente natural ao longo do tempo. As paisagens, recursos naturais e padrões climáticos desempenharam papéis fundamentais nos eventos históricos, desde a escolha de locais de assentamento até a organização econômica e social das sociedades coloniais.

Além disso, ao considerar a natureza como agente e protagonista das narrativas históricas, amplia-se a compreensão das dinâmicas e relações de poder durante o período colonial, como a exploração dos recursos naturais, a transformação da paisagem e os conflitos sobre a posse de terras. Essa abordagem enriquece a compreensão da história colonial e abre espaço para uma reflexão mais profunda sobre as relações entre sociedade, cultura e ambiente. Ao reconhecer a natureza como uma fonte legítima e uma força ativa na construção das narrativas históricas, é possível caminhar em direção a uma história que respeita e valoriza todas as vozes, experiências e saberes.

Assim, é possível uma aproximação com cosmologias que veem todas as vidas de forma sagrada, permeadas pela dimensão afetiva, que transcende a racionalização que reduz a natureza ao papel de palco para ações de poder e fonte inesgotável de matéria-prima. Esse pensamento, que continua presente até os dias atuais, motiva práticas violentas e destrutivas, refletindo uma mentalidade colonial de dominação e exploração. Exemplos disso incluem o garimpo e a mineração desenfreada, as queimadas para a criação de pastagens, as violações contra territórios indígenas e outras violências.

Apesar dos desafios inerentes a esse caminho, ele oferece amplas possibilidades para uma abordagem historiográfica mais sensível, porém igualmente potente e transformadora. Ao adotar uma perspectiva que reconhece a interconexão entre todas as formas de existência, é possível repensar nossas relações com o ambiente natural, com a própria história e a vida em si.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Edição Da Sociedade Capistrano De Abreu Livraria Briguiet. 1930.
- ALVES, Ana Paula Mendes; SEABRA, M. C. T. C. . *Os nomes sagrados na Toponímia Mineira*: Estudo linguístico e cultural. Antares: Letras E Humanidades , v. 4.
- AMARAL, Lourenço Motta. *Raízes de Carvalhos*. 2ª edição. Varginha: Gráfica e editora Bom Pastor. 2009.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais*. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, ed. 37, p. 151-166, 2007.
- ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804 – 1856*. Tese doutorado UFMG – 2018
- \_\_\_\_\_. *Do lugar ao território: uma análise da formação histórica dos vales do Rio Piranga e Xopotó (Minas Gerais, 1694-1800)*. *Diálogos : Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, Maringá, v. 21, ed. 23, p. 178-193, 2017
- ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840*. Tese de doutorado UNICAMP - Campinas - SP, 2008.
- AZEVEDO, Maria Cristina Neves de. *Do necessário para a comodidade dos povos: urbanização e civilidade no território sul-mineiro – Baependi (1754-1856)*. 374 f. 2020. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte - MG. 1995.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília: INL. 1979.
- BERTING, Jan. *Technological Impacts on Human Rights: Models of Development, Science and Technology and Human Rights in Weeramantry, C. (ed.) The Impact of Technology on Human Rights*. Global Case Studies (TÚquio: United Nations University Press). 1993.
- BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: Exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- CALÓGERAS, Pandiá. *As Minas do Brasil e sua legislação: Geologia econômica do Brasil*. 2. ed. Editora Nacional. 1938
- CASTRO, Iara Quelho de. *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia), Departamento de Antropologia, Universidade de Campinas, Campinas.

CASTRO, José Flávio Morais. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte. Editora PUC Minas, 2017

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Imprensa Oficial do Estado. Belo Horizonte. 1970

EMATER. *Caracterização integrada de municípios na região da Mantiqueira como produtores de queijo artesanal*. Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011

FRANCO, Carvalho. *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*. Série 5. Brasiliana. Vol. 181. Companhia Editora Nacional. 1940.

FURRIEL, Gilberto. *Região Sul do Município de Aiuruoca: Origem e Evolução Histórica*. 2016. Aiuruoca - MG

GASPAR, Tarcísio de Souza. *Bocas de fogo no conflito entre forasteiros e paulistas*. Revista Tempo de Conquista. RTC 6. 2009.

GUIMARÃES, Basílio. *Expansão geographica do Brasil colonial*. Ed. Nacional. 1935.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Livraria José Olímpio Editôra, Rio de Janeiro, 1957.

KANTOR, Iris. *Ritualidade Pública No Processo De Implantação Do Bispado De Mariana (Minas Gerais -1745-1748)*. Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 28, 2012.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

LEFORT, José do Patrocínio. *A Diocese da Campanha*. Belo Horizonte : Impr. Oficial de Minas Gerais. 1993.

MACIEL, José Mauro. *Ayuruoca nos setecentos: Nossa Terra, Nosso Ouro, Nossa Gente*. Gráfica e Editora Santuário. Aparecida - SP. 2014.

MARTINS, Fátima de Macedo. *Saint-Hilaire em Goiás: ciência, viagem e missão civilizatória*. 2017. 252 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MATA, Sérgio Ricardo. *Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Colônia: Faculdade de Filosofia da Universidade de Colônia, 2002.

MATZNER, Mark de Soldi. *O conceito de natureza entre a decadência e o progresso na História Natural luso-mineira (1772-1808)*. 259 f. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

MOLINARI, Luis Gustavo. *De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778 – 1855)*. Orientador: Prof. a Dr. a Junia Ferreira Furtado. 186 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOTTA, José Dantas. *Vista Topográfica*. In Surupango. Typ. Indústria do Livro. Rio de Janeiro. 1932. p. 44.

\_\_\_\_\_. *Das origens mal entrevistadas*. In Elegia do País das Gerais. José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1961. p, 71 - 72.

NASCIMENTO, A. G., CARVALHO, M. F. D. A., RIBEIRO, S. H. C. *Cartografia dos caminhos: entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII - XIX e os caminhos históricos indígenas*. Anais do XIX Encontro Nacional da ANPUR. Blumenau - SC. 2022

NASCIMENTO, Milton, VELOSO, Caetano. *A Terceira Margem do Rio*. 1991. 2:23 min.

PARDINI, Herbert. *Caminhos antigos e paisagens imaginadas no Termo de Ouro Preto em 1835*. 2019. 282 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

RIBEIRO, Núbia Braga. *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Novais. 405 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003

RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)*. Orientador: Prof.a Dr.a Júnia Ferreira Furtado. 172 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SARAIVA, M. O. Q., CARVALHO, G. C., DINIZ, C. R. *Análise dos topônimos indígenas das ruas do centro de Belo Horizonte*. Seminário de Tópico Variável em Variação e Mudança Lingüística: Fundamentos da Toponímia. FALÉ/ UFMG. Belo Horizonte. 2006.

SARTRE, J-P. *Crítica da razão dialética*. Precedido por questão de método. Rio de Janeiro:

DP&A, 2002.

SERPA, Angelo. *Paisagem, Lugar e Região: perspectivas teórico - metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos*. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, Nº33, pp. 168- 185, 2013.

SOUZA, Laura de Mello e. *O jardim das hespérides: minas e as visões do mundo natural no século XVIII*. 1 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022.

TIBERGHEN, Gilles A. *Hodológico*. Revista Valise Porto Alegre, Porto Alegre, v. 2, n. 3, ano 2, jul. 2012.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes. 1. ed. 1983.

TOLEDO, Lafayette de. *Padre Faria*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano 6. V. 2. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1901

Vasconcelos, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 2 v. Historia media de. Minas Gerais. Instituto Nacional do Livro, 1948.

WHITEHEAD, A. N. *O conceito de Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

## FONTES MANUSCRITAS

ALVARÁ Régio de 18 de novembro de 1729. AHU. Documentos Avulsos, Rio de Janeiro, 1729.

APM, SC - 09, Livro de 1713 - 1719, Registro de Cartas, Patentes e Provisões.

APM. SC - 28, Livro de 1725 - 1728, Registro de Cartas, Patentes e Provisões.

CARTAS de Sesmaria. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial de Minas Gerais. v. 9. n 1. 1781 .p. 524 - 525.

INVENTÁRIO do Sargento Mor Francisco Barbosa Lima. Museu Regional de São João del Rei. 1776. Caixa 396. Transcrito por Edriana Aparecida Nolasco.

LIVRO da criação dada Vila da Campanha da Princeza [1789-1800]. 47 folhas. Inventário Alberto Ira, publicado na revista *Stydia*, nº 18, Lisboa, agosto de 1966. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Códice 2166. Referência: PT/AHU/CU/088/02166.

LIVRO de registros matrimoniais. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Aiuruoca - MG.

MAPPA da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca/ Comarca do Rio das Mortes/ Bispado de Mariana dado em 1826. 1826. Envelope “Aiuruoca” - Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - MG.

PROVISÃO de ereção de uma capela da invocação de Nossa Senhora da Conceição. 1748. Envelope “Aiuruoca” - Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - MG.

RELAÇÃO dos Vigários havidos em Ayuruoca a contar de 1718 a 1790. Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Fotocópia impressa. Pasta “Aiuruoca”.

STATISTICA Política e Civil da Parochia de N. Senhora da Conceição da Aiuruoca. 1830. Envelope “Aiuruoca”. Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - MG.

## FONTES IMPRESSAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil pelas minas do ouro*. Cadernos de História. Editora Obelisco. São Paulo. 1964.

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América, que fez o doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1999.

COSTA, Cláudio Manuel da. *Canto VIII*. Vila Rica. A Poesia dos Inconfidentes. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1996.

\_\_\_\_\_. *VIII Soneto*. In: Poemas. São Paulo: Editora Cultrix, 1966. p. 3.

DERBY, Orville. *A primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais no século XVIII*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Volume 5, 1901.

\_\_\_\_\_. *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. 5. 1899-1900. São Paulo: Typographia do Diário Oficial. 1901, p.268-269.

\_\_\_\_\_. *Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. IV, 1898, p. 329-350

DOCUMENTOS *Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v. LII. São Paulo: AESP, 1930, f. 107.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817 ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002, 408p

KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008

LIMA, José Arnaldo Coelho de Aguiar; OLIVEIRA, Ronald Polito de. (orgs.). *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

MEMÓRIAS Municipais — V. Campanha. Revista do Arquivo Público Mineiro. 1: 457-647, 1896, p. 538-540. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=24&op=1>

PRIMEIROS descobridores das minas de ouro na capitania de Minas Gerais, notícia compilada pelo Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por M. J. P. da Silva Pontes. Revista do Arquivo Público Mineiro. 1899. Ano/volume IV.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1974.

SAMPAIO, Teodoro. *Os sertões antes da conquista* (século XVII). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. V, 1899 - 1900

**APÊNDICE A - Sesmarias doadas na Freguesia de Aiuruoca em ordem cronológica, nome dos sesmeiros e local <sup>307</sup>.**

<b>Ano</b>	<b>Sesmeiros</b>	<b>Local</b>
1717	Manoel Garcia de Oliveira	Juruoca
1726	Manoel de Sa	Sertão que vai da Encruzilhada para a Juruoca
1742	Jose de Araujo Martins	Entre o rio Juruoca e a terra das Carrancas , para o morro dos Tres Irmaos
1744	Luis Carlos de Barbosa Pereira Brandao	Sertão entre as freguesias Ajuruoca e Borda do Campo
1744	Antonio Corrêa Lacerda	Paragem dos Morros Tres Irmaos
1749	João Veloso Carvalho	Roca na picada que vai para a Juruoca, chamado Turvo Pequeno
1752	Sebastiao Francisco Guimaraes	Braço do ribeirão do Condado
1753	Francisco Coelho	0
1754	Luis Carlos de Barbosa Pereira Brandao	Entre as freguesias Ajuruoca e Borda do Campo
1754	Antonio Corrêa Lacerda	Paragem dos Morros Tres Irmaos
1756	Antonio Ferreira de Carvalho	Sítio Ribeirão das Vacas
1757	Francisco da Costa Pereira	Cabeceiras do rio Grande
1758	Matias Goncalves Branco	Paragem dois irmãos, de uma e outra parte do Rio Juruoca
1759	José do Rego Barros	Paragem do Tamanduá
1759	Inacio Jose de Sousa	Entre os córregos Turvo Grande, Aparecida e Brumado
1759	José de Souza Menezes	Paragem do Ribeirão do Francês
1760	Manoel Soares Coelho	Sítio junto ao ribeirão do Tamanduá, que deságua no rio da Juruoca
1760	Antonio Corrêa Lacerda	Paragem dos Morros Tres Irmaos
1760	Joao Rodrigues da Silva	Paragem Gopiara
1761	Maria Emerenciana de Santa Ana	Fazenda na paragem Garambéu
1762	Miguel Bernardo de Abreu	Paragem Turvo
1762	Tome Bezerra de Sa	Fazenda junto ao ribeirão da Onça no Congonhal
1762	Pedro Martins Toste	Fazenda no Turvo Pequeno
1764	Jacinto Borges Pinto	Alagoa da Ajuruoca
1765	Manoel Francisco Guimarães	Turvo acima
1765	Joao da Silva de Oliveira	0
1768	Ambrosio Monteiro Fonseca	Paragem do ribeirão do Gamarra
1768	Joao Goncalves	Paragem do ribeirão do Gamarra
1768	João Hopemao	Paragem e centro da Ajuruoca
1768	José Pinto de Miranda	Paragem do ribeirão do Gamarra
1768	Jose Pereira Monteiro	Paragem do ribeirão da Gamarra
1768	Rita Francisca Paula	Distrito de Aiuruoca
1769	Manoel Martins de Carvalho	Paragem do Capivari das Safiras
1769	Manoel Jose Dias	Ribeirão das Vacas ou Paciência

<sup>307</sup> Os locais que se encontram sem nome, no documento mencionava-se que pertenciam à Freguesia de Aiuruoca.

1769	José de Barros Monteiro	Fazenda das Safiras, vizinhanças do Rio Grande
1770	Luis Rodrigues Cardoso	Paragem Entre Morros
1770	Francisco Correia	Ribeirão do Peixe
1773	Manoel Goncalves Correia	0
1774	Miguel de Alvarenga Braga	Campina na Aplicação da Alagoa
1774	Manoel Goncalves Carvalho	Paragem do Brumado no Ribeirão do Francês
1785	Julião Vieira de Almeida	Paragem do Vacariano e Pitangueiras
1785	Esperança Dias Cardoso	Ribeirão do Congonhal
1785	Joaquim José Correia Carneiro	Paragem das Cabeceiras da Ajuruoca
1785	Antonio Teixeira Marinho	Margens do rio da Juruoca
1785	Manoel Martins Alves Porto	Cabeceiras do Rio Grande
1785	Domingos Tavares de Jesus	Entre os rios Grande e Juruoca
1785	João Garcia do Espirito Santo	Paragem das cabeceiras do córrego da Prata
1785	Joao Vieira da Silva	Entre o rio Juruoca e ribeirão do Taboão
1785	Ana Maria de Oliveira	Cabeceiras do Pitanguí e vertentes ao Ingaí
1789	Joao Batista de Carvalho	Fazenda na Juruoca
1792	Antonio de Sousa Barbosa	Cachoeira do Turvo Pequeno
1795	Antonio da Costa Pereira	Paragem do córrego Soberbo
1795	Francisco da Costa Pereira	Paragem do Taquaracu do rio Grande
1795	Jose da Rosa	Fazenda dos Congonhal, Aplicação de Nossa Senhora do Porto
1796	Joaquim José Correia Carneiro	Paragem Aberta
1796	Jose Antonio Correia Carneiro	Paragem Aberta
1796	Bibiana Correia	Paragem Aberta
1796	Joana Correia	Paragem Aberta
1796	Bento dos Santos	Cachoeira do Francês
1797	Margarida Clara de Azevedo	Paragem entre o Rio Grande e Capivari
1797	Jose Ferreira Brito	Paragem do Maranhão, junto ao córrego da Sepetuba
1797	Domingos Vilela	Paragem da Ressaca vertentes do ribeirão Turvo e Pitangueira
1797	Joaquim Manoel do Nascimento Vilela	Paragem do Currealinho e Mingote aplicação da Capela dos Serranos
1797	Jose Ferreira Brito	Paragem do Maranhão, junto ao córrego da Sepetuba
1798	Cipriano Martins Ribeiro	Ribeirão das Vacas
1798	Hipólito Moreira dos Santos	Paragem do ribeirão de Santo Antônio
1798	Francisco Joaquim de Andrade	Paragem as Posses
1798	José Joaquim de Andrade	Paragem as Posses
1798	Tomás José de Andrade	Paragem as Posses
1798	Manoel Joaquim de Andrade	Entre o Rio Juruoca e o Ribeirão das Pitangueiras

**FONTE:** Elaborado pela autora (2023)